

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
COORDENADORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO PROFISSIONAL
EM HISTÓRIA**

MARGIT ARNOLD FENSTERSEIFER

**ELABORAÇÃO DE MODELO-FICHA DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS
A PRESERVAR: LEVANTAMENTOS TÉCNICOS E ABORDAGENS
HISTÓRICO-SOCIOCULTURAIS.**

Caxias do Sul

2016

MARGIT ARNOLD FENSTERSEIFER

**ELABORAÇÃO DE MODELO-FICHA DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS
A PRESERVAR: LEVANTAMENTOS TÉCNICOS E ABORDAGENS
HISTÓRICO-SOCIOCULTURAIS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional da Universidade de Caxias do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliana Rela.

Caxias do Sul

2016

**ELABORAÇÃO DE MODELO-FICHA DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS
A PRESERVAR: LEVANTAMENTOS TÉCNICOS E ABORDAGENS
HISTÓRICO-SOCIOCULTURAIS.**

Margit Arnold Fensterseifer

Trabalho de Conclusão de Mestrado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração: Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha de Pesquisa: Linguagens e Cultura no Ensino de História.

Caxias do Sul, 5 de setembro de 2016.

Banca Examinadora:

Dra. Eliana Rela
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Katani Maria Monteiro Ruffato
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Ana Elísia da Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Dedico esta dissertação a meu marido Luiz
Gaspar, a minha família e a meus
alunos universitários, foco de minha
educação continuada.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ser o orientador de meus caminhos, especialmente no âmbito da missão do magistério superior.

Aos meus pais, Alfredo Arnold (*in memoriam*) e Elinora, que incentivaram minha formação no ensino superior e a busca de profissionalização contínua.

Aos professores do Mestrado Profissional de História desta Universidade, representados, em especial, por minha orientadora, Dr^a Eliana Relá, pela paciência neste desafio de aprendizado em uma área de conhecimento muito diferenciada de minha formação em Arquitetura, Urbanismo e Design.

A meus diretores do Centro de Engenharia de Bento Gonçalves, Dr. Odacir Deonísio Gracioli e Dra. Cintia Paese Giacomello, pelo constante incentivo à educação continuada, nestes oito anos de magistério nos cursos de Design e de Arquitetura e Urbanismo desta Universidade. À minha colega de trabalho Jane L. Dal Pai Giugno, que iniciou meus passos na carreira acadêmica com o curso de formação de professores.

A meus colegas, membros dos conselhos de patrimônio histórico que, voluntariamente, dispõem de suas horas de trabalho em prol da preservação da história de seus municípios, com gratidão especial aos conselhos de Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Rio Pardo e Santa Maria, que me acolheram, validando minha pesquisa.

A meu escritório de Arquitetura, representado, em especial, por minha colega e parceira de caminhada, Arquitea e Urbanista Angélica Piva, e por minha estagiária e aluna do curso de Arquitetura e Urbanismo desta Universidade, Giulia Balbinot.

A meus alunos, que a cada dia me inspiram a melhorar, pesquisar, estudar e desempenhar meu desafio de auxiliá-los a construir seu próprio conhecimento profissional.

A meus filhos, que me inspiram a continuar a estudar por sua garra e determinação sendo ainda jovens: Thais (mestre em design pela UFRGS), Wagner (bacharel em Direito pela UFRGS) e Victor (estudante de Ciências Atuariais na UFRGS). Também a meu futuro genro Rodrigo Baraldo Mendonça, aluno e profissional exemplar, e a minha futura nora, Laura Gigante Albuquerque, por sua garra e energia nas causas feministas, entre outras.

Finalmente, a meu marido, Luiz Gaspar, agrônomo e mestre em Ensino Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pela paciência, pela compreensão nas noites de ausência, nos finais de semana de intenso estudo e pelo incentivo infindável na realização deste sonho.

*Tudo que o homem diz ou escreve, tudo
que fabrica, tudo que toca pode e
deve informar sobre ele.*

Marc Bloch

RESUMO

Essa pesquisa para o Mestrado Profissional em História tem como objetivo formular metodologicamente um modelo-ficha para a descrição detalhada de edificações com potencial para preservação por sua história e sua importância sociocultural nas comunidades a que pertencem. Esse registro de indicadores arquitetônicos e históricos é um modelo de ficha, que consiste no produto resultante do estudo realizado. Com o intuito de formular esse modelo-ficha, foram analisados conceitos como memória, identidade e cultura. Conceituando, também, de forma adequada, termos como patrimônio material e imaterial, e analisando os modelos existentes de fichamento foi possível desenvolver um modelo-ficha mais coerente e convincente, que auxiliará nos registros dos dados para a preservação de edificações com importância histórica. A explanação desses conceitos complementa os estudos de graduação para os arquitetos e urbanistas, que possuem uma formação superficial nessa área de conhecimento. O modelo-ficha, depois de formatado, foi apresentado a quatro Conselhos Municipais de Patrimônio Arquitetônico Histórico e Cultural (COMPAHC), onde foi validado pelos membros neles presentes. Esse material orientará os profissionais arquitetos e urbanistas e historiadores participantes dos conselhos a produzir materiais e levantamentos dimensionais e fotográficos detalhados dos imóveis e conjuntos urbanos, de forma a agregar a história imaterial às edificações inventariadas e passíveis de tombamento. Para aplicação prática e para teste dos parâmetros indicados, foi realizado o estudo de caso da Vila KM2, conjunto urbano que consiste em um local implantado pelo batalhão ferroviário de Bento Gonçalves, às margens da via férrea. O espaço foi escolhido por ter sido um pequeno núcleo social com vida própria, independente do centro de Bento Gonçalves (pertencente à linha de Veríssimo de Matos). Ali aconteceram atividades sociais, de trabalho, de comércio e onde residiu uma comunidade diferenciada que até hoje lembra com saudades períodos de muita felicidade. Assim, sob a observação direcionada a esse grupo, foi possível realizar a experimentação dos indicadores, compreendendo como é necessário investigar e tratar os outros patrimônios que, sendo desprezados pelas comunidades, acabam se deteriorando e sendo demolidos. O ato de preservar também precisa passar pelos processos educativos e, certamente, pela educação patrimonial superior para arquitetos e urbanistas, com vistas a um futuro próximo, que exigirá desses profissionais conhecer, de modo aprofundado, princípios de história, preservação e restauro. Complementam o estudo proposto para o Mestrado Profissional em História a análise reflexiva sobre a experiência obtida por meio de contatos com conselhos dos quatro municípios e, também, o levantamento obtido por meio de visitas aos conselhos de quatro municípios. O modelo-ficha a ser preenchido com imóveis de valor histórico trará novas diretrizes para que sejam contadas as histórias dos municípios, escondidas nas paredes de edificações passadas.

Palavras-chave: Memória. Identidade. Nova História. Cidade e Vila. Ficha-Modelo.

ABSTRACT

This research for the Professional Masters in History aims to methodologically formulate a record model for the complete description of buildings to be preserved for its history and socio-cultural importance in the communities they belong to. This record of architectural and historical indicators is a form model that is the resulting product of the study performed. In order to formulate the model-form, concepts such as memory, identity and culture were analyzed. Conceptualizing, also, in an appropriate way, terms such as tangible and intangible heritage, and analyzing the existing report models, it was possible to develop a more coherent and convincing record model, which will assist in data records for the preservation of buildings of historical importance. The explanation of these concepts complements the undergraduate studies for architects and urban planners, who have a superficial knowledge in this area. The model-form, once formatted, was presented to four Municipal Councils of Architectural Heritage and Cultural History. Then, it was validated by the present members of the councils. This material will guide the professional architects, urban planners and historians that take part in the councils to produce dimensional and photographic materials and detailed surveys of real estate and urban centers, in order to add the immaterial history to inventoried buildings, that can be preserved. For practical application and testing of the parameters, the case study of the village KM2 was analyzed. KM2 is an urban ensemble that was deployed by the railway battalion of Bento Gonçalves, on the border of the railroad. This local was chosen because it was a small social nucleus with its own life, independent from Bento Gonçalves (belonging to the line of Matos Verissimo). There occurred social, work and trade activities – and there also lived a different community that even today remember these periods of great happiness. Thus, under the direct observation of this community, it was possible to test the indicators, understanding how necessary it is to investigate and treat other historical buildings, being despised by communities, that end up deteriorating and being demolished. The act of preserving also need to go through the educational process and certainly the superior heritage education for architects and urban planners with a view to the near future, which will require these professionals to know, in depth, early history, preservation and restoration. Complement the proposed study for the Professional Masters in History the reflective analysis on the experience gained through contacts with the four municipalities councils and also the survey obtained through visits to four municipal councils. The record model to be filled with historical value of real estate will bring new guidelines to tell the stories of the cities, hidden in the past of the walls of these buildings.

Keywords: Memory. Identity. New history. Town and Village. Record model.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Registro atual (2016) – Casa do trabalhador.....	76
Figura 2: Registro atual (2015) – Conjunto de casas.....	76
Figura 3: Registro atual (2016) – Conjunto de casas, poste luz.....	76
Figura 4: Anos 1960 – BG-RS Vista geral – Estação Férrea.....	76
Figura 5: Anos 1960 – BG-RS Vista geral – Trilhos e dormentes.....	76
Figura 6: Registro atual (2015) Vista via férrea e ferradura Rio das Antas.....	76
Figura 7: Registro atual (2015) – Via de chão batido e estação férrea desativada.....	77
Figura 8: Registro atual (2016) – Vista de KM2 pela BR 470 em direção a Veranópolis.	77
Figura 9: Anos 1960 BG-RS – Caixa d’água e militares perfilados	77
Figura 10: Registro atual – 2016 – Caixa d’água desativada.....	77
Figura 11: Registro atual – 2016 – instalações elétricas improvisadas	77
Figura 12: Registro atual – 2016 – caixa de distribuição elétrica	77
Figura 13: Registro atual – 2016 – Esgoto a céu aberto.	78
Figura 14: Estrada de acesso ao KM2. Fonte: Google Earth.	78
Figura 15: Registro atual – 2016 – Fundações da casa.....	78
Figura 16: Registro atual – 2016 – Assoalho	78
Figura 17: Registro atual – 2016 – Ladrilho hidráulico.....	78
Figura 18: Registro atual 2016 – Ladrilho hidráulico	78
Figura 19: Registro atual – 2016 – Rodapé de madeira.....	79
Figura 20: Registro atual – 2016 – Rodapé cerâmico.....	79
Figura 21: Registro atual – 2016 – Janela externa	79
Figura 22: Registro atual 2016 – Janela interna	79
Figura 23: Registro atual 2016 – porta externa	79
Figura 24: Registro atual 2016 – porta interna.....	79
Figura 25: Registro atual 2016 – Teto estuque externo.....	80
Figura 26: Registro atual 2016 – Teto estuque interno.....	80
Figura 27: Registro atual 2016 – paredes e detalhes	80
Figura 28: Registro atual 2016 – azulejos 15cm x15cm.....	80
Figura 29: Registro atual 2016 – telhado.....	80

Figura 30: Registro atual 2016 – detalhe banheiro.....	80
Figura 31: Registro atual 2016 – detalhe degraus casa.....	81
Figura 32: Registro atual 2016 – chaminé parede	81
Figura 33: Registro atual 2016 – detalhe chaminé telhado	81
Figura 34: Registro atual 2015 – placa RRFSA.....	81
Figura 35: Registro atual 2016 – Soleiras entre portas.....	81
Figura 36: Registro atual 2015 – Escola.....	81
Figura 37: CJU Anos 60 - Soldados perfilados e caixa d’água.....	97
Figura 38: CJU – Anos 50 – Vista geral estação e trilhos.	97
Figura 39: CJU Registro atual – 2016 – Casa do trabalhador.....	97
Figura 40: CJU Registro atual 2015 – Casa residencial.	97
Figura 41: CJU Registro atual 2015 – estação férrea	97
Figura 42: CJU – Registro atual 2015 – caixa d’água desativada.....	97
Figura 43: CJU –Registro atual 2015 – Escola	98
Figura 44: CJU – Registro atual 2016 (galpão de madeira – depósito).....	98
Figura 45: CJU – Registro atual 2015 – Terreno casa residencial.	98
Figura 46: CJU – Registro atual 2015 – geral da estrada ao norte.....	98
Figura 47: CJU – Registro de 1960 – Vista geral da instalação.....	98
Figura 48: CJU – Registro de 1960 – túneis bifurcados de Jaboticaba	98
Figura 49: CJU – lateral oeste acesso BR 470.	99
Figura 50: CJU- Registro em 2015 – Rio das Antas ferradura, vista norte KM2.	99
Figura 51: CJU – Registro atual 2015 – Ponte Ernesto Dorneles.	99
Figura 52: CJU – Registro atual 2015 – Postes de Luz de concreto.	99
Figura 53: CJU – registro atual 2015 – Esgoto a céu aberto.....	99
Figura 54: CJU – Registro atual 2015 – símbolo do batalhão ferroviário	99
Figura 55: CJU – Registro atual 2015 – Sigla da RRFSA	100
Figura 56: CJU – Registro atual 2016. Banco artesanal na moradia.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS

BG	Bento Gonçalves
C. do Sul	Cachoeira do Sul
CJU	Conjunto histórico urbano
DT	Desenho técnico
HO	História Oral
MF	Modelo-ficha
MO	Memória Oral
RS	Rio Grande do Sul
SC do Sul	Santa Cruz do Sul

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALL	América Latina Logística
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
COMPAHC	Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural
COMPHC	Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPURB	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
IPAC	Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais
IEPHA	Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAE	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
PROCEMPA	Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UCS-CARVI	Universidade de Caxias do Sul, Campus da Região dos Vinhedos
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNIFRA	Centro Universitário Franciscano
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNIVATES	Universidade Integrada do Vale do Caí
UNIP	Universidade Paulista
URFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP-FAU	Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

SUMÁRIO

1 UMA BREVE APRESENTAÇÃO PESSOAL	15
2 INTRODUÇÃO	17
3 REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODÓLOGICOS	22
3.1 HISTÓRIA.....	22
3.2 PATRIMÔNIOS, MEMÓRIA E IDENTIDADE.	32
3.3 CIDADES E VILAS	35
3.4 METODOLOGIA	38
4 LEIS PATRIMONIAIS E COMPAHC	42
5 REVISÃO DA LITERATURA DE MODELO DE FICHAS DE PATRIMÔNIOS	44
6 ELABORAÇÃO DO MODELO-FICHA	47
6.1 VALIDAÇÃO DO MODELO-FICHA PELOS CONSELHOS.....	59
6.2 PREENCHIMENTO-TESTE DO MODELO-FICHA.....	64
6.3 ANÁLISES DE MAPAS, FOTOS E PERIÓDICOS.....	68
6.4 MODELO-FICHA PREENCHIDO KM2	70
7 DESENVOLVIMENTO DO MODELO-FICHA PÓS-VALIDAÇÃO DE CONSELHEIROS	82
7.1 MODELO-FICHA DE CONJUNTOS URBANOS	82
7.2 MODELO-FICHA – INVENTÁRIO PARA PATRIMÔNIO MATERIAIS- CONJUNTOS URBANOS.....	84
7.3 MODELO-FICHA PARA CONJUNTOS URBANOS PREENCHIDO COM A VILA KM2	91
7.4 ORIENTAÇÕES PARA FOTOGRAFAR COM EFICIÊNCIA.....	101
7.5 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - CONSCIENTIZAÇÃO DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL.....	103
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE A – Quadro comparativo – Universidades	120
APÊNDICE B – Modelo de Ficha Proposto – continua	121
APÊNDICE C – Modelo de Ficha Proposto – continuação.....	122
APÊNDICE D – Modelo de Ficha Proposto – continuação.....	123
APÊNDICE E – Modelo de Ficha Proposto – conclusão	124
APÊNDICE F – Perguntas e Respostas COMPAHC de Caxias do Sul – continua	125
APÊNDICE G – Perguntas e Respostas COMPAHC de Caxias do Sul – conclusão	126

APÊNDICE H – Validação do Modelo-Ficha pelos conselheiros dos COMPAHC	127
APÊNDICE I – Compilação das respostas – continua	128
APÊNDICE J – Compilação das respostas – continuação	129
APÊNDICE K – Compilação das respostas – conclusão	130
APÊNDICE L – Perguntas sugeridas em MO – continua.....	131
APÊNDICE M – Perguntas sugeridas em MO – conclusão	132
APÊNDICE N – DT MF preenchida KM2 - continua.....	133
APÊNDICE O – DT MF preenchida KM2 – continuação.....	134
APÊNDICE P – DT MF preenchida KM2 – continuação	135
APÊNDICE Q – DT MF preenchida KM2 – continuação.....	136
APÊNDICE R – DT MF preenchida KM2 – continuação	137
APÊNDICE S – DT MF preenchida KM2 – continuação	138
APÊNDICE T – DT MF preenchida KM2 – continuação	139
APÊNDICE U – DT MF preenchida KM2 – continuação.....	140
APÊNDICE V – DT MF preenchida KM2 – continuação.....	141
APÊNDICE W – DT MF preenchida KM2 – conclusão	142
APÊNDICE X – Modelo-Ficha Conjuntos Urbanos – continua	143
APÊNDICE Y – Modelo-Ficha Conjuntos Urbanos – continuação.....	144
APÊNDICE Z – Modelo-Ficha Conjuntos Urbanos – continuação	145
APÊNDICE AA – Modelo-Ficha Conjuntos Urbanos – conclusão	146
APÊNDICE AB – DT MF –CJU – Conjunto Urbano preenchido - KM2 – continua.....	147
APÊNDICE AC – DT MF – CJU preenchido KM2 – continuação	148
APÊNDICE AD – DT MF - CJU preenchido - KM2 – continuação	149
APÊNDICE AE – DT MF - CJU preenchido - KM2 – conclusão	150
APÊNDICE AF – Mapa Conceitual de Ficha de Patrimônios a serem preservados.....	151
APÊNDICE AF – Apresentação para COMPAHCs.....	152
ANEXO A – FICHA DO IPHAE – Instituto de Patrimônio Histórico Estadual - continua..	153
ANEXO B – FICHA DO IPHAE – Instituto de Patrimônio Histórico Estadual - conclusão	154
ANEXO C – Ficha técnica do Prédio da Prefeitura Municipal de BG-RS - continua	155
ANEXO D – Ficha técnica do Prédio da Prefeitura Municipal de BG-RS - conclusão	156
ANEXO E – Ficha técnica Residência em Cachoeira do Sul –RS - continua	157
ANEXO F – Ficha técnica Residência em Cachoeira do Sul –RS - continuação	158
ANEXO G – Ficha técnica Residência em Cachoeira do Sul –RS - conclusão.....	159
ANEXO I.....	159
ANEXO H – Noções de Cartografia pelo IBGE	160

ANEXO I – Mapa completo tronco Sul.....	161
ANEXO J – Detalhe mapa Tronco Sul - KM2.....	162
ANEXO K – Situação Localização Vila de Jaboticaba Similar a KM2 – continua	163
ANEXO L – Situação e localização Vila Jaboticaba Similar a KM2 – conclusão	164
ANEXO M – Mapa Vias Férreas no Rio Grande do Sul	165
ANEXO N – Símbolo do Batalhão Ferroviário.....	166

1 UMA BREVE APRESENTAÇÃO PESSOAL

A educação universitária tem sido um desafio pessoal. Formada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 1985, priorizei, durante quase vinte anos, meus trabalhos como profissional autônoma. Em 2003, fiz um curso de Pós-Graduação, nível *lato sensu*, em Design de Produto, com ênfase em Mobiliário, pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), com vistas a começar o exercício do magistério universitário, já que há muito queria compartilhar o que havia aprendido de forma prática.

Em 2007, fui convidada para ministrar aulas no curso de Design de Produto no Campus de Bento Gonçalves da UCS. Devido à minha formação tecnológica, possuía fracos atributos em formação pedagógica, por isso, participei de vários cursos oferecidos pela própria Universidade, específicos para a formação de professores.

Por solicitação da Universidade, precisava ingressar em um curso de mestrado para poder ser qualificada e ter titulação, dando continuidade ao trabalho de magistério superior. De início, procurei cursos na área tecnológica em Arquitetura e Design, mas, como tenho conhecimento na área, centrei minha busca em uma área pedagógica, para acentuar minhas habilidades no ensino universitário. A pesquisa, a leitura, as novas didáticas de ensino e o escrever seriam meus objetivos principais com a pós-graduação.

A escolha pela História vem de um crescente interesse, pois é uma área de conhecimentos primordiais nos campos da Arquitetura e Urbanismo e do Design. Atualmente, também, existe um visível esquecimento pelas comunidades estudantis e civis acerca do passado.

Esse desinteresse inicia com as aulas de História nos cursos de graduação, em que o conteúdo é desvinculado do presente. Junto a essa preocupação, alguns episódios recentes de demolição de patrimônios materiais, simplesmente em prol do progresso e de inovação dos perfis urbanos, reforçaram esse interesse pelo conteúdo histórico – como exemplo, cita-se a polêmica demolição das casas da Rua Luciana de Abreu, na cidade de Porto Alegre (RACHEWSKY, 2013).

Devido à crescente destruição de muitos imóveis históricos, foi promulgado o Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001) que, em seu contexto, instituiu o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC) como órgão que assessora e colabora com a administração municipal no que diz respeito ao Patrimônio Histórico e Cultural. Essa entidade municipal analisa as solicitações de demolição e

interferência em construções com mais de trinta anos. Participo desse conselho na cidade de Bento Gonçalves como conselheira representante da Universidade de Caxias do Sul (UCS – CARVI – Campus Universitário da Região dos Vinhedos). Essa experiência é, ao mesmo tempo, gratificante e questionadora, pois observo que a comunidade, tanto civil como profissional (arquitetos e urbanistas atuantes no município), desconhece a história de muitos imóveis e, por isso, não tem interesse nenhum em preservá-los, isto é, o desconhecimento sobre o processo histórico e sobre as relações sociais contidas em um determinado espaço gera perdas à memória das comunidades. Os inventários (Anexos C, D, E e F) que descrevem os imóveis públicos da cidade, arquivados no acervo do IPURB (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano), possuem conteúdo escasso, pois não contemplam todos os aspectos técnicos e, muito menos, os históricos. O próprio conselho propôs que essa pesquisa estudasse um modelo-ficha técnico-histórico completo para orientar os profissionais a descrever os patrimônios inventariados a serem preservados.

Ciente dessa deficiência por parte da comunidade de arquitetos e urbanistas, como aluna sem vínculo com o Programa de Pós-Graduação, durante o ano de 2014, foi estudada a obra “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre, através da disciplina de Historiografia. Nessa etapa, minha curiosidade foi aguçada pelo campo da História que trata da educação patrimonial.

A partir dessa constatação, iniciei a pesquisa no plano de ensino dos principais cursos de Arquitetura e Urbanismo do País, e percebi que existe pouca ênfase nos estudos relativos ao patrimônio histórico. As grades curriculares apontam como conteúdo principal de estudo os restauros, excetuando a importância histórica das edificações, objeto de estudo e análise (Quadro 1 – Apêndice A).

O estudo de História tem sido um desafio diário nos últimos meses. Mas afirmo que estou maravilhada com todo o conhecimento que tenho adquirido com meus mestres e com todo o acervo bibliográfico a que tive acesso, por meio de leituras, de análises e de muito estudo.

2 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa para o Mestrado Profissional em História tem como objetivo formular, metodologicamente, um modelo-ficha para a descrição detalhada de edificações a serem preservadas por sua história e por sua importância sociocultural nas comunidades a que pertencem. Esse registro de indicadores arquitetônicos e históricos (Apêndices B e C) é um documento completo de avaliação de patrimônios materiais a serem preservados, diagnosticando características que os classifiquem como passíveis inclusive de tombamento¹. Esse modelo-ficha também contempla as relações sociais, culturais e técnico-construtivas que fizeram parte dos imóveis cabíveis de preservação, representativos de sua época.

Inexistindo um respaldo convincente nos registros, a especulação imobiliária despreza ícones histórico-materiais, demolindo e construindo somente por interesse econômico e lucrativo. Existem, por exemplo, várias fichas técnicas incompletas de prédios históricos no arquivo da Prefeitura de Bento Gonçalves (Anexos C e D), já na cidade de Cachoeira do Sul, as fichas técnicas também são superficiais, e o COMPAHC pretende realizar um trabalho detalhando melhor cada uma delas (Anexos E, F e G). Em diversas intervenções projetuais, quando é solicitado ao profissional arquiteto e urbanista envolvido no processo de restauro ou demolição que anexe um histórico do imóvel, ocorre uma visível superficialidade na elaboração desses registros. Quando os documentos são encaminhados ao COMPAHC, são claramente escassos de informações, demonstrando a inexistência de dados históricos mais detalhados das edificações. Os arquitetos e urbanistas responsáveis por essa ação descritiva são muitas vezes, incompletos e superficiais, provavelmente por possuírem formação universitária superficial nessa área. Por isso, torna-se urgente a construção de uma metodologia que oriente esses profissionais, para que aprofundem as descrições histórico-técnicas das edificações. A deficiência na construção de elementos históricos, nos programas de ensino de Arquitetura e Urbanismo, pode ser uma das causas do conteúdo incompleto nas fichas técnicas (podem ser também memoriais descritivos) dos imóveis. Esse descaso no registro também pode ocorrer devido ao desconhecimento da importância da História e de conceitos como memória, identidade e cultura. Conceituando também de forma adequada termos como patrimônio material e imaterial, será possível desenvolver fichamentos mais coerentes e convincentes que auxiliarão na preservação das edificações de importância

¹ Tombamento – imóveis assegurados de não demolição por serem notadamente de valor histórico, cultural ou artístico, segundo o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

histórica. O fato de que os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo possuam poucas disciplinas ou, na sua maioria, somente uma que trabalhe especificamente as edificações de patrimônio histórico ressalta a fraca formação dos profissionais nesse conteúdo (Apêndice A).

A desvalorização da memória patrimonial, portanto, parte provavelmente da pouca importância que os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo dão à história brasileira e à sua preservação. Percebe-se, pela análise dos planos de ensino de várias Universidades que possuem curso de Arquitetura e Urbanismo, a ênfase em disciplinas que incentivam o projeto de novas construções e a existência de poucas disciplinas direcionadas à preservação e ao restauro de patrimônios históricos. Existem, somente na região serrana do RS, mais de mil estudantes² desse curso. Os futuros profissionais egressos desses cursos, que irão exercer seu ofício nos próximos vinte a trinta anos, irão deparar com diversos restauros e possíveis pedidos de demolição por parte de empreendedores afoitos por novas construções. Ainda nos próximos vinte anos, haverá incremento grande na construção de novas edificações, mas, após esse período, os arquitetos e urbanistas precisarão ser capacitados para restauro, reforma e reutilização de prédios já construídos. A incidência de novas construções nos espaços urbanos será cada vez menor, se as cidades permitirem a coexistência de prédios de diversas épocas no perfil urbano. Essas diversas épocas identificam e diferenciam as cidades que têm o privilégio de permitir essa sadia convivência (PANERAI, 2006).

No entanto, algumas universidades, como a USP-FAU e a UFMG, de São Paulo e de Minas Gerais, respectivamente, já possuem maior número de disciplinas para a preservação de patrimônios, considerando o aspecto de que nesses estados, principalmente Minas Gerais, exista uma valorização patrimonial calcada em leis estaduais³, com uma quantidade significativa de patrimônios tombados.

A ineficiência em descrever a história é agravada pelo desconhecimento teórico dos conceitos históricos. Por isso, salienta-se a importância de conceituar⁴. Os conceitos necessários para fundamentar essas classes de entidades históricas partiram das produções historiográficas existentes sobre o tema. As pesquisas, bibliografias e estudos na área de

² Cada núcleo universitário possui uma média de duzentos e cinquenta alunos estudando nos dez semestres de graduação. Entre as Universidades UCS, FGV, UNISINOS, UNISC e UNIVATTES, somam-se mil, duzentos e cinquenta alunos, conforme consulta feita nos sites dessas Universidades.

³ Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994, dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais. Art. 3º - Constituem patrimônio cultural mineiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

⁴ Conceito compreende identificar, descrever e classificar os diferentes elementos e aspectos da realidade e também compreender o que se funda na prática. Significa chegar à essência, à compreensão de um objeto abstrato, dar-lhe significação e não simplesmente ser (RANGHETTI apud FAZENDA, 2014).

patrimônio trazem esclarecimentos significativos para o embasamento teórico e prático desse projeto. Considerando História, como conceito estruturante, começa-se pela descrição resumida de Bloch, quando ele afirma que História é a “busca do erro, da mentira, é desafiar, é ver além do que se achava natural ver” (BLOCH, 2001, p.22).

A nova História diferencia-se da História tradicional, pois a primeira já não recorre somente a documentos oficiais adquiridos em arquivos públicos e museus. A nova narrativa histórica, além de pesquisar nesses documentos oficiais, utiliza-se de muitos outros recursos que estão ao alcance, como diz Arostegui:

Fonte para a História pode ser, e de fato é, qualquer tipo de documento existente, qualquer realidade que possa aportar um testemunho, um vestígio ou relíquia, qualquer que seja a sua linguagem. Fonte histórica seria, em princípio, todo aquele material, instrumento ou ferramentas, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social do tempo (AROSTEGUI, 2006, pp. 489-491).

A partir desse novo narrar a história, é possível considerar válidas várias fontes que contêm evidências a mais nas histórias já conhecidas, podendo trazer novas interpretações aos eventos que eram considerados irretocáveis. Para Lucien Febvre, as novas fontes incluem todos os textos:

Há que se utilizar os textos, sem dúvida, mas todos os textos. E não somente os documentos de arquivo em favor dos quais criou-se um privilégio [...] Também um poema, um quadro, um drama são para nós documentos, testemunhos... Está claro que há que se utilizar os textos, mas não exclusivamente os textos [...] (LUCIEN FEBVRE apud AROSTEGUI, 2006, p. 492).

Os depoimentos orais são atualmente fontes documentais que reforçam a documentação escrita e material. Portanto, a utilização de testemunhos vivos, ou memória oral, torna-se fundamental para o resgate da História (ALBERTI, 2004).

Uma das fontes que alguns pesquisadores de História consideram importantes e consistentes é o acervo arquitetônico que faz parte dos conjuntos históricos das cidades. Segundo Choay, patrimônio histórico é um bem destinado ao usufruto da comunidade, com o objetivo de encontrar significados e contradições que se encontram entre dois mundos, o passado e o presente (CHOAY, 2001). Portanto, os patrimônios materiais são fontes inesgotáveis de informações para as pesquisas atuais e das futuras gerações.

A maior parte dos patrimônios a serem preservados estão localizados nos espaços urbanos, onde ocorrem as principais disputas de território para novas construções. Para

entender as articulações do espaço urbano, em capítulo posterior foram conceituadas cidade e vila. Estabelece-se a importância desse espaço nas relações de convivência e na organização social. Nos conflitos entre progresso e preservação, o modelo-ficha tem a intenção de auxiliar nas informações históricas para a preservação das edificações e dos conjuntos históricos. A partir dos conceitos de História, é possível formular perguntas direcionadas, facilitando o preenchimento do modelo-ficha.

Formatado o modelo-ficha, procedeu-se à validação. Após, consolidou-se a verificação prática desse modelo-ficha. O preenchimento utilizou-se de um *case* de uma Vila construída em torno de uma estação férrea na linha Veríssimo de Mattos, na cidade de Bento Gonçalves, chamada de KM2 (Quilômetro Dois). Esse local foi escolhido por ter sido um pequeno centro urbano de vida própria, independente de Bento Gonçalves, e também por ter abrigado migrantes oriundos de diversas localidades. A comunidade que ali habitava (e habita) o espaço geográfico de forma urbana organizada nas margens da via férrea era inicialmente composta de colonos, de militares e de engenheiros do batalhão ferroviário (repartição do exército que se encarregava de construir estradas de ferro, possibilitando chegar a regiões de difícil acesso) e também civis que auxiliaram na construção de todo complexo férreo. O contingente de sujeitos oriundos de várias partes do Brasil e, conseqüentemente, de origens diversas, faz parte também da história desse município. Construiu-se, através do modelo-ficha, uma história que resgatou esses esquecidos que não aparecem no desenrolar do desenvolvimento do município.

A compilação desse material gerado com a construção da história do KM2, juntamente com as sugestões dos conselhos visitados, compreende um documento padrão chamado de modelo-ficha de patrimônios históricos inventariados e futuros tombados. O documento traz diretrizes que orientam os profissionais a contar a história das edificações ou conjuntos arquitetônicos (caso de KM2), auxiliando no resgate de memórias e revelando o seu valor histórico. Além do modelo-ficha de edificação individual, foi formatado, devido à necessidade que resultou da pesquisa, um modelo-ficha para conjuntos urbanos a serem preservados.

Para que futuros profissionais ligados à preservação de patrimônios históricos possam entender, de forma adequada, esse modelo-ficha, foi elaborado um manual com diretrizes de preenchimento, em que cada item é detalhadamente explicado. Para que as edificações e conjuntos urbanos sejam corretamente fotografados, foram descritas orientações para a apreensão de imagens. Finalmente, apresentam-se algumas instruções para a educação patrimonial no ensino superior de Arquitetura e Urbanismo, em especial para que, neste

ensino, os alunos sejam estimulados ao preenchimento de fichas dessa natureza, auxiliando a preservação em suas áreas de atuação.

3 REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODÓLOGICOS

Ao empreender uma pesquisa no campo da história, torna-se essencial conhecer os conceitos que, atualmente, produzem esse conhecimento. Primeiramente, será definida a História a partir dos *Annales*⁵. Após, analisar-se-á o que é um patrimônio histórico, lembrando sua característica material e imaterial. Quanto à localização dos patrimônios, serão abordadas as diretrizes de História local, História vista de baixo ou História do presente. Também serão feitas referências ao patrimônio como fonte de memória viva para novas pesquisas e a importância das memórias individuais e coletivas nas inter-relações culturais e sociais. A partir das análises de fontes e memórias, será possível descrever a identidade coletiva. Por meio da observação e da análise de diversas fontes, como memórias orais, documentos e fotos, serão encontradas algumas características do grupo local que habitou e ainda habita esses patrimônios. Os procedimentos de narrativas atuais revelam o quanto é importante lembrar-se dos sujeitos esquecidos e trazer novas versões dos acontecimentos do passado.

Para empreender esta pesquisa foram utilizados, para análise, métodos como conceituação de temas relevantes, levantamento de referenciais, informações escritas, quadros comparativos, memória oral e leitura de mapas e fotografias. As validações e consequentes conclusões foram reunidas em documento anexo e após de averiguadas e resumidas resultaram no diagnóstico final.

3.1 HISTÓRIA

A narrativa dos acontecimentos, a partir do olhar de atuais fontes de pesquisa, constrói uma nova leitura da história anteriormente escrita. A partir dos princípios da escola de *Annales*, os historiadores criaram um novo modelo para escrever a História, de conceber o tempo, de representá-lo e de utilizá-lo, produzindo novas leituras e temporalidades (BARROS, 2012). Essa escola francesa dos anos 1930 tem como proposta inicial quebrar

⁵Para Barros (2013, p.15), a escola de *Annales* tinha “a intenção de refletir panoramicamente sobre a rica diversidade e sobre a crescente complexidade da historiografia contemporânea (...) com ênfase: multidiversificação de modalidades internas ao saber histórico e a permanente e acelerada reconfiguração do Campo da história ao longo do século XX”. Para Burke (1997), *Annales* foi um movimento dividido em três fases: a primeira apresenta a guerra radical contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos; na segunda, o movimento aproxima-se verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos (estrutura e conjuntura) e novos métodos (história serial das mudanças na longa duração) dominada, prevalentemente pela presença de Fernand Braudel (46-69); a terceira traz uma fase marcada pela fragmentação e por exercer grande influência sobre a historiografia e sobre o público leitor, em abordagens comumente chamadas de Nova História ou História Cultural.

paradigmas da visão positivista da escrita da História, que havia dominado o final do século XIX e o início do XX.

Com os *Annales*, é concebida a História problema⁶, que tem como finalidade combater a História tradicional, fugindo da narrativa linear, da factualidade e da História política tradicional, exigindo, portanto, que o passado seja revisitado. Essa nova observação acontecerá através do olhar e das motivações do próprio historiador, encontrando novos fatos alicerçados em fontes diversas.

A História factual, anterior aos *Annales*, era uma narrativa construída na retratação linear dos atos, palavras e atitudes de alguns personagens (dominantes) agrupados em uma cena de curta duração, em que se concentram todas as crises do momento (BLOCH, 2001). A História positivista, segundo Comte, somente aceita como realidade os fatos que possam ser observados, transformados em leis e que forneçam o conhecimento objetivo dos dados, permitindo a previsão de novos dados, criando a dimensão da neutralidade da ciência: o sábio investiga desinteressado das consequências práticas, tendo como propósito somente exprimir a realidade (COMTE, 1976). Os jornais e as revistas, por exemplo, que não precisam se comprometer com a história, utilizam com frequência uma narrativa factual, tradicional onde não se aprofunda conteúdo e abunda a superficialidade do evento ocorrido (BARROS, 2012).

Bloch, “um dos fundadores dos *Annales*”, através de seu manuscrito “A Apologia da História”, descreve qual é o ofício do historiador e como deve ser a história narrada. Segundo ele, História é a única ciência dos homens que incessantemente tem necessidade de unir o estudo dos mortos e dos vivos. O historiador é um intérprete do acontecimento. Ele olha para a economia, para os costumes, para a política, para o território e para a cultura (vestimentas, danças, rituais, religião, alimentação e modos de convívio), de forma a contemplar todos os vestígios do passado, e, não, somente a um documento ou a uma materialidade exposta. Ele descreve que o objeto principal da História é o homem na sua temporalidade, e, portanto, “o bom historiador se parece com o ogro da lenda, onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”. Salienta também que as origens, em primeiro lugar, são dignas de estudo, pois representam um começo que explica muitas coisas. No entanto, “em todas as coisas humanas,

⁶ Segundo Barros, “a evocação de uma “história-problema” como signo identitário importante para o movimento dos *Annales* é o item programático. Essa noção tornou-se de longe o instrumento mais combativo e reluzente do programa dos *Annales*, pois permitia afrontar, através de um novo conceito e de uma nova definição para uma história que se queria nova, o frágil universo dos modelos de historiografia que se limitavam a narrar os fatos ou a expor informações, de maneira meramente descritiva. A bandeira da “história-problema”, uma novidade necessária nos inícios da atividade dos historiadores dos *Annales*, em 1929, tinha cores bem vivas e transluzia à distância – se pudermos utilizar essa metáfora – sobretudo quando era bem agitada nos manifestos da Escola dos *Annales*” (2012, p. 305).

não basta somente a origem, é necessário estudar a evolução dos processos” (BLOCH, 2001, pp. 54-57).

Nesse novo olhar para a História, “há a percepção da importância não só do tempo, mas também do espaço geográfico. O homem remodela a paisagem, atua sobre o espaço e sobre os campos de cultivo e de construção. Este ambiente pode ser um grande conjunto documental” (BARROS, 2012, p. 151).

Também importa lembrar o cunho de interdisciplinaridade dos *Annales* que buscaram na Sociologia, Geografia e Antropologia, por exemplo, suporte para fundamentar a nova visão da narrativa histórica, que derruba as visões tradicionais da história tanto no âmbito político quanto econômico. Bloch afirma, acerca da interdisciplinaridade, que essa é uma novidade na pesquisa e na construção histórica e que

“toda a ciência, tomada isoladamente, não significa senão um fragmento do universal conhecimento, para melhor entender e apreciar seus procedimentos de investigação, será indispensável, associá-los ao conjunto das tendências que se manifestam, no mesmo momento, nas outras ordens de disciplinas outras” (BLOCH, 2001, p. 50).

A História, sob essa nova modalidade de narrativa, segundo Febvre (apud BARROS, 2013) se compromete a refletir, ordenar (fontes e documentos), combater a História política tradicional que privilegia o poder dos dominadores, excetuando os sujeitos esquecidos. Essa é uma constatação de que a história narrada pode ser contestada, pode ser complementada, e pode ser reavaliada quando surge um novo acervo ou quando um pesquisador descobre nos acervos existentes novos rumos, ou seja, a História é uma ciência cognitiva em constante construção.

O saber histórico é um processo permanente e acelerado e foi sendo reconfigurado ao longo do século XX, ampliando os campos historiográficos, marcados pelo surgimento da História cultural, História política, História econômica, História das mentalidades, História local e inúmeras outras modalidades (BARROS, 2013). Por isso, a História é um universo em expansão, como ocorre em outros campos da ciência, em que está acontecendo essa multidiversificação. A História é interdisciplinar e faz parte de todas as ciências, pois todo o momento humano e social tem interferência de todas as áreas do conhecimento. Através da história de todos os saberes cognitivos é que podemos iniciar nossos embasamentos teóricos em todas as áreas (RANGHETTI apud FAZENDA, 2014). Portanto, a História tem interface com todas as outras disciplinas, pertencendo a todas as áreas do conhecimento.

História é acompanhar mudanças, pois seu conteúdo está em constante reconfiguração com as revoluções tecnológicas, mudanças ambientais e políticas. Neste século, com a

aceleração das transformações, é possível ser testemunha de diversos eventos. Um homem, por exemplo, hoje com oitenta anos, passou por guerras, por transformações tecnológicas e industriais (TV e *internet*, por exemplo). É, pois, ator de vários eventos e mudanças. A atualização constante da historiografia é necessária para acompanhar a rapidez desses eventos (BARROS, 2013).

Com o advento da nova história, a diversidade de objetos e novos sujeitos pesquisados revelam vivências de cidadãos comuns, resgatadas de documentos como processos de inquisição, judiciais, cartas e contos que revelavam o cotidiano de vida de classes não dominantes, mas que também marcaram suas ideias no seu tempo, em seu espaço geográfico. A interpretação desse material propicia noções das ideias, das leituras, dos costumes e das práticas de um determinado grupo social, possibilitando que se visualizem outros ângulos da história vivida.

Um dos novos modelos de referência para as histórias particulares é a micro-história, que é o movimento de pesquisa que redefine conceitos e aprofunda métodos existentes. Levi (2011) descreve como um “neoidealismo, pois não é atividade puramente retórica ou estética”. Além disso, Levi explica que seu trabalho na micro história:

Tem sempre se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito [...] toda ação social é vista como o resultado de constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais (LEVI, 2011, p. 137).

Essa forma de contar a história leva em consideração pistas ínfimas e reorganiza os fatos para, após, inseri-los em uma temporalidade. A pesquisa do individual pode chegar a conclusões das insinuações sociais que ocorrem no contexto coletivo e que também se incorpora em um grande sistema. Freitas contextualiza:

O interessante na pesquisa de micro história é perceber o potencial investigativo dos arquivos de pequeno e médio porte. E, não tentar transformar em filósofo o homem comum, mas ver como a vida comum exigia uma estratégia (FREITAS, 1999, p. 64).

Por meio de pesquisas documentais (que incluem arquivos escritos e desenhados, como projetos de arquitetura e engenharia, fotografias e entrevistas), pode-se construir a micro-história dos patrimônios materiais individuais ou coletivos.

Por outro lado, a articulação desses documentos de histórias individuais ou de grupos forma a História Cultural, que ocorre quando são narrados os acontecimentos em um local, desvendando-se os sujeitos que ali residiram, seu cotidiano, suas origens, suas etnias, suas

relações sociais, de trabalho, comerciais e econômicas, culturais e religiosas. História Cultural é um campo historiográfico que se tornou possível a partir da expansão dos objetos historiográficos. Estes objetos, segundo Barros, são:

“cultura popular”, a “cultura letrada”, as “representações”, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de “cultura” (BARROS, 2005, p. 126).

A História Cultural, segundo Burke (2004, p. 33), é um conteúdo de “materiais gerados de modo não intencional, desinteressado ou mesmo involuntário pelas fontes e monumentos”. A cultura pode ser popular ou erudita, mas ela representa o conjunto de produções artísticas e científicas de um povo. O termo cultura também “já foi empregado para descrever seus equivalentes populares como música folclore, medicina popular e assim por diante” (BURKE, 2004, p. 43). Nos estudos mais recentes, é englobada toda a produção de um grupo social como artefatos (imagens, esculturas, ferramentas e arquitetura) e as práticas (jogos, leituras, conversas e linguagem falada). A cultura representa a comunicação física e intelectual que é produzida nos grupos humanos e também aponta os mecanismos e os processos que são utilizados para a sua produção.

A ideia de cultura popular vem do termo alemão *Volkskultur*, sendo reverenciada pelos amantes da Antiguidade, pelos folcloristas e pelos antropólogos. Como afirma Burke, “A partir dos anos 60 é que os historiadores começaram a se interessar por este contexto donde fazem parte canções e contos populares, danças e rituais, artes e ofícios” (BURKE, 2004, p. 29). A cultura popular diferencia-se da erudita ou da letrada pelo fato de ser uma produção vinda da tradição. Entende-se por tradição “certos tipos de conhecimentos e habilidades legados por uma geração até a seguinte” (BURKE, 2004, p. 38). Chartier explica como encontrar elementos padrões através da pesquisa da tradição no coletivo:

A cartografia das particularidades, cuja razão devia ser encontrada na diversidade das condições geográficas, foi substituída pela pesquisadas regularidades — o que significa reatar com a tradição, recusada pelos *Annales* dos anos trinta, da sociologia durkheimiana e preferir o estabelecimento de leis gerais, como desejava a morfologia social, à descrição das singularidades regionais (CHARTIER, 1991, p. 177).

A História privilegiou, por muito tempo, somente a produção erudita marcada por seleções no campo da Literatura, das artes clássicas e do conhecimento dos dominadores intelectuais, desprezando conteúdos populares que eram acessíveis até pela facilidade de

linguagem. Contrariando esse contexto erudito, Ginzburg⁷ descreve alguns títulos da literatura popular que circulavam entre o povo da época, pois eles não tinham acesso à literatura erudita, por ser escrita em latim, língua de domínio somente dos letrados. Segundo Chartier, à medida que se interpreta a leitura dos livros no coletivo, pode-se chegar a novos recortes sociais e novas práticas culturais. A partir dessas estruturas objetivas e quantificáveis, é possível reconstruir as sociedades e encontrar a subjetividade de suas representações. Essas compreendem a sociologia, a etnologia e a identificação de classes, incluindo o estudo dos valores e dos comportamentos de comunidade mais restritos, muitas vezes tidos como homogêneos (CHARTIER, 1991).

No âmbito da História Cultural, está inserida a História Local. O caráter local, segundo Bourdin, é caracterizado por grupos de pequenas dimensões que possuem “o grau de pertença, de organização de ordem das relações sociais e também das econômicas e políticas” (BOURDIN, 2001, p. 14). A configuração local mobiliza proximidade e distância e até podem estar em espaços geográficos amplos, mas que possuem características sociais e culturais similares. O local engloba estilo de vida, experiência individual e modos de funcionamento normativo e moral (BOURDIN, 2001). As facilidades de acesso também criam novos locais e podem abrir espaços para as diferenciações e alteridades.

Segundo Goubert (1988), História Local é aquela que diz respeito a um pequeno espaço de habitação, uma aldeia, uma pequena cidade (um grande centro urbano ou uma capital estão além desse âmbito). Pode também ser a história de uma área geográfica compreendida na dimensão de província ou então um distrito de um município da região serrana. Nessa análise, são determinadas características específicas desse pequeno espaço e que possuem padrões antropológicos e culturais similares.

Barros, ao escrever para a Revista Principia, conceitua o termo da seguinte forma:

A História Local é entendida como uma modalidade de estudos históricos que contribuiu para a construção dos processos interpretativos sobre as

⁷ Numa aldeia tão pequena como Montereale, tais dados são significativos e apontam para uma rede de leitores que superam o obstáculo dos recursos financeiros exíguos, passando os livros de mão em mão (GINZBURG, 1975, p. 68). Uma larga rede de circulação que envolve não só padres (como seria previsível), mas até mesmo mulheres. Sabe-se que em Udine, desde o início do século XVI, havia sido aberta uma escola, sob a orientação de Gerolamo Amaseo, “para ler e ensinar, sem exceção, filhos de cidadãos assim como de artesãos e populares, grandes ou pequenos, sem nenhum tipo de pagamento” (GINZBURG, 1975, p. 69). Ao lado da Escritura, encontramos livros de piedade, reelaborações da Escritura em verso e prosa, vida de santos, um almanaque, um poema semissatírico, um livro de viagens, uma crônica, uma antologia de contos (Decameron), todos em língua vulgar (como já foi dito, Menocchio não sabia muito mais de latim do que aprendera ajudando a missa), escritos dois ou três séculos antes, muito difundidos e consumidos por pessoas de várias classes (GINZBURG, 1975, p. 71).

formas como os atores sociais se constituem historicamente em seus modos de viver, situados em espaços que são socialmente construídos e repensados pelo poder político e econômico na forma estrutural de “bairros e cidades” (BARROS, 2012, p. 71).

O local é o primeiro espaço da atuação do homem (BARROS, 2012). Nesse, ele habita, trabalha, pode socializar-se e organizar-se politicamente. A normatização (modos de se organizar, leis e regras morais e sociais) desse grupo pode ser diferenciada das formas do município-sede a qual ele pertence. Portanto, ali acontecem muitas ações que, segundo Barros, definem como vivem esses sujeitos históricos e cidadãos. O estudo dessa História “configura-se como um espaço que o local e o presente são referentes para o processo de construção de identidade” (BARROS, 2012, p. 71).

Com o olhar voltado à História Local, é possível identificar histórias de sujeitos esquecidos e escrever uma nova narrativa que registra experiências individuais e coletivas. O local é o principal espaço de democracia (BARROS, 2012). O local “supõe grupos de pequenas dimensões pouco diversificadas aos quais pertencemos por nascimento, dos quais é difícil sair e que exercem uma pressão muito forte sobre os indivíduos” (BOURDIN, 2001, p. 9), diferente de grupos maiores, em que os indivíduos deslocam-se livremente. Devido à globalização, o caráter local adquire importância pelo fato de resistir a esse processo. No âmbito local, a configuração mobiliza o grau de pertença, as relações de vizinhança, as de organização de relações sociais, econômicas e políticas (BOURDIN, 2001). As mobilidades e as dificuldades de deslocamento para outras regiões também favorecem as permanências nesse grupo.

As conclusões de Bourdin sobre o local estão em três conceitos: primeiro, a ocorrência com um processo reflexivo e social, em que são definidos os limites territoriais; em segundo lugar, existe um ambiente localizado, que produz um sentimento coletivo; em terceiro e último lugar, esse espaço, quando não definido por escala ou por medidas rígidas, pode ser delimitado por um fator geográfico, como um lago ou uma montanha (BOURDIN, 2001). Esse local também pode ser específico. Pode ser temático, ou seja, característico de uma atividade humana específica. Por exemplo, pode existir devido a uma ação industrial, comercial ou então ser um espaço residencial onde se conserva a homogeneização do grupo⁸. Essas ações também podem ser de cunho imobiliário, pela beleza local, ou pelo lazer e

⁸A título de exemplo atual, citam-se os condomínios com casas padronizadas para um público específico ou loteamentos populares com casas iguais, inclusive na metragem total, do programa “Minha Casa Minha Vida” do governo federal (BRASIL, 2016).

descanso. Os acidentes geográficos são outro fator que pode determinar a utilização das áreas de ocupação humana. Há muitos “locais que se autogerenciam paralelamente ao estado” (BOURDIN, 2001, p. 92). Bourdin também menciona as estações, no caso férreas, como espaços de passagem e apoio, que solidificam a importância de um ambiente urbano particular. A localização para ele, portanto, é um processo de construção da ação e formulação e de realização de objetivos, com relação a contexto de recursos e de exigências, que constitui o lugar e é constituído por ele (BOURDIN, 2001, p. 175). Segundo Barros:

Para efetivar o estudo do local, a proposta fundamenta-se na história do cotidiano e apropria-se de seus métodos, com o objetivo de inserir as ações de pessoas comuns na constituição histórica e não exclusivamente às ações de políticos e das elites sociais (BARROS, 2012, p. 73).

Entender a história local é também conhecer os processos políticos e administrativos de formação dos municípios brasileiros. O conhecimento histórico desses locais também pode encontrar, de forma significativa, diferenças culturais no contexto municipal. As ações decorrentes do convívio, da sobrevivência e de eventos sociais caracterizam o local como uma cidade, vila ou bairro. Esses são agrupamentos resultantes dos processos de urbanização, portanto são concebidos quando ocorrem novas associações, com vistas à autonomia social, econômica e política (NASCIMENTO apud TORRESINI, 1998).

O local torna-se uma cidade ou vila quando se constituem agrupamentos de pessoas que utilizarão uma estrutura de serviços, lazer, cultura e educação mútua. A urbanização organiza esses espaços em áreas residenciais e de atividades de suporte para melhoria do cotidiano. Essa extensão é concebida quando ocorrem novas associações, com vistas à autonomia social, econômica e política. É um ato civilizador, que tem como razão o progresso, com vistas à produtividade e à proteção organizada para eficácia e para rendimento máximo dos indivíduos (NASCIMENTO apud TORRESINI, 1998). Segundo Santos,

“o lugar onde está cada pessoa no mundo é percebido como lugar da vida e é símbolo daquele tipo de vida que a situa em relação a outras possibilidades, é a essência do espaço onde é necessário considerar os diferentes cotidianos” (SANTOS, 1988, p. 45).

Os primeiros povoamentos, no Brasil, eram chamados de aldeias. A aldeia chegava ao status de Vila quando agregava alguns serviços como comércio de abastecimento, áreas de

convívio social e um espaço administrativo. É uma “povoação de categoria inferior a uma cidade, mas superior a uma aldeia” (LOUSADA, 2008, p. 8)⁹.

As antigas cidades geralmente eram pequenas, no entanto possuíam mecanismos de defesa, estruturas administrativas de fiscalização. Possuíam limites claros (muros ou cercas) que, além de proteger, serviam para separar o espaço da zona rural (LAMAS, 1993). As vilas eram diferenciadas das cidades no Brasil colonial especialmente por não possuírem uma sede administrativa autônoma¹⁰.

O ponto focal da implantação de novas vilas no País, no século passado, aconteceu com a industrialização, motivando o êxodo rural. Algumas vilas foram criadas para suprir as necessidades de mão de obra na construção de vias férreas, provendo os canteiros de obra com mão de obra. Essas pessoas precisavam ser supridas de alimentos, escola, saúde e lazer. As relações sociais dessas pequenas comunidades também necessitavam de uma organização política e estrutural que foi, por vezes, gerada pelo Estado a partir do exército. (NASCIMENTO apud TORRESINI, 1998).

Atualmente, é possível conhecer algumas histórias locais a partir dos depoimentos de moradores locais. Por meio dessas memórias vivas, é possível obter um novo olhar da história que agrega também novas fontes não oficiais, como cartas, fotografias e processos judiciais. Essa nova história foge do senso comum da História Tradicional para trazer novas abordagens (BURKE apud BURKE, 2011). As narrativas atuais se aproximam do cidadão comum, pois a geração de novos dados vai além da pesquisa em documentos oficiais e de depoimentos dos sujeitos dominantes (que privilegiam em suas narrativas interesses políticos e econômicos). A mudança dessa visão ampliou os limites da disciplina dos historiadores e abriu novas áreas de pesquisa, portanto essa é a História vinda de baixo, contada pelos sujeitos esquecidos na história tradicional (SHARPE apud BURKE, 2011). Thompson foi o mentor também desse

⁹ Em ensaio sobre as aldeias históricas portuguesas, Lousada explica a importância de um recorte temporal para o estudo dos grupos: “É provável que algumas dessas vilas já no século XVIII fossem predominantemente aglomerados rurais, mas não se pode pôr de lado o fato de estes núcleos, por serem sedes de conselho, serem uma unidade administrativa e judicial de primeira instância, o que se traduz na autonomia municipal e nos seus símbolos, a câmara e o pelourinho ou picota. As vilas eram terras com município, possuíam geralmente carta de foral e uma designação - vila - quase mantinha um título de prestígio na hierarquia simbólica das terras do país mesmo quando perdera a autonomia municipal. Os problemas metodológicos na definição dos lugares urbanos são presentes e não existe consenso entre os estudiosos, questão que se complica ainda mais quando se trabalha no tempo longo” (LOUSADA, 2008, pp. 8-9).

¹⁰ Vilas e cidades diferenciavam-se bastante dos primeiros (povoamentos), pois só nelas estava a sede de um governo local. Ali se fazia justiça em nome do Rei, prerrogativa que se materializava obrigatoriamente na paisagem urbana pela ereção de um pelourinho. Tinham direito, ademais, às dignidades e regalias conferidas pelas ordenações aos conselhos e a seus cidadãos. E possuíam, finalmente, um termo, ou área de jurisdição, dentro da qual se situavam os arraiais e um patrimônio fundiário: as terras do Conselho (ABREU, 1997, pp. 214-215).

pensamento e expõe seu ponto de vista no prefácio de uma de suas principais obras de história inglesa:

Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual “obsoleto”, o artesão “utopista” e até os seguidores enganados de Joanna Douthcott, da enorme condescendência da posteridade. Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter-se tornado retrógrada, seus ideais podem ter-se tornado fantasias. Suas conspirações insurrecionais podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles tiveram períodos de extrema perturbação social, e nós, não? (THOMPSON, 1965, pp. 12-13).

Na História do presente¹¹, é possível levantar essas opiniões com o recurso da memória oral de pessoas que presenciaram e vivenciaram acontecimentos e que podem manifestar suas opiniões. Segundo Pollak, essa nova postura da história valorizou os testemunhos:

Essa abordagem possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa (POLLAK apud FERREIRA, 2000, p. 7).

O que frequentemente acontece com esse resgate é que não existe mais uma verdade absoluta, pois os novos indícios trazem novas dimensões aos eventos investigados. Por isso, atualmente, a escrita da história é subjetiva, ao passo que cada pesquisador tem uma interpretação dos dados que encontra e analisa.

A concretização das características de um local pode estar em seu acervo material, portanto as representações de um grupo social também podem ser retratadas pelo seu patrimônio por meio do acervo de documentação escrita, artefatos, arte e edificações. As construções materiais podem abrigar atividades como moradia, trabalho, lazer e comemorações religiosas e cívicas (BOURDIN, 2001).

¹¹ História do presente segundo descreve Ferreira: Ou ainda, como afirma Hobsbawm, “o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação” (FERREIRA, 2000, p. 9). Ainda segundo Chartier, a história do tempo presente “permite uma acuidade particular para equacionar o entendimento das relações entre a ação voluntária e consciência dos homens e constrangimentos desconhecidos que a encerram e a imitam. Melhor dizendo, a história do tempo presente pode permitir com mais facilidade a necessária articulação entre a descrição das determinações e das interdependências desconhecidas que tecem os laços sociais” (FERREIRA, 2000, p. 11).

3.2 PATRIMÔNIOS, MEMÓRIA E IDENTIDADE.

Patrimônio é a expressão que designa, segundo Choay, todo o acúmulo de bens materiais e imateriais que possuem um passado comum e um valor coletivo. Também podem ser definidos por herança paterna, bens de família, elos de continuidade, pertencimento e identidade. O patrimônio é uma representação coletiva de forma material ou simbólica, composto de um bem ou de um conjunto de bens que permite o reconhecimento do passado de uma sociedade, de uma cultura e dos elos que ligam um grupo social a ela (CHOAY, 2001).

O patrimônio é um imenso tesouro do saber à disposição, uma memória viva que possibilita novas interpretações. A nova história vem corroborar com este intuito instigando o pesquisador a ressuscitar o passado, sob novos olhares. Possui uma função educativa quando representa uma pessoa, uma época e uma temporalidade. Para ser considerado um bem cultural, não precisa de reconhecimento nacional, basta ser importante para uma coletividade (CHOAY, 2001).

Segundo Salvadori (2008, p. 11), “O patrimônio se constitui com a valorização material e simbólica dada a um bem ou conjunto de bens”. A finalidade dos monumentos é fazer reviver um passado mergulhado no tempo, pode ser um objeto do saber, pode ser uma obra de arte, instigando a sensibilidade artística. Produz uma identidade coletiva quando representa simbolicamente os processos sociais ocorridos no local (BOURDIN, 2001).

Atualmente, é considerado bem patrimonial passível de preservação o bem individual ou conjunto que seja portador de valor histórico¹² – portador, portanto, de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Essa descrição favorece a criação de identidades específicas para cada grupo social em seu território de assentamento. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2016).

Por meio dos patrimônios materiais, é possível chegarmos ao patrimônio imaterial de uma comunidade. Este representa o que o olhar não enxerga, mas que somente é revelado

¹²Conceito de bem patrimonial segundo o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937).

através da pesquisa histórica dos locais. Essa atenção focalizada nos espaços materiais observará rituais, hábitos, costumes, saberes, alimentação, linguajar, festividades, religiosidade e outras formas de manifestação popular, pois o figurante principal da história é o homem. Segundo o site do IPHAN,

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas) (IPHAN, 2016).

Os espaços e as edificações também trazem entre suas paredes muitas histórias de vidas, de ações sociais, de atitudes e de ações humanas características de um tempo ou de um período histórico próprio. Conhecer os acontecimentos históricos que nesses locais ocorreram é parte de uma pesquisa que requer levantamentos de testemunhos, memórias, saberes, documentação, seja oficial, seja informalmente (cartas, contos, literatura popular e fotos) (BURKE apud BURKE, 2011).

É importante ressaltar que, no patrimônio imaterial, está o grande diferencial na preservação de bens materiais que não possuem uma beleza estética considerável, mas que, por sua importância social e cultural para o coletivo, merecem ser conservados e preservados.

Patrimônio representa, portanto, a memória coletiva de seu tempo e produz identidades sociais, pois explica como os homens apropriam-se da realidade nesse período e lutam por suas ideias. A identidade será gerada pelas memórias.

A memória é a propriedade de armazenar informações, é a faculdade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas (LE GOFF, 1996). A memória, atualmente, é considerada como objeto de pesquisa para a nova escrita da historiografia.

Os antigos gregos diziam que a memória (através da Deusa Mnemosyne) protegia a História e imortalizava o passado, sendo um dos meios para chegar a ele. Ela não é um dado pronto, mas está apta a ser interpretada e complementada. Nutre-se de lembranças vagas ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a toda a transferência, censura ou projeção (SALVADORI, 2008).

O esquecimento faz parte da faculdade da memória, por isso a importância de registrar esses dados e armazená-los para futuras pesquisas, já que depender somente do recurso mental humano é insuficiente. Memória individual é um processo fisiológico que ocorre quando a pessoa é levada a relembrar imagens, sentimentos, opiniões e narrar o

acontecimento segundo sua visão pessoal. A memória revela os sentimentos e os pensamentos que, muitas vezes, fundamenta como se enxergam as circunstâncias sociais. O sujeito pode ter o seu ponto de vista (sua bagagem interior) contrário ao grupo ou pode sofrer a influência do contexto social em seu entendimento particular (HALBACKS, 2006).

O testemunho traz lembranças passadas na memória, que se somam aos pensamentos atuais para formar um depoimento. Várias pessoas descrevem perfeitamente experiências vividas, pois existem eventos que são muito marcantes tanto na infância como na fase adulta e, por conseguinte, mais fáceis de lembrar. Para que se perceba uma memória coletiva, é necessário que os depoimentos concordem em vários aspectos e tenham muitos pontos de contato, estabelecendo, assim, um fundamento comum (HALBACKS, 2006). Esses depoimentos e essas noções comuns formam o conjunto que faz parte da mesma sociedade, assim é possível reconhecer uma lembrança e reconstruí-la coletivamente.

A memória compartilhada pode resultar em boas hipóteses da realidade social. As problemáticas integrativas podem trazer traços reais de pertencimento. Quanto maior for a comunicação dos indivíduos em relação ao coletivo, mais eficiente será a construção da memória coletiva e, em consequência, a identidade do grupo social. Os fatos precisam se entrelaçar evitando a dúvida que propicia alterações na realidade memorial. Estabelece-se, portanto, uma identidade coletiva através de semelhanças e similaridades (CANDAU, 2012). Inclusos na identidade estão hábitos incorporados, traços culturais, relações, reações e interações sócio-situacionais. Esses parâmetros, segundo Candau,

São produzidos e se modificam com o quadro de situações, contexto, circunstâncias de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de visões do mundo identitárias ou étnicas. Processos dinâmicos de inclusão e exclusão de diversos atores criam recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros provisória ou definitivamente descartados (CANDAU, 2012, p. 27).

A identidade étnica e cultural de um grupo cria fronteiras sociais quando são determinadas as suas representações, crenças, recordações, ideologias, religião popular, consciência ou memória coletiva, mais elementos reais ou imaginários. Essa comunidade também determina sua normatização informal (legitimação informal de ritos, crenças e fantasias) e formal (leis que regem a vida do grupo). Quem está inserido em um coletivo acredita que a identidade faz parte da sua própria natureza. Segundo Hall:

O indivíduo embora exista e aja como um ser autônomo faça somente porque ele pode se identificar a si mesmo como algo mais amplo, como um membro de um sociedade, grupo, classe estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele

pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente reconhece como seu lar (HALL, 2003, p. 48).

Pode-se estabelecer uma identidade nacional ou única, se forem encontrados, na narrativa cultural coletiva, histórias, mitos, mídias, cultura popular e literaturas. O cotidiano será marcado pelas mesmas perdas e desastres, pela tradição, pela ênfase nas origens, pela intemporalidade (HALL, 2003).

A identidade precisa estar alicerçada em vários indivíduos, e, não, apenas determinada por um grupo dominador. As relações culturais similares são encontradas em agrupamentos sociais que ocupam espaços urbanos, nas cidades e nas vilas. É nesses espaços comunitários que acontecem os vínculos sociais e de pertencimento.

3.3 CIDADES E VILAS

“Não gostamos mesmo do passado, e vivemos como se não tivéssemos memória e ela não servisse para nada. Este país que nos habituaram a acreditar produzido por causalidades, nasceu pronto, foi ocupado a partir de decisões do governo pré-elaboradas. Basta lembrar nas primeiras tentativas de conciliar administração e território, as capitânicas hereditárias, linhas paralelas feitas a esquadro sobre uma terra que não se sabia como era e nem o que continha. Mas que se queria disciplinada e sob controle, aumentando glória e riqueza dos colonizadores.” (SANTOS, 1988, p. 39).

Para entender melhor as articulações sociais e culturais em um local, torna-se essencial aprofundar os diversos conceitos de cidade e vila. Essas definições auxiliarão na compreensão das relações do espaço social com seu patrimônio material e imaterial.

Cidade é um “objeto conceitual, abstrato, embora construído sobre uma base material formada por edificações, arruamentos e monumentos, etc. A cidade é o lugar, o particular, o concreto, o interno. Nela está o transporte, a especulação imobiliária, a habitação” (SOUZA apud GONÇALVES, 1995, p. 65). O urbano atual é o local onde se encontra a produção, a divisão do trabalho e as classes sociais, e onde acontece a vida social com seus acertos e conflitos. Palco de confrontos, atualmente concentra telecomunicações e serviços variados para uma população heterogênea, formada por uma diversidade de pessoas. Nas cidades, as edificações e as implantações históricas mesclam-se com diversas épocas de vivência

humana: “Há as cidades históricas e as cidades instantâneas, as permanentes e as transitórias, as pequenas, as grandes e as colossais. Aquelas que veem minguar sua população até se tornarem fantasmas e as que ruem, pois não foram tombadas” (GONÇALVES, 1995, p. 197). A coexistência de edificações de outras épocas com as construções atuais, portanto, é um processo ideal para manterem-se ícones de memória viva das épocas e para caracterizarem-se, de forma diferenciada, as cidades, pois cada local tem seus pertencimentos e sua história e constrói suas novas necessidades de formas diferentes.

Todo aglomerado urbano tem uma implantação inicial, uma história de ocupação que pode ser livre ou projetada. A primeira forma de ocupação urbana do território foi a aldeia-rua primitiva, e que continua a existir encontrando sua forma atual na cidade linear.

Nesse procedimento espontâneo de urbanização, o caminho também é um elemento crucial na implantação de novas cidades, pois é um importante e estreito vínculo entre estrada e urbanização, sendo fruto do percurso dos animais, dos homens e de suas caravanas (PANERAI, 2006). Por isso, os meios de transporte foram um dos propulsores do crescimento de várias cidades e de seus subúrbios (estrada de ferro é um exemplo desse modelo de crescimento). Os caminhos são considerados como os principais elementos estruturadores da percepção ambiental das pessoas, pelo fato de estas perceberem a cidade enquanto se deslocam. Eles não apenas estruturam a sua experiência, como também estruturam os outros elementos da imagem da cidade (LYNCH, 1960).

As cidades vizinhas pertencem a uma região. Segundo Vainer, “O regionalismo é um recorte territorial, na constituição da identidade onde um ou mais grupos se reconhecem igualmente na elaboração de estratégias políticas.” (VAINER apud GONÇALVES, 1995, p. 170). Ocorre no espaço regional o acentuar de uma atitude com alto grau de pertencimento, excluindo pessoas que estão fora do padrão. Esse é um processo de geração de novas identidades em que, muitas vezes, os imigrantes e migrantes¹³ acabam sendo locados nas zonas de periferia, por estarem fora dos padrões de identidade local e, muitas vezes, não terem posses para adquirirem espaços em zonas centrais (VAINER apud GONÇALVES, 1995).

As cidades podem possuir tipologias específicas em suas edificações ou em seus elementos morfológicos que a diferenciam das outras localidades da região. O estudo da relação dos tipos de edificação com a forma urbana possibilita compreensão acerca da estrutura da cidade e também de sua continuidade histórica como processo e fenômeno

¹³ Imigrante: que ou quem imigra ou se estabelece em região ou país diferente do seu. Migrante: aquele que se desloca dentro do próprio país (FERREIRA, 2009).

parcial. Também são estabelecidas as hierarquias dentro das estruturas, indicando zonas mais favorecidas dentro do contexto urbano (PANERAI, 2006).

A vila é uma área diferenciada do restante do tecido urbano, pois não possui independência administrativa dependendo da sua sede. Pode apresentar, em relação à cidade a que pertence, diferentes texturas, espaços, formas, detalhes, símbolos, tipos de edificação, usos e atividades (LYNCH, 1960). A vila na atualidade é uma seção da cidade que a administra.

No Brasil Colônia, a vila era uma sede municipal. Nesse período, ela ostentava, independentemente das características de seu traçado viário, um conjunto articulado de igreja matriz e adro¹⁴, com clara preponderância sobre outros eventuais conjuntos semelhantes de edifício e largo. Nas proximidades desse conjunto de atividades religiosas, localizava-se a casa de câmara e cadeia e o pelourinho (MARX, 1991). A presença pouco comum de um plano urbanístico ficava também pontuada por tais referências, quando não ia se submetendo a elas através da expansão gradual de um adro, do desvio ou mesmo da interrupção de alguma rua: “Ainda que tal não ocorresse, mesmo um traçado de cidade mais geometrizado, ondulado no relevo, exibia logo, nas cristas do sítio urbano, marcos decididamente religiosos” (MARX, 1991, p. 89).

Vilas também podem ser acampamentos militares ou assentamentos de operários na implantação de grandes obras. Nessas vilas, é comum encontrar hierarquias onde se destacam as moradias dos chefes ou engenheiros e dos trabalhadores ou subordinados. Nesse caso, a vila é implantada de forma estratégica e ordenada, onde ficam determinadas as graduações militares, evitando desvios e desordem social. A vila dentro da implantação de cidades pode, portanto, traçar zoneamentos que manipulem os habitantes, evitando as pluralidades. Atualmente, os condomínios fechados, que abrigam várias moradias, também são espaços fechados inseridos em locais dentro do contexto urbano. No entanto, existem também formas de ocupação especial que são espaços formados sem uma estrutura visível, como aglomerados urbanos em torno de um riacho, de uma rodovia ou até assentamentos irregulares em encostas (SANTOS, 1988).

Tanto vilas como cidades foram e são palcos de manifestações culturais diversas e que, muitas vezes, auxiliam no decodificar da identidade coletiva. A história desses espaços pode ser contada através de seus acervos materiais e de suas memórias. Entre esses, o patrimônio material é uma das memórias vivas e concretas de um grupo social, pois

¹⁴ Adro: terreno em frente ou nas laterais da Igreja, utilizado às vezes de cemitério (FERREIRA, 2009).

caracteriza uma determinada época, em um contexto geográfico específico, por isso é imprescindível descrevê-lo detalhadamente.

3.4 METODOLOGIA

A delimitação da temática parte do interesse pessoal pela pesquisa no campo da história que estuda os patrimônios históricos materiais e imateriais. A atualidade do tema denota as dificuldades em preservar os imóveis no espaço urbano, campo de conflitos constantes com a especulação imobiliária e o chamado progresso (BARROS, 2005). A preservação de patrimônios históricos tem sido apoiada por leis no Brasil desde 1937, no entanto se constatou o desinteresse das comunidades atuais em conservar edificações históricas, como se analisará posteriormente. A partir de levantamentos das fichas de imóveis, em especial na Prefeitura de Bento Gonçalves, chegou-se à conclusão da necessidade de elaborar um modelo-ficha que abrangesse importâncias técnicas e históricas e culturais, com a finalidade de convencimento social para a preservação. A inovação vem no sentido de, junto aos dados técnicos, descrever-se a relevância histórica das edificações pesquisadas. Trata-se de um conteúdo de alcance social que irá interferir nas futuras consultas dos conselhos patrimoniais e da comunidade, requerendo dos arquitetos e urbanistas dedicação especial à pesquisa dos imóveis de valor histórico.

Constatado o problema da falta de conhecimento que os profissionais de arquitetura e urbanismo possuem em relação à análise e estudo dos patrimônios materiais foi averiguado, em um quadro comparativo, os conteúdos curriculares de sete universidades brasileiras. Estas escolas foram escolhidas a partir de critérios caráter pioneiro¹⁵ (UFRGS, Porto Alegre, RS e USP-FAU, São Paulo, SP), proximidade dos conselhos avaliadores (UNIFRA, Santa Maria, UNISC, Santa Cruz do Sul e UNIVATES, Lajeado, RS), instituição de ensino no estado brasileiro com melhores leis de preservação de patrimônios históricos (UFMG, Belo Horizonte, MG, que é também a primeira escola de Arquitetura do País) e o curso desta instituição (UCS- Caxias do Sul-RS). A partir dessa análise, segundo as percentagens do quadro foi possível entender o desinteresse e o desconhecimento dos profissionais em relação à preservação e ao restauro de patrimônios.

¹⁵ A Faculdade de Arquitetura da UFRGS foi a primeira do RS, fundada no ano de 1952. A USP- FAU, fundada em 1948, é um dos cursos mais antigos do País. Na UFMG, o curso de arquitetura foi fundado em 1948, primeiro do país. Dados provenientes dos sites dessas instituições, listados nas referências deste trabalho.

Com a intenção de direcionar a pesquisa, principalmente, a profissionais e a estudantes de Arquitetura e Urbanismo, verifica-se a importância de conceituar temas (já conceituados em capítulos anteriores) como história e suas novas perspectivas, memória, identidade, patrimônio e local com abordagem especial a cidades e vilas. Segundo Laille et al. (1999, p. 91), “os conceitos são representações mentais de um conjunto de realidades em função de suas características comuns essenciais”, por isso a compreensão dessas temáticas se torna indispensável para entender, explicar e justificar a elaboração do modelo-ficha. A conceituação de História parte dos princípios teóricos da nova história (*Annales*) e chega à particularidade da história local, que, finalmente, articula áreas cognitivas afins que incorporam os graus de pertencimento de uma comunidade (BOURDIN, 2001). Portanto, a generalização teórica é concebida como ponto de partida conceitual e que, gradualmente, chega a particularidades e características essenciais e fundantes (LAILLE et al., 1999).

A revisão bibliográfica foi realizada com o intuito de conhecer os trabalhos existentes que descrevem imóveis de valor histórico sendo analisados os conteúdos de pesquisas diretamente ligadas ao tema. O procedimento buscou, através de palavras como patrimônio histórico, inventários, ficha técnica e memorial descrito de imóveis, a literatura escrita nos últimos cinco anos sobre essa temática. Os conteúdos selecionados para a revisão bibliográfica foram diretamente relacionados a fichas, inventários de patrimônios históricos e educação patrimonial.

O modelo-ficha de imóveis com valor histórico foi elaborado em uma tabela de informações para facilitar o preenchimento. Essa tabela foi seccionada a partir das temáticas: descrição técnica, história, articulações sociais e culturais dos imóveis a serem estudados.

Para validar o modelo de ficha de imóveis a serem preservados, sucedeu-se a quatro visitas presenciais a conselhos de patrimônios históricos. Com o objetivo de registrar as opiniões individuais de cada conselheiro presente, foi formulado um questionário com perguntas de respostas de múltipla escolha e descritivas, pois “A pesquisa de opinião é uma estratégia de pesquisa que visa a conhecer as opiniões e as intenções de uma população” (LAILLE et al., 1999, p. 148). Nesse caso, foram consultados os conselheiros, grupo específico envolvido nas suas cidades diretamente com resoluções de preservação e demolição. Os dados, depois de compilados, serviram para acréscimos e alterações do modelo-ficha.

Para compreender a normatização dos COMPAHCs, foram analisadas as leis que criaram e que norteiam os processos de análises de preservação ou de autorizações para demolição. Juntamente com tais leis, foram analisadas as leis de preservação patrimonial

vigentes no Brasil desde 1937. Abordou-se, também, a legislação específica do COMPAHC de Bento Gonçalves, a qual confere a esta entidade o caráter deliberativo (a maioria dessas entidades tem somente o caráter consultivo em sua normatização).

Com o intuito de testar os itens do modelo-ficha elaborado, foram preenchidas as lacunas da tabela com o *case* prático de uma vila em Bento Gonçalves. O estudo de caso constitui um meio fundamental para compreender o funcionamento prático da tabela teórica modelo-ficha concebido. Para o preenchimento do modelo-ficha, foram necessários levantamentos de dados técnicos e históricos do local, objetivando a apropriação do espaço e das suas relações sociais. A Vila, no caso, é um local implantado em uma via férrea do estado. Primeiramente, foram colhidos documentos na RFFSA, que é a atual proprietária do conjunto urbano de KM2, *case* desta pesquisa. Foram disponibilizados, na sede da RFFSA em Porto Alegre, livros, registros das estações e, em especial, mapas da linha férrea e de uma das vilas vizinhas que é similar à do estudo. Em segundo lugar, consultou-se o atual Batalhão das Comunicações, com sede em Bento Gonçalves, RS, pois esse batalhão, anteriormente, era chamado de Batalhão Ferroviário, responsável pela construção das vilas e do tronco sul na cidade e seus arredores. No batalhão, foram disponibilizadas fotos da vila, documentação escrita da obra e mapas gerais. A documentação própria do batalhão ferroviário foi encaminhada à sede em Lages, SC, para o museu ferroviário, que, posteriormente, foi acometido de um incêndio (informação cedida em entrevista com Ferreira, 2014). Importantes nesse processo de análise de documentação são as leituras de mapas e de fotos antigas. Os mapas possuem símbolos (norte, escala gráfica ou escala indicada em números, e outros indicados nas legendas), legendas, marcação de vegetação significativa e de acessos mais importantes. Nos mapas analisados, há uma linha de interrupção¹⁶ para que, em representação gráfica, a rota desenhada caiba em uma folha tamanho A1 (Anexo I). As fotos obtidas na pesquisa de documentação são importantes, pois estabelecem um diálogo entre o real e o captado na imagem, constata o que está escrito nos documentos e o que foi relatado nas entrevistas. As fotos potencializam as representações do coletivo e são veículos do imaginário urbano e auxiliam no resgate às memórias (POSSAMAI, 2005).

A documentação auferida não seria suficiente para escrever-se toda a história local, por isso foi utilizada a metodologia de memória oral. Essa modalidade de levantamento de dados é uma fonte de história, que possui critérios claros de utilização, e auxilia na construção

¹⁶ Linha de interrupção, na representação gráfica, encurta distâncias que não são importantes para o entendimento total do traçado da via ou caminho. Este caminho pode ser todo representado em um tamanho de possível impressão e visualização (CHING, 1991).

da história para complementar e corroborar as informações dos documentos materiais, como livros, registros, cartas e fotografias. As entrevistas são realizadas com pessoas que presenciaram os eventos e que deles fizeram parte. Para produzir esse tipo de documento, é necessária uma sistematização que requer pressupostos éticos, procedimentos sistemáticos, preparação dos pesquisadores e de abordagem do entrevistado. As formas padronizadas no trabalho de equipe e o compromisso com a complementariedade garantem o que a história oral tem de mais precioso: “a possibilidade de reconstruir a história através de múltiplas versões, ou seja, desvendar o jogo complexo das ideologias através delas mesmas” (ALBERTI, 2004, p. 13). Para as entrevistas foi criado um roteiro com vistas a orientar as perguntas a serem seguidas. No entanto, essas serviram para iniciar os contatos que seguem o curso de memória do entrevistado. Ao mesmo tempo em que o entrevistado narra episódios individuais, esses acabam fazendo parte dos acontecimentos coletivos dos quais ele fez ou ainda faz parte. Por isso, é tão importante o cruzamento de informações que confirma os acontecimentos e as vivências coletivas (FERREIRA; AMADO, 1996).

Após a compilação dos resultados da validação e do teste realizado no modelo-ficha de edificação individual, foram desenvolvidos os conteúdos faltantes, quais sejam, a construção de um novo modelo-ficha, a elaboração de diretrizes para captação de imagens, além de proposições para a educação patrimonial no ensino superior.

4 LEIS PATRIMONIAIS E COMPAHC

A preservação dos patrimônios, materiais ou imateriais, estão protegidas pela Constituição da República Federativa do Brasil. Em âmbito mundial de preservação, as primeiras leis de preservação foram instituídas na França, em 1830, “por Vitet Mérimée e pela primeira *Comission des Monuments Historiques*” (CHOAY, 2001, p. 95). No Brasil, a primeira lei de preservação instituída foi influenciada pelo Movimento de Arte Moderna de 1922. Segundo o IPHAN (2010), em 1936, por solicitação do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, Mário de Andrade redigiu o anteprojeto da lei de proteção ao patrimônio cultural, no qual se propõe a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN). Verdadeiro visionário, Mário de Andrade colocou em destaque, em seu texto, a riqueza das expressões e manifestações culturais e a importância da diversidade. Seu amplo conceito de patrimônio estava à frente das concepções culturais da época.

Em 1937, o Decreto-Lei nº 25 instituiu a proteção do patrimônio nacional de forma sistematizada. Nessa data, também foi instituído o IPHAN, que tem por objetivo cadastrar bens históricos e, entre outros, informar sobre cursos e concursos e apresentar trabalhos significativos de restauro. A partir dessa data, já são mais de 676 bens no livro de tombos.

Em 1988, a Constituição estabeleceu que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. O texto, em seu art. 216, § 10 e em seu art. 23, incs. III e IV, afirma que são considerados patrimônios históricos: núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, bens individuais, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, arquivistas, bibliográficos, videográficos e fotográficos, incluindo em suas categorias bens imóveis e bens móveis. Já no que tange a bens imateriais, verificam-se quatro categorias: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares (SALVADORI, 2008).

A Constituição também assegura o direito à função social do imóvel tombado ou inventariado (são duas categorias de proteção, a primeira com o tombamento do imóvel inventariado através do governo federal, e a segunda é assegurada pelos planos diretores municipais que inventariam os bens e, após, podem solicitar tombamento com apoio do governo federal), portanto, se os proprietários descuidarem do imóvel, causando-lhe danos, estão sujeitos a um regime jurídico próprio. Esta punição está descrita no art. 216, § 4 da constituição federal.

O imóvel inventariado (cadastrado pelo poder municipal por sua importância histórica e passível de futuro tombamento) pode ser protegido por leis municipais, inclusas no plano diretor, em que são assegurados para a preservação. O imóvel cadastrado somente poderá sofrer intervenções como restauro, reformas e mudança de função¹⁷ com o aval maioritário do conselho municipal. Essas entidades foram implantadas nas cidades a partir dos anos 2000, com amparo no Estatuto das cidades, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. O conselho em questão é formado pelas principais representações comunitárias da cidade, como universidades, associações de moradores, de profissionais, e pelas secretarias de cultura e de turismo.

No município de Bento Gonçalves, dois decretos e duas leis municipais normatizam as preservações e o caráter deliberativo do COMPAHC, sendo mais relevante o Decreto Lei nº 4.445, de 3 de setembro de 2008. O conselho foi criado em lei anterior (Lei nº 3.825, de 9 de novembro de 2005) e tem atribuições como auxiliar o Poder Público nos assuntos relativos a zelar pela defesa dos bens históricos, promover estratégias de fiscalização e de políticas de preservação. O conselho, em suas reuniões mensais e extraordinárias, quando necessário, emite pareceres que são divulgados publicamente.

Durante a sessão do conselho, são apresentados projetos diretamente ligados a edificações com mais de quarenta anos de construção. Nessas explanações técnicas, a história dos imóveis é descrita superficialmente e, em geral, complementada pelos historiadores presentes. Essa escassez de dados não auxilia na preservação dos imóveis apresentados. Especificamente na cidade de Bento Gonçalves, o conselho é diretamente responsável pela preservação ou pela extinção de alguns patrimônios, de modo deliberativo.

Quanto à ideia vigente de que o proprietário é que pode resolver o destino de seu imóvel, as leis são muito claras quando apoiam o direito coletivo à preservação da memória material em detrimento do direito de propriedade individual. Cabe a esses proprietários diversos incentivos, como isenção de impostos, aumento de índices em nova construção, em mesmo terreno ou em outro do mesmo proprietário (a Constituição, em seu art. 5º, XXII, estabelece a função social da propriedade). A segurança das leis atuais, que o Poder Público instituiu, garante que seja possível preservar muitos bens para as futuras gerações, no entanto a falta de conhecimento e consciência histórica barra diversos processos.

¹⁷Exemplo de mudança de função seria um prédio residencial poder ser transformado em um espaço comercial ou com outra finalidade urbana.

5 REVISÃO DA LITERATURA DE MODELO DE FICHAS DE PATRIMÔNIOS

A comunidade, muitas vezes, não conhece a história de seus imóveis. É através de um memorial descritivo minucioso que as pessoas podem conhecer monumentos históricos importantes e relevantes na época em que foram construídos e como foram utilizados. Empreender, em modelo-ficha, dados mais completos e que contenham traços da imaterial dos patrimônios representará uma forma de convencimento a preservar os imóveis que têm valor como patrimônio material e imaterial nas comunidades.

O acanhamento de informações nos modelos de fichas técnicas de imóveis tombados¹⁸ ou inventariados¹⁹, existentes nas literaturas pesquisadas, mostra o quanto se faz urgente esse levantamento mais detalhado.

Em primeiro lugar, foi pesquisado o “Guia Didático da Arquitetura de Caxias do Sul” (2004). Os objetivos desse material são o cadastramento, a identificação e a classificação de imóveis do centro de Caxias do Sul, fornecendo subsídios para a educação sobre o patrimônio histórico e elementos para a elaboração de planejamento urbano, para preservar o patrimônio, para identidade local, resgatando valores e histórias entranhadas no corpo e forma das edificações (SCHUMACHER; COSTA; BARELLA, 2004). O foco está no inventário das edificações, de valor histórico, e, em especial, de monumentos ligados a classes dominantes do centro de Caxias do Sul, RS. O guia descreve imóveis como a catedral, o clube juvenil, banco francês italiano e a Praça Dante Alighieri. O texto que descreve o patrimônio somente discorre sobre suas características materiais arquitetônicas, omitindo a história imaterial do local, os eventos, as trocas comerciais e as interações sociais. Os outros imóveis que são retratados no guia também só são mencionados por suas características construtivas, e mesmo essas são apresentadas de maneira superficial, isto é, também no levantamento técnico não são apresentados os sistemas, modos construtivos e materiais utilizados na época, que também demonstram o período histórico característico.

Em segundo lugar, foi pesquisado o material de Costa et al. (2011), intitulado “Arquitetura Moderna na Serra Gaúcha”: esse material é muito rico em informações

¹⁸ A palavra tombamento originou-se do verbo tomar que – no Direito português – tem o sentido de registrar, inventariar, arrolar e inscrever bens. O inventário era inscrito em livro próprio, que era guardado na Torre do Tombo, em Lisboa. O termo passou a ser utilizado, no Direito brasileiro, para designar os bens registrados e tutelados pelo Poder Público (IPHAN, 2016).

¹⁹ Definição de bem inventariado, segundo a Lei nº 11.904, Subseção IV, art. 39, § 2º da constituição brasileira: “são bens inventariados ou registrados os que gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência”.

arquitetônicas, mas não mostra a preocupação com as inter-relações sociais que ocorreram nas residências pesquisadas, de modo que inexistiria referência ao patrimônio imaterial, tão importante para os processos sociais, econômicos e culturais ocorridos durante a construção destes imóveis.

A terceira análise foi feita a partir de Miranda, Maciel e Askar (2009), em “Mestres e conselheiros: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural”. O modelo-ficha técnica de patrimônios sugerido solicita um vasto e detalhado informativo construtivo técnico, mas também não exige uma história de eventos e de interações coletivas dos espaços a serem descritos e detalhados.

Foi analisado também o modelo de ficha técnica do prédio da Prefeitura de Bento Gonçalves – esse documento é parte do arquivo do IPURB, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (Anexos C e D). Esse fichamento foi realizado no ano de 1979 e apresenta-se incompleto, contendo somente algumas especificações de materiais, sem detalhes construtivos e não descrevendo os eventos mais importantes ali ocorridos. O prédio, que adota estilo de arquitetura neoclássica (importante para caracterizar um prédio de poder político no período), difere muito do estilo do conjunto urbano do centro da cidade de Bento Gonçalves da época. Localizado na zona central, que sempre foi um local de trocas comerciais, festas, flertes e reuniões associativas (DE PARIS, 1999), esse imóvel tem o privilégio de pertencer ao Poder Público, o que certamente facilita sua preservação, embora já tenha sofrido reformas de lastimável intervenção, perdendo algumas de suas características arquitetônicas no ambiente interno. Se esses detalhes estivessem descritos com fidelidade no modelo de ficha técnica, os profissionais de intervenção seriam mais cautelosos nas reformas e adequações.

É importante ressaltar os modelos de ficha sugeridos pelo IPHAE (Instituto de Patrimônio Histórico Artístico do Estado- RS), pois determinam diretrizes gerais a serem preenchidas (Anexos A e B). As lacunas a serem preenchidas possibilitam poucas informações excetuando a articulação do levantamento técnico com a história imaterial do local.

O modelo-ficha elaborado foi testado em edificações de uma Vila construída junto à Via férrea em Bento Gonçalves. Por isso, foi analisado também o texto de Finger (2009), que compara duas vilas instaladas em vias férreas: a Vila Belga (Santa Maria, RS) e a Vila Inglesa (Paranapiacaba, SP). Esse material é uma dissertação que descreve um pouco da história da instalação da malha ferroviária no Brasil. Também faz um comparativo entre as duas vilas: a mais antiga é a inglesa, em Paranapiacaba, SP, e que foi estratégica por escoar a produção cafeeira da cidade de Jundiá ao Porto de Santos. A Belga, de Santa Maria, RS, foi igualmente

importante, por ser um ponto central no Rio Grande do Sul, facilitando a distribuição de toda a produção pelo estado e, em especial, para a capital, Porto Alegre, no século passado. O texto destaca algumas características técnico-construtivas e também a hierarquização nas casas, diferenciando a dos chefes e dos operários (com destaque para as casas de famílias e alojamentos de solteiros). Não existe um aprofundamento das relações sociais e culturais nessas duas vilas, evidenciando somente as características materiais e funcionais econômicas. Esse material não contém informações técnicas das vilas, somente a informação histórica (FINGER, 2009).

Em relação ao ensino na área de educação patrimonial, a literatura encontrada é referente ao nível de ensino fundamental. Como a pesquisa é destinada a profissionais e estudantes de ensino superior e graduação, não foi relevante mencionar estas pesquisas.

6 ELABORAÇÃO DO MODELO-FICHA

O preenchimento do modelo-ficha proposto evidencia, além dos aspectos técnicos, os pontos imateriais dos imóveis e espaços urbanos a serem inventariados. Esse documento será preenchido pelos profissionais habilitados²⁰ com o objetivo de revelar às comunidades locais o verdadeiro sentido de preservar alguns imóveis, não somente pelo aspecto estético, mas sim por identificar e preservar a história coletiva.

Esse modelo-ficha contempla, em primeiro lugar, todas as características materiais e formais do imóvel, descrevendo também as técnicas construtivas da época, medições, fotografias do local, plantas baixas gerais e do entorno, inclusive destacando outros imóveis importantes no conjunto local. As técnicas construtivas (algumas inclusive em desuso nos dias atuais) serão discriminadas para que as futuras gerações de arquitetos e urbanistas e de construtores saibam como eram executadas essas obras. Também se faz possível o esclarecimento sobre os materiais, como origem, funcionalidade e utilidade destes nas edificações analisadas. O modelo-ficha, além disso, deve esclarecer, quando possível, quem foi o construtor, o arquiteto e urbanista e o engenheiro que planejaram esse local. Após esse levantamento técnico-arquitetônico, o modelo-ficha deve contar a história do imóvel, apresentando acontecimentos relevantes do cotidiano que ocorreram nesse local. O modelo-ficha deve conter a relação dessa edificação com o centro político e administrativo e sua importância econômica, social e cultural na comunidade onde está inserida. O modelo-ficha será, também, um arquivo digital, com os levantamentos de fotos do imóvel, a descrição de seus eventos e todo o levantamento métrico, contendo plantas baixas (situação e localização geográfica), cortes e fachadas.

Esse modelo-ficha servirá como apoio em caso de ser um bem inventariado ou futuramente tombado. Servirá para auxiliar em futuros restauros, reformas e reutilização desses imóveis. Uma edificação, ou um imóvel a ser preservado, faz parte de um contexto urbano. Quando esse patrimônio individual faz parte de um conjunto arquitetônico, que também é passível de preservação, torna-se necessário um fichamento concomitante.

Para a elaboração de um modelo-ficha coerente de uma edificação de valor histórico ou conjunto arquitetônico a ser preservado, são necessárias análises descritivas que serão

²⁰ Profissionais técnicos em levantamentos prediais, como Arquitetos e Urbanistas (atribuições profissionais na Lei n° 12.378, 30 de dezembro de 2010 – CAU - Conselho dos Arquitetos e Urbanistas), assim como historiadores, para as questões histórico-imateriais.

representadas por levantamentos técnicos, salientando características construtivas e estéticas, assim como o envolvimento do imóvel ou conjunto na história local, história social e cultural. Os procedimentos para essa descrição passam por uma observação dirigida aos locais a serem pesquisados, segundo Panerai:

Identifico a paisagem, organizo-a em sequência, desenho um croqui, fotografo, filmo, estudo a estrutura e faço a análise cartográfica. Observar o todo mesmo que este não seja tão agradável ao nosso olhar e mostre facetas estranhas do urbano. Ter visões fragmentárias, mas ao mesmo tempo não perder a visão do conjunto (PANERAI, 2006, p. 48).

O modelo-ficha objeto dessa pesquisa começa com a caracterização física do espaço. Essa especificação começa pela situação e localização (conjunto de edificações) ou prédio. Fotos e mapas vão elucidar todos esses pontos. Será importante, nesse aspecto, identificar o entorno, mapeando-o e fotografando-o.

Continuando no aspecto material, a ficha precisa apresentar plantas baixas detalhadas, cortes, fachadas e perspectivas. É muito importante, também, o desenho de detalhes construtivos, pois, muitas vezes, esses detalhes caracterizam um modo diferenciado de construir da época. É importante registrar, também, se a obra possui detalhes e adornos, alguma simbologia e objetos em materiais diferenciados, inclusive importados (indicando sua procedência).

Esse levantamento dimensional precisa ser acompanhado de um memorial específico de materiais e de métodos construtivos utilizados, como sistemas de esquadrias, sistemas de construção dos assoalhos, paredes, lajes, vigas, pilares e telhados ou coberturas impermeabilizadas.

Após essa descrição física, precisa ser alinhavada a história do local. É necessário especificar as várias utilizações que o espaço acolheu em suas paredes²¹, como, por exemplo, um convento que é atualmente uma escola, ou então uma estação férrea que é, hoje, utilizada como residência.

As edificações também podem revelar hábitos de higiene, alimentação e saúde empregados nas diversas épocas de uso. O espaço também pode demonstrar as atividades sociais de lazer, festas e rituais preferidos pelos habitantes locais. Listar as atividades econômicas que marcaram as épocas e que determinam, inclusive, os padrões estéticos

²¹ Utilizações dos prédios podem ser ligadas aos atos de morar (residências), de trabalhar (comércio, indústria e serviços), de estudar (escolas, oficinas técnicas, seminários católicos e museus), ao lazer e às religiosidades (templos, praças, clubes e bares) (LAMAS, 2004).

utilizados (por exemplo: ecletismo na passagem do Império para a República²² e pré-fabricação e consequente padronização residencial no pós-guerra²³).

É relevante constatar quem foram os habitantes locais, suas características culturais e étnicas, como se adaptaram ao meio e as relações sociais destes na comunidade, além de identificar curiosidades, eventos fortes na memória dos moradores mais velhos do local. Faz-se necessário, também, analisar como estão as condições atuais de conservação e as alterações físicas do imóvel.

Essa orientação a partir de uma tabela descritiva auxiliará nas ações locais de preservação, não apenas do patrimônio material, mas também do patrimônio imaterial, dos imaginários urbanos que precisam ser resgatados e registrados (CANCLINI, 2012). Esse documento escrito e ilustrado irá aguçar a curiosidade da comunidade para novas pesquisas locais, contribuindo socialmente para que identidades e memórias silenciadas tenham a oportunidade de manifestarem-se. Os processos de construção da sociedade, através da pesquisa histórica, podem revelar interface multicultural, dando voz a sujeitos esquecidos na história tradicional (SHARPE apud BURKE, 2011).

Para construir os itens a serem preenchidos, foram tomados como base os modelos de fichamento existentes no site do IPHAE, as fichas sugeridas pela Prefeitura de Porto Alegre (PROCEMPA – inventário) e as do Estado de Minas Gerais (IEPHA – inventário), criadas para inventários de bens edificados a serem preservados. Para o levantamento técnico descritivo, foram analisadas as Normas Técnicas brasileiras que norteiam a descrição de imóveis novos e construídos (ABNT/NBR 13531 e ABNT/NBR 6492). A parte técnica também foi elaborada com pesquisas em livros técnicos de Arquitetura e consultas a autores como Ching (2008), Montenegro (1978) e Silva (1993), importantes para o processo de representação gráfica dos itens técnicos. Os itens históricos e socioculturais estão alicerçados no levantamento teórico dessa pesquisa, expressados anteriormente no capítulo de referenciais teóricos.

Para formatação do fichamento, foi elaborado um mapa conceitual (Anexo AF), com vistas a organizar os dados. Esse mapa foi seccionado em cores que determinam os domínios de conhecimento que abrangem a preservação de um imóvel de importância histórica.

²² Ecletismo: estilo baseado no decoro de fachadas, monumentais, inspirados no Louvre (FABRIS et al, 1987).

²³ Conforme Ordonéz (1974), o início da pré-fabricação na construção civil ocorreu no período pós Segunda Guerra Mundial que, principalmente na Europa, tornou possível a produção em grande escala e consequente padronização das edificações.

Os itens ordenados e classificados foram essenciais para a elaboração e para a organização de dados na ficha resultante, que está inserida, de forma detalhada, nos Apêndices B, C, D e E. Cada parte do fichamento será explicada a seguir.

Identificação: Descrever o que é o imóvel; tipologia: se é residencial, comercial, prédio público, entidade privada ou outro, especificando a técnica construtiva mais importante que caracteriza, em essência, a edificação.

Tabela 1 - 1ª parte do modelo-ficha

Ficha – Inventário para Patrimônios Materiais

Todos os itens abaixo, se estiverem marcados, devem ser exemplificados com fotos.

- Identificação geral do imóvel (máximo três linhas)

--

Localização: A edificação está localizada em um espaço exclusivo da zona urbana. Para descrever corretamente sua locação, são necessárias informações como coordenadas cartográficas, que podem ser obtidas pelo *Google Earth* ou *Google Maps*²⁴ ou com um levantamento topográfico²⁵ realizado por um profissional credenciado. A orientação solar é estabelecida por uma bússola e é baseada na rosa-dos-ventos (OLBERG, 1979). Essa estabelece as coordenadas geográficas que localizam o imóvel através dos eixos Norte e Sul. A insolação é diretamente responsável por patologias da edificação (CHING, 2008). Na composição da cidade²⁶, é imprescindível localizar no bairro ou distrito, indicando o logradouro e a numeração. O tamanho do terreno, segundo Olberg, é aferido pela testada e profundidade (1979). Após dimensionar o terreno, é necessário indicar nele a localização. A

²⁴ *Google Earth* é um aplicativo de mapas em três dimensões mantido pelo *Google*. Ele permite passear virtualmente por qualquer lugar do planeta, graças às imagens capturadas por satélite. Fonte: Google Maps e Google Earth.

²⁵ Levantamento topográfico: representação da superfície do terreno que estabelece o seu contorno irregular e outros acidentes geográficos (MONTENEGRO, 1978).

²⁶ A formação das cidades foi caracterizada pela implantação de lotes e quarteirões (calçadas, vias, ruas e praças). Os lotes e tamanhos de lotes também determinam as épocas e as diferenciações de densidade (relação entre número de pessoas que ocupam um espaço, os urbanistas consideram o número de pessoas por hectare) nas cidades (SANTOS, 1988, p. 89).

locação da edificação no lote pode explicar seu objetivo em termos funcionais urbanos e caracterizar qual a atividade que atualmente acontece em seu espaço²⁷.

Tabela 2 - 2ª parte do modelo-ficha

Localização do imóvel

• Logradouro	
Coordenadas cartográficas	
Orientação solar	
Bairro ou distrito	
Cidade	
Estado	
Tamanho do terreno	
Medidas gerais do imóvel	
Função de uso inicial e atual	

Entorno: são os vizinhos²⁸ do imóvel, aqueles que se encontram diretamente ligados ao imóvel e que, junto a ele, determinam um conjunto urbano. Para Lynch, na observação da cidade, nada é experimentado individualmente, e sim em relação a seu entorno (1960). O imóvel, portanto, faz parte do perfil urbano e pode se integrar ou destoar do conjunto, por isso a necessidade de estabelecer, além do aspecto visual, sua importância social. Algumas épocas caracterizam residências com jardins frontais²⁹ e em outras épocas essas eram construídas direto nas calçadas. São implantações podem revelar quais as intenções sociais dessas locações.

Tabela 3 - 3ª parte do modelo-ficha

Entorno – especificar na localização (representação gráfica) e fotografar

Vizinho – lateral direita		
Vizinho – lateral esquerda		
Vizinho – frontal		
Vizinho – fundos		
Paisagem, visual		
Observações a considerar		

²⁷ “O mapa da cidade revela-se, em primeiro lugar, no traçado de seus espaços públicos. Esses se organizam em redes contínuas e hierarquizadas.” (PANERAI, 2006, p. 163). “O mapa da cidade é o contexto de nossas ações possíveis, cotidianamente estimuladas pela sucessão imprevisível de obviedades e surpresas, de monumentalidade e discrição, do permanente e do ocasional que se encadeiam ao longo das ruas.” (PANERAI, 2006, p. 164).

²⁸ Segundo Santos, no livro “A cidade como um jogo de cartas”, a vizinhança é considerada a partir dos limites físicos do lote e o conceito de vizinho além daquele que compartilha os mesmos espaços públicos (calçadas, vias, ruas e praças) (SANTOS, 1988, p. 55).

²⁹ A cidade-jardim corresponde à ideologia da conciliação do campo com a cidade. A rua passa a ser um mero percurso. Caracteriza-se por baixa densidade e habitações em meio à natureza, implantação esta que foi típica do final do século XVIII, nos arredores de Londres (LAMAS, 2004, p. 206).

Infraestrutura local: esse é um item que demonstra a condição urbana a que é submetido (ou a que foi submetido) o imóvel. Existem, por exemplo, na atualidade, locais sem esgoto pluvial (o esgoto é escoado a céu aberto). Muitos locais precisam construir sumidouros³⁰ para escoar seu esgoto. As infraestruturas urbanas são normatizadas pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelece as diretrizes do saneamento básico. O abastecimento de água nem sempre é de água tratada e, em muitos locais, o auxílio das águas de cisternas são importantes.

Outros serviços de atendimento público como transporte público, postos de saúde, comércio e abastecimento, também devem ser descritos.

Tabela 4 - 3ª parte do modelo-ficha

Infraestrutura local (fotografar se necessário);

Abastecimento de água		
Rede Elétrica ou outra		
Esgoto pluvial e cloacal		
Transportes coletivos		
Atendimento às necessidades básicas:	Saúde	
	Alimentação	
	Comércio em geral	

Levantamento técnico: Esta parte da tabela irá necessitar de representação gráfica desenvolvida por profissionais ligados à construção civil. As plantas baixas são visualizações superiores do imóvel, representando paredes externas e internas, assim como coberturas e telhados (MONTENEGRO, 1978). Sempre que possível, é essencial o Norte (magnético) para cima da prancha e a localização do imóvel em relação ao Norte. Sugere-se a utilização de escala gráfica³¹, pois, como o material será arquivado em PDF³², pode ocorrer a perda da escala real do projeto desenhado. A norma técnica (NBR 6492) especifica todas as formas de representação gráfica obrigatórias a serem seguidas. Também os livros de Montenegro (1979, pp. 19-37) e de Olberg (1978, pp. 125-130) orientam os projetistas na elaboração das representações gráficas de edificações, inclusive citando as palavras adequadas aos elementos que constituem a construção civil.

³⁰ Sumidouros: processo eficiente e econômico de tratamento de esgoto. Consistem em escavações, cilíndricas ou prismáticas, tendo as paredes revestidas por tijolos, pedras ou outros materiais. A disposição desses materiais deve ser tal que permita fácil infiltração do líquido no terreno (CBH-SM, 2016).

³¹ Escala gráfica: gráfico que serve como comparativo para que o observador possa entender qual a medida real entre a ilustração e aquilo que ela representa (CHING, 2008, p. 313). Exemplo no Apêndice O.

³² PDF – *Portable Document Format* é um formato de arquivo usado para exibir e compartilhar documentos de maneira compatível, independentemente de *software*, *hardware* ou sistema operacional. Inventado pela Adobe, o PDF agora é um padrão aberto mantido pela ISO – International Organization for Standardization (ADOBE, 2016).

- **Situação:** conforme a norma (NBR 6492) essa representação estabelece a localização do imóvel na cidade. Trata-se de um mapa que estabelece seu espaço geográfico dentro do território municipal, especificando coordenadas geográficas. Quando o terreno for muito acidentado, será necessário anexar um levantamento altimétrico ou topográfico³³. Nessa localização, será importante listar as edificações do entorno que interferem na observação visual do conjunto (PANERAI, 2006). Torna-se necessária a apresentação de mapas de localização e de fotos para visualizar o espaço (quando possível, aéreas)³⁴. Importante, também, segundo a norma, é estabelecer qual a função do local (por exemplo, residência, espaço comercial, indústria, escola e outros), pois essas atividades configuram o caráter urbano do local;

- **Localização:** essa representação estabelece o imóvel em seu terreno e também as suas relações diretas com o logradouro (calçadas, vizinhos, ruas e avenidas). Também indica as infraestruturas urbanas existentes, como as entradas de luz e água e as saídas de esgoto pluvial e cloacal do terreno em análise. Estando disponíveis, precisam ser anexadas plantas originais; nessa representação é possível desenhar o telhado da edificação (se esse for mais complexo, pode ser detalhado na 6ª parte da tabela), no entanto, conforme explicado no item anterior, a melhor forma é o levantamento topográfico realizado por um profissional credenciado;

- **Planta baixa:** segundo o artigo 3.3 da NBR 6492 (1994):

Vista superior do plano secante horizontal, localizado a, aproximadamente, 1,50m do piso em referência. A altura desse plano pode ser variável para cada projeto de maneira a representar todos os elementos considerados necessários. Nota: As plantas de edificação podem ser do térreo, subsolo, jirau, andar-tipo, sótão, cobertura, entre outros.

Essa representação precisa estar completa, especificando paredes, esquadrias, portas e a existência ou não de mobiliário (principalmente em cozinhas e banheiros), discriminando

³³ O levantamento altimétrico ou topográfico de uma área é determinado através da coleta local de níveis verticais que mostraram as diferentes plataformas de altura que possuem os terrenos acidentados. É representado por linhas “em planta bidimensional que dão uma ideia ao observador da configuração do terreno.” (CHING, 2006).

³⁴ “o mapa da cidade revela-se, em primeiro lugar, no traçado de seus espaços públicos. Estes se organizam em redes contínuas e hierarquizadas. O mapa da cidade é o contexto de nossas ações possíveis, cotidianamente estimuladas pela sucessão imprevisível de obviedades e surpresas, de monumentalidade e discricção, do permanente e do ocasional que se encadeiam ao longo das ruas” (PANERAI, 2006, pp. 163-164). Para a representação gráfica destes mapas, é possível utilizar os aplicativos Google Earth e Google Maps, se a cidade não possuir um levantamento desenhado em programas específicos de arquitetura, como AutoCAD e Revit, da plataforma Bin.

medidas parciais e gerais do imóvel. A distribuição dos compartimentos internos dos imóveis pode revelar as relações sociais que ocorriam no ambiente familiar e seus contatos externos.

- **Cortes:** segundo Ching, corte é um plano de vistas ortográfica seccional vertical, no edifício previamente representado em planta baixa. A intenção do corte é demonstrar o maior número de relações entre os espaços interiores significativos da obra (CHING, 1996). O corte geral esclarece a altura de pé direito³⁵, assim como as técnicas construtivas, a exemplo de estruturas de telhado, fundações³⁶ (de forma resumida), circulações verticais, como escadas e elevadores e, se houver, caixas d'água e chaminés;

- **Fachadas ou vistas externas:** essa é a representação gráfica que se denomina plano marginal, em que qualquer observador pode visualizar o imóvel. As fachadas revelam sua utilização. Mostram o estilo, a linguagem arquitetônica, e podem definir o perfil do espaço urbano (LAMAS, 2004). Esse desenho mostra detalhes de reboco, modelo de esquadrias, revestimentos externos, símbolos e outros elementos construtivos significativos. A ordenação das vistas, segundo Montenegro (1978), ocorre pelo caminhar do observador em torno da edificação quando ele começa pela frente ou testada do lote e após a lateral, fundos e a lateral oposta.

Tabela 5 - 5ª parte da tabela modelo-ficha

Representação gráfica geral com medidas (anexo, sempre em PDF)

Sendo possível, anexar plantas originais;

Pranchas	Escala sugerida	Observações
Situação	1/1000	
Localização	1/200	
Plantas baixas	1/50 ou 1/100	
Cortes transversal e longitudinal	1/50	Com perfil do terreno
Fachada principal e todas que forem importantes para a preservação	1/50	Com distância dos vizinhos e representação gráfica esquemática dos vizinhos

Os detalhes construtivos são elementos que se diferenciam em forma, materiais, desenho e técnicas de manufatura, conforme a época de uso, e podem caracterizar, por vezes, o contexto urbano em que estão inseridos. Os construtores utilizam esses detalhes conforme a sua instrução e para determinados fins construtivos que auxiliam na qualidade de vida individual e

³⁵ “Pé direito é a altura do piso ao forro ou da parte mais baixa da coberta ao piso.” (MONTENEGRO, 1978, p. 52).

³⁶ As fundações encontram-se geralmente abaixo do solo. E somente pode haver uma análise aprofundada com uma sondagem, análise realizada por profissionais especializados como Engenheiros Cíveis e Geógrafos. Vide Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

comunitária da época.³⁷ Por isso, além da descrição na tabela, é necessário fotografar e desenhar tais detalhes, indicando medidas básicas e escala. Os materiais das construções no Brasil nem sempre eram fáceis de adquirir, por isso alguns proprietários recorriam a materiais importados, que diferenciavam seus imóveis em detalhes exclusivos³⁸. Várias construções possuem símbolos retratados em suas fachadas. Alguns podem ser decifrados e outros necessitam de pesquisas minuciosas para serem interpretados³⁹. Também é possível utilizar os recursos e explicações do manual de Montenegro (1978, pp. 83-108). Os telhados também devem ser detalhados, devido aos sistemas de cobertura utilizados (OLBERG, 1979, pp. 64-74). Escadas e Elevadores também são considerados detalhes, e marcam as circulações verticais das edificações (MONTENEGRO, 1978).

Também se torna muito importante utilizar vocabulário adequado para cada detalhe de obra a ser descrito, de modo a não haver dúvidas na especificação (MONTENEGRO, 1978, pp. 131-133).

Tabela 6 – 6ª parte da tabela modelo-ficha

Representação gráfica dos detalhes construtivos, que caracterizam a época de construção;
Com medidas (anexo, sempre em PDF)

Elementos construtivos	Tipos e materiais utilizados	Técnica construtiva
Pisos		
Vedações – esquadrias		
Teto		
Paredes		
Revestimentos de parede		
Tintas e similares		
Telhado estrutura		
Telhado acabamento		
Chaminés		
Ornamentos		
Esculturas externas		
Símbolos		
Instalações elétricas		
Instalações hidráulicas		
Banheiros		
Cozinhas		
Outros		

³⁷ Por exemplo, a utilização de assoalhos de madeira nos pisos, que facilitava a instalação e permitia uma aeração sob o piso térreo.

³⁸ Como exemplo de materiais importados nas edificações históricas, está o antigo prédio do Banco do Brasil, em Pelotas, onde muitos materiais da construção foram importados da Europa, assim como os da decoração interna, filetes dourados, frisos de mármore e outros, desenvolvida pelo artista e arquiteto e urbanista Fernando Corona (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2016).

³⁹ Símbolo do batalhão ferroviário (Anexo N).

Objetos e mobiliários: Os compartimentos de um imóvel, como sala de estar, escritório, oficina, sanitário, banheiro e outros possuem mobiliários diversos que também caracterizam a época (OLBERG, 1979, pp. 83-88). O mobiliário traz conforto e funcionalidade aos ambientes. Esses objetos se modificam na medida das necessidades do homem no seu tempo.⁴⁰

Ao encontrar mobiliário diferenciado, o pesquisador precisará reconhecer qual é o estilo que está representado. Estes estilos são descritos no livro “História do Mobiliário Ocidental” do autor Phyllis Bennett Oates (1991). Há mobiliários que são característicos de fabricantes⁴¹ ou de artífices⁴² do local de origem.

Tabela 7-7ª parte da tabela modelo-ficha

Representação gráfica da posição e planta baixa dos mobiliários, se houver, com medidas;

- fotografar objetos;

Objetos	Tipos e materiais utilizados	Técnica de manufatura
Luminárias		
Móveis fixos (pias, fogões campeiros e outros)		
Mobiliário solto		
Equipamentos (fogão, geladeira e outros)		
Tecidos cortinas, toalhas de mesas e outros		
Porta-retratos, quadros e adornos		
Esculturas internas		
Outros móveis e utensílios		

A partir da análise técnica descrita e desenhada de forma minuciosa, serão analisados, abaixo, os elementos e sua relação com a época em que foram construídos e utilizados de maneira plena. Por exemplo, uma técnica construtiva característica como o estuque era

⁴⁰ Um exemplo seriam as máquinas de escrever, atualmente em desuso, devido ao uso de computadores em todos os locais. Outro exemplo são as luminárias, que há poucos anos eram abastecidas com óleo e querosene, e atualmente possuem lâmpadas Led que, em alguns casos, geram energia pela captação da radiação solar. Ainda como exemplo são as televisões que evoluíram em um período de menos de cem anos e, atualmente, já fazem parte do passado (DELL, 2016).

⁴¹ Exemplo de fabricante seria a empresa Barzenski de Bento Gonçalves que produziu, dos anos de 1955 até meados dos anos 1980, mobiliário em série com design diferenciado, enquanto que, neste período, os móveis produzidos no País eram predominantemente desenhados e esculpados em madeira maciça por verdadeiros artistas, os marceneiros (PILLETTI, 2013).

⁴² Os italianos trouxeram a arte da escultura: “apesar da situação pouco estimulante dos imigrantes italianos para dedicar-se às artes, não se pode esquecer os santeiros, mais uma solução caseira, que esculpam em madeira os santos para serem cultuados em capitéis, capelas e igrejas” (SANTIN, 1986, p.85).

utilizada preferivelmente ao concreto, devido ao alto custo do cimento e do ferro e devido às dificuldades de escorar e de armar as lajes das coberturas.⁴³

O imóvel é importante no perfil urbano e pode se integrar ou destoar do conjunto, por isso a necessidade de estabelecer sua importância social. Atualmente, nos espaços internos acontece a integração de ambientes devido ao avanço tecnológico (coifas exaustoras, por exemplo) e a execução das tarefas domésticas serem realizadas pelos próprios moradores. As dificuldades de aeração, o valor da energia e o custo dos aparelhos de ar condicionado no século passado elevavam os pés direitos dos imóveis, permitindo mais conforto térmico.

Também no século passado os materiais das construções no País nem sempre eram tão acessíveis e fáceis de adquirir, por isso alguns proprietários recorriam a materiais importados para diferenciar e enriquecer seus imóveis⁴⁴.

Tabela 8 - 8ª tabela do modelo-ficha relativo à história do imóvel.

Qual o detalhe construtivo que melhor caracteriza a época da construção? Explique por quê.
Qual a importância deste imóvel dentro do contexto urbano?
Como a disposição do imóvel no terreno caracteriza as implantações da época?
Como este imóvel se relaciona com o entorno atual do espaço urbano?
Como eram distribuídos os ambientes dentro do imóvel e como eram os principais fluxos e usos das pessoas no local?
Como as medidas internas e externas caracterizavam um modo de vida da época? (pé-direito, espaços diversos, largura e comprimento, medidas das esquadrias e portas).
Como eram os procedimentos de construção, mão de obra e técnicas construtivas?

⁴³ Técnica do estuque consiste no seguinte: faz-se uma trama de sarrafos de 10cm espaçados cerca de 50cm um do outro. Sobre essa trama, era fixada com pregos uma tela de arame que servia de suporte para uma massa feita de areia fina, cal e cimento. Essa massa era aplicada sobre a tela e, feita a pega inicial, era alisada e depois pintada com cal. Fonte: disponível em <<http://www.forumdaconstrucao.com.br/>> (acesso em 20 de maio de 2016). As lajes de concreto armado são estruturas destinadas a servirem de cobertura, forro ou piso para uma edificação. Feitas com cimento e ferro, necessitam formas de madeira ou metal para o processo de cura e secagem. Fonte: disponível em <<http://www.feb.unesp.br/pbastos/concreto1/Lajes.pdf>> (acesso em 12 de junho de 2016).

⁴⁴ As inovações técnico-construtivas das edificações ecléticas estão relacionadas, de um modo geral, ao emprego de novos materiais importados, sobretudo os elementos metálicos (como o ferro, cobre, zinco, chumbo, folha de flandres, entre outros) e o cimento Portland (MELO, 2007).

Os materiais eram locais, nacionais ou importados?
Existem símbolos, esculturas ou outros adereços a que eles se referem?
Observações

A próxima parte da tabela destaca as relações sociais do imóvel com o urbano e como essas se estabelecem conforme os serviços comunitários que lhe são pertinentes, juntamente com a educação e com a política administrativa. Os eventos diferenciados e o cotidiano são característicos de um grupo social específico de um local onde este reside.

. A economia, o comércio de abastecimento, os ritos e as atividades de lazer, a linguagem, os mitos e crenças, enfim, a cultura podem também ser características da comunidade onde está inserido o imóvel estudado. Assim, descreve-se como são as relações de gênero e as atividades desses indivíduos dentro da comunidade e suas articulações. Muitas dessas questões podem utilizar a memória oral como auxílio no preenchimento dos dados sociais (CHARTIER, 1991).

Tabela 9 - 9ª parte do modelo-ficha - Relações sociais do imóvel e seus usuários

Acesso à educação ou eventos educacionais ocorridos
Liderança política, Como é a relação do local com a Administração Pública?
Eventos incomuns, diferenciados
Cotidiano, ocorrências frequentes
Produção local e entorno (artesanatos, agrícola e outros)
Principais atividades econômicas
Comércio de abastecimento
Eventos sociais: lazer, festas, ritos religiosos
Cultura – linguagem, influências externas como imigrações

Relações principais de gênero e classes com o urbano

A oitava e a nona parte da tabela do fichamento representam o diferencial das fichas pesquisadas. O levantamento técnico das edificações a serem preservadas (embora incompleto) é o dado mais frequentemente encontrado nos arquivos municipais. A relação desses dados com a história vivida dentro dessas paredes é escassa e, muitas vezes, inexistente.

6.1 VALIDAÇÃO DO MODELO-FICHA PELOS CONSELHOS

O modelo de registro proposto nesse estudo foi resultante de um processo que buscou conhecer os registros existentes e em uso pelos diferentes órgãos de gestão do patrimônio arquitetônico, seja em nível local, seja em nível nacional. Anteriormente, o texto indicou instituições como o IPHAN e os Conselhos Municipais que analisam os processos de alteração e de demolição dos patrimônios históricos e artísticos. A partir das análises realizadas, e, uma vez identificadas as necessidades para um efetivo registro, elaborou-se uma proposta para registro das potenciais obras arquitetônicas indicadas para processos de averiguação. A etapa seguinte à sistematização da proposta foi apresentar o modelo-ficha nos conselhos de patrimônio histórico dos municípios convidados. A validação ocorreu em quatro municípios, no estado do Rio Grande do Sul, que aceitaram a explanação do modelo-ficha e também permitiram coletar as sugestões para o aperfeiçoamento deste. A validação foi registrada a partir de um questionário individual (Apêndice H), preenchido pós a explanação do modelo-ficha.

A apresentação do modelo-ficha foi compilada no programa *Power Point*, em que constam as informações anteriormente explanadas, que após foram salvos em PDF (Apêndice AG). O resumo do material contendo a ficha com suas partes técnico-históricas e o mapa conceitual explicativo de sua elaboração foram encaminhados previamente aos conselhos por e-mail.

Os municípios foram selecionados a partir dos seguintes critérios: localização próxima ao contexto da pesquisa, importância histórica e atuação do conselho com apresentação direta nos sites das prefeituras. Após cada apresentação, foi elaborado um questionário para validação do modelo-ficha (Apêndice H).

Em primeiro lugar, o modelo-ficha foi apresentado ao conselho em Bento Gonçalves (no qual a pesquisadora deste estudo é representante da UCS, como conselheira). Nesse conselho, surgiu a necessidade urgente da aplicação do fichamento proposto. A cada nova sessão do conselho, as edificações analisadas, que não possuem documentação adequada e não estão inventariadas ou tombadas, são liberadas para a demolição. Essa apresentação em Bento Gonçalves, no COMPAHC, aconteceu no início do mês de abril do corrente ano. O conselho acolheu o trabalho e salientou a importância e urgência dessa atividade dentro do município, pois os empreendedores compram os imóveis com mais de trinta anos e têm somente o objetivo de demolir para construir novos empreendimentos. Geralmente são pessoas que não têm ligação afetiva e histórica com as edificações e, como essas não estão arroladas nos inventários municipais e também não possuem memoriais descritivos históricos que possam justificar a manutenção pelo valor comunitário e social, acabam ocorrendo perdas lastimáveis. Em um segundo momento, no início de maio do corrente ano, foi apresentado no COMPAHC de Bento Gonçalves o modelo de ficha já preenchido com o *case* de KM2.

A segunda apresentação foi na cidade de Santa Maria. A escolha aconteceu principalmente pela preservação modelo da Vila Belga⁴⁵. O conselho também aceitou o convite por e-mail. A entidade, nesse município, apresenta muitos problemas para preservar as edificações com valor histórico, pois a legislação do conselho (que se chama COMPHIC – Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural) ainda é da década de 1950. Na lei conforme relato dos conselheiros, constam representações de associações que não existem mais e, por isso, nunca há *quórum* suficiente para as votações de preservação. São membros desse conselho advogados, funcionários da secretaria de cultura, professores e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFRA (Centro Universitário Franciscano). Durante a reunião surgiu a ideia de trabalhar essa ficha nas aulas direcionadas ao restauro e preservação de patrimônios históricos locais. Em Santa Maria, existem quatro cursos de Arquitetura e Urbanismo, além da UNIFRA: na UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, na ULBRA - Universidade Luterana do Brasil e na UNIP - Universidade Paulista. Os conselheiros após assistirem a apresentação do Modelo-ficha responderam à validação.

⁴⁵ Vila Belga: Projetada pelo engenheiro belga Gustave Vauthier e construída entre os anos de 1901 e 1903, sendo o primeiro conjunto habitacional do Rio Grande do Sul (RS), a Vila Belga foi revitalizado pela Prefeitura de Santa Maria (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 2016).

A terceira apresentação ocorreu em Rio Pardo. A cidade foi escolhida por possuir um rico acervo patrimonial e por ser uma das primeiras Vilas⁴⁶ estabelecidas no Rio Grande do Sul. O convite foi efetivado por e-mail e confirmado via telefone, diretamente com o secretário de cultura do município, que aceitou a apresentação pessoal do trabalho. Participam das reuniões na cidade (ainda não existe conselho específico para tratar dos patrimônios históricos), quando necessário, o secretário da Cultura, a historiadora e a estagiária do arquivo histórico, a arquiteta do setor de obras e o secretário de planejamento. Esses profissionais são responsáveis pelos atos de conservação, demolição ou intervenção nos patrimônios municipais. Nesse município, além da apresentação, foi oportunizado à pesquisadora conhecer algumas edificações ícones da história local, como o Museu Histórico Barão de Santo Ângelo⁴⁷, que está sendo restaurado pela prefeitura em parceria com o exército, e também acessar alguns livros e pesquisas que estão conservados no arquivo histórico municipal. Vários desses livros são frutos de pesquisas de professores e universitários, pois Rio Pardo possui muitas edificações históricas. Foram localizados livros sobre a história das edificações em que constam a Casa de Cultura de Rio Pardo e o projeto de seu restauro, a Capela de São Francisco e o Museu do Barão de Santo Ângelo, todos tombados pelo Patrimônio Histórico Estadual. Nessa reunião, até pelos trabalhos universitários a que se teve acesso, surgiu também a ideia de envolver os estudantes de Arquitetura e Urbanismo das cidades vizinhas (UNISC – Universidade Santa Cruz do Sul e UNIVATES- Unidade Integrada do Vale do Taquari de Ensino Superior, sediada em Lajeado). Os estudantes auxiliariam na elaboração de Modelo-ficha dos prédios que ainda não possuem levantamentos descritivos detalhados. Os conselheiros preencheram a validação na sequência do evento.

A cidade de Cachoeira do Sul foi escolhida em razão da apresentação do conselho no site institucional da Prefeitura, em que é disponibilizado um percurso a pé pela cidade para turistas poderem conhecer as suas edificações e locais mais importantes historicamente. Esse conselho acolheu o convite com resposta no próprio e-mail. Nesse local, foi oportunizado um percurso a pé pelas ruas da cidade, onde foi observada uma rica diversidade de edificações que representam várias épocas da cidade. Ao avistar o horizonte da cidade, contemplam-se

⁴⁶ Em 1809, com a conquista consolidada, o governo português promoveu a primeira divisão administrativa do Rio Grande do Sul, com a criação das quatro primeiras vilas: Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha, sendo Rio Pardo a maior delas, com uma área de 156.803 km². A Vila de Rio Pardo era próspera, devido à produção da pecuária e ao comércio, desenvolvido graças à sua localização, às margens do rio Pardo. Aos poucos, a zona urbana foi recebendo melhoramentos: agência de correios, calçamento de ruas, criação de escola de primeiras letras. Em 31 de março de 1846 a Vila foi elevada à categoria de cidade. Fonte: site da prefeitura de Rio Pardo (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO, 2016).

⁴⁷ Militar da época de D. Pedro II (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO, 2016).

quatro grandes silos de concreto⁴⁸, que caracterizam a principal economia da região: a produção agrícola de arroz. A apresentação da ficha veio ao encontro do que o conselho está necessitando, pois os memoriais presentes no arquivo histórico municipal (Anexos E, F e G – documentos do inventário de Cachoeira do Sul), conforme análise, são superficiais, de tal forma que o modelo proposto auxiliará na renovação dos arquivos. Um dos conselheiros também referiu o fato de que, havendo essa documentação, mesmo que seja necessária uma demolição, a história da edificação estará preservada, detalhadamente, para as futuras gerações. Os conselheiros de Cachoeira do Sul responderam aos questionários em momento posterior à reunião e os enviaram por e-mail.

Também foram convidados a apreciar a apresentação do modelo-ficha os conselhos de Caxias do Sul (por ser a cidade sede dessa pesquisa), de Porto Alegre (por ser a Capital do estado) e de Garibaldi (pelas ações de preservação atuais⁴⁹). O conselho de Caxias do Sul, por meio de sua secretária, questionou a pesquisa e o modelo-ficha, previamente enviado (as perguntas e respostas estão nos Apêndices F e G), e não houve mais retorno. O conselho de Garibaldi interessou-se, mas não houve reuniões no período dessa pesquisa. O conselho de Porto Alegre não respondeu ao e-mail.

A partir das respostas dos conselheiros das entidades visitadas e dos contatos pessoais obtidos, chega-se à conclusão de que o modelo-ficha foi bem aceito. Esse documento poderá trazer contribuições importantes para a preservação dos imóveis históricos. Um conselheiro observou que a ficha é muito extensa e que os profissionais de Arquitetura e Urbanismo já muito atarefados com suas atividades, não tendo tempo para preenchê-la. Por isso, em alguns conselhos, foi sugerido desenvolver esse trabalho nas graduações em Arquitetura e Urbanismo.

A seguir, serão listadas as sugestões para acréscimo ou supressão de itens e o que será efetuado de alterações na ficha-modelo, argumentando a importância do sugerido (Apêndice I, J e K – descrição detalhada das repostas).

⁴⁸ Os silos pertenciam ao engenho Brasil, que chegou a ser o maior da América Latina, e foi inaugurado em maio de 1921 pelos sócios Reynaldo Roesch, Alfredo Papay, Reynaldo Treptow e Edwino Schneider em outro endereço. Depois se instalou em amplo prédio onde funcionava a Fundação Treptow & Cia., junto aos trilhos da viação férrea (local atual). A capacidade de descasque era de 800 sacos de arroz por dia, com depósito capaz de armazenar 40.000 sacos. Marcas: Oriente, Zênite, Gaivota. Em 1961, houve um grande incêndio num dos prédios, que foi totalmente reconstruído. As atividades do engenho foram encerradas na década de 1980. Informação cedida pela historiadora Mirian Ritzel, conselheira do COMPAHC de Cachoeira do Sul, por e-mail, no dia 17 de maio de 2016.

⁴⁹ A Prefeitura de Garibaldi desenvolveu leis específicas para incentivar os restauros: “Lei de Incentivo à Cultura (LIC), da Secretaria de Cultura do Estado, que concede aos patrocinadores do projeto 100% de dedução do ICMS a pagar aos cofres públicos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI, 2016).

descrição técnica: os conselheiros sugeriram que seja identificado o imóvel (por exemplo: residência, espaço comercial, praça e outros). A sugestão foi aceita e incorporada devido à importância de acrescentar esse item que auxilia no arquivamento físico e digital da ficha;

identificar: o que é patrimônio material e imaterial e datar os eventos ocorridos. Essa interferência também é válida, sendo apenas necessário intitular as sessões que já estão dispostas em sequência na ficha com, primeiramente, os dados técnicos que representam o patrimônio material e, após, o patrimônio imaterial, representado pelos questionamentos históricos da ficha;

entorno: apresentar, em planificação superior (imagem de satélite), os entornos e sua importância na preservação da edificação ou dos aglomerados urbanos;

obras de arte: acrescentar um item para descrever obras de arte que, porventura, estejam presentes nos imóveis;

técnica: a ficha precisa ser o mais técnica possível, de modo a não ser passível de interpretações dúbias ou opiniões sem embasamento. Essa sugestão, no entanto, afasta-se do foco dessa ficha, que tem por objetivo ser muito detalhada e possuir alguns dados subjetivos que podem ser complementados à medida que novas informações sejam conhecidas. A ideia é de que o documento seja aberto e suscetível a acréscimos é a base da narrativa da nova história.

infraestrutura: um conselheiro sugeriu que essa parte da ficha fosse retirada;

ampliar: sugestão de que a ficha possa abranger conjuntos urbanos, infraestruturas e belas artes. Será acrescentada no produto final dessa pesquisa uma ficha-modelo para conjuntos urbanos a serem preservados, com a conotação morfológica urbana.

Quanto ao questionamento acerca da contribuição da ficha para o convencimento social de preservação, vinte e quatro conselheiros, de um total de vinte e oito, responderam que a implantação do modelo-ficha é positiva, salientando a importância do conhecimento histórico que será levantado e registrado. A análise prévia dos imóveis reforça a importância da preservação, despertando uma consciência histórica na comunidade, na medida em que esclarece sua importância histórica. A ficha trará um resumo histórico das edificações, uma identificação social e reunirá, também, informações valiosas sobre a época em que as edificações foram concebidas. Três conselheiros responderam que talvez esse levantamento seja importante. Segundo eles, essa incerteza quanto à validade do modelo-ficha deve-se à carência cultural da comunidade e, também, depende do incentivo do Poder Público à preservação, criando novos usos, e da divulgação pública desses dados. Somente um conselheiro declarou que, em seu entendimento, o modelo-ficha não é interessante, pois a

preservação do patrimônio histórico somente pode ocorrer por meio de benefícios financeiros ao empreendedor ou ao proprietário do imóvel.

A validação encerra com um item chamado “observações”, em que cinco conselheiros elogiaram a iniciativa da pesquisa. Seis conselheiros evidenciaram a importância da divulgação pública das fichas, e um conselheiro recomendou que seja feito um trabalho nas escolas. Nas conversas informais, os conselheiros indicaram a inclusão de um modelo-ficha para conjuntos urbanos, que estabeleça a relação das edificações no conjunto, e a confecção de um manual que oriente os profissionais a preencher as fichas e a auxiliar na realização de registros fotográficos completos dos imóveis ou conjuntos urbanos.

Conforme as solicitações e sugestões propostas, serão realizadas as inserções na ficha. A importância da preservação de conjuntos urbanos, citada pelos conselheiros, levou à proposição de uma ficha específica para conjuntos ou aglomerados urbanos.

6.2 PREENCHIMENTO-TESTE DO MODELO-FICHA

O modelo-ficha será preenchido com o *case* KM2, que contemplará uma edificação tipo, com todos os detalhes a ela inerentes e sua importância na história local. Para conhecer a edificação, foram resumidos os aspectos históricos de todo o conjunto. Os dados levantados possibilitaram a coleta das informações necessárias ao preenchimento adequado do modelo-ficha proposto. As informações abaixo descritas foram obtidas em periódicos, em fotos e, principalmente, em entrevistas (memória oral).

A necessidade de fazer uso da memória oral, nesse caso, deve-se ao fato de o KM2 possuir pouquíssima documentação escrita, não possibilitando, sem essa ferramenta, destacar a importância histórica dessa vila para o município de Bento Gonçalves. O batalhão ferroviário, responsável por sua implantação, possui material escrito escasso do local. Essa divisão do Exército Brasileiro foi deslocada para a cidade de Lages, em Santa Catarina, logo que os trabalhos com a via férrea na região do KM2 cessaram. Todo o material histórico foi levado ao museu em Lages. Esse foi acometido por um incêndio, que destruiu todo o material arquivado. Para poder resgatar algumas memórias desse local, foram utilizadas fontes escritas e fotos ainda existentes no atual Batalhão das comunicações em Bento Gonçalves e na sede da RFFSA, em Porto Alegre, RS, além das fontes orais: entrevistas com moradores, aposentados que trabalharam no local, ex-militares que lá serviram e trabalharam e professores da escola que ali existia.

A Vila KM2 (Quilômetro Dois) é um local que foi concebido para dar suporte à construção da via férrea (tronco sul, Anexos J, K e L), servindo de moradia aos trabalhadores e militares. Essa vila ou acampamento militar⁵⁰ possuía infraestrutura própria e, por isso, não dependia do centro urbano de Bento Gonçalves. Pelas fotos 04 e 05, foi constatado que a data de início das obras foi em 1940, e a desocupação militar, em 1970, com a apropriação da RFFSA (informações obtidas em entrevista concedida por NIEMCZENSKY, 2014). Em 1992, foi outorgada a concessão à ALL – América Latina Logística (arrendatária por 30 anos de todo o patrimônio da RFFSA no Brasil) e a partir desta data, ocorreu o início do abandono na área, com a desativação total da linha férrea em 1978⁵¹ (última linha turística), pois era considerada sem importância para o tráfego de mercadorias desde 1967.

Esse local traz muitas memórias⁵² e, em especial, alegrias, pois foi um lugar muito privilegiado de articulações sociais, de trabalho, mas também de lazer e divertimento para seus habitantes. Para Pierre Nora:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, pp. 12-13).

Para preencher a ficha-modelo, escolheu-se a Casa do trabalhador de KM2. A escolha foi feita pelo fato de esta ser padronizada e estar em maior número que as demais (chamadas residenciais). A maioria das nove casas ainda está em seu modelo original, sendo que umas já sofreram reformas que descaracterizaram o modelo original, e uma residência desabou.

As casas do trabalhador, as residenciais e a estação férrea foram construídas em alvenaria. Os galpões que abrigavam as atividades sociais e culturais, além de uma padaria, um restaurante e um alojamento para os recrutas, que frequentemente faziam exercícios militares na área, eram de madeira. Atualmente só existe uma casinha de madeira que, até pouco tempo, servia de apoio para a via férrea (TREVISAN, 2015).

⁵⁰ Os acampamentos militares e também os assentamentos de operários são construídos na implantação de grandes obras. “Nestas vilas é evidente, de maneira “simples e excepcional”, a arquitetura, do mesmo bairro expressar de forma definitiva a hierarquia social” (FOUCAULT apud SANTOS, 1988, p. 27).

⁵¹ A importância e desativação desta linha chamada de Jaboticaba, que desce da linha Veríssimo de Matos até a linha Burati, está descrita no site das estações ferroviárias. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/sc_troncosul/jaboticaba> (acesso no dia 22 de junho de 2016).

⁵² Conforme entrevista de Eliana Casagrande e Terezinha de Paula, professora e moradora, respectivamente.

O grupo de pessoas que trabalharam nesse local veio de todo o País, alguns como militares e outros como trabalhadores da RRFSA. Esse local traz muitas memórias, em especial alegres, pois foi um lugar muito privilegiado de articulações sociais, de trabalho e também de lazer e divertimento para os habitantes desse espaço (DE PAULA, 2015).

Segundo informações do Comandante Alexander Ferreira (FERREIRA, 2015), a vila foi construída para abrigar, em primeiro lugar, os militares que faziam parte do primeiro batalhão ferroviário. Nesse espaço, já residiam, em casas de madeira, agricultores que plantavam milho, trigo, feijão e hortas para sobrevivência. Criavam galinhas, e alguns eram apicultores (DE PAULA, 2015). Na encosta à beira do Rio das Antas, não eram plantadas videiras, pois poucos que ali residiam trabalhavam com essa cultura. Várias etnias mesclavam-se nessas famílias muito pobres que ali moravam e trabalhavam. Com a construção do tronco sul⁵³ da estrada de ferro, foram implantadas algumas vilas para abrigar os trabalhadores que ali abriram vários túneis, construíram pontes, abriram picadas para a passagem de trilhos e dormentes. A topografia muito acentuada de montanhas e pedras de basalto dificultou todo o processo de engenharia. KM2 foi uma das principais Vilas de assentamento desses trabalhadores, entre quatro vilas do tronco sul: Jaboticaba, São Luiz e Veríssimo de Mattos. Era um pequeno centro de convivência, onde em especial as crianças e os adolescentes conviviam sem diferença de classes ou gênero, segundo depoimento da moradora Terezinha de Paula, que nasceu e está vivendo até hoje no KM2.

Segundo informação verbal da professora Eliana Casagrande Lorenzini, nessa Vila se encontrava uma sociedade independente de Bento Gonçalves. A escola, o armazém, o cinema e o posto de saúde supriam as necessidades básicas, ministrando, inclusive, aulas para os adultos com o programa Mobral⁵⁴ e aulas para os recrutas do exército.

O número elevado de alunos é consequência da numerosa prole das famílias dos civis que ali residiam. Os civis trabalhavam na manutenção e construção da via férrea, limpando as encostas de inços e de terra e pedras resultantes das frequentes quedas de barreiras, abastecendo a Maria Fumaça (e, mais tarde, a locomotiva a óleo diesel) e construindo novas vias onde havia necessidade. Ela abastecia a Vila de alimentos para a sobrevivência, já que a

⁵³ Tronco Principal Sul – é a principal via que liga o Rio Grande do Sul ao centro do País. KM2 faz parte do ramal- ferroviário Bento Gonçalves-Jaboticaba (48km); segundo DE PARIS, é um marco a assinalar o progresso trazido à região pelo 1º Batalhão Ferroviário durante os 28 anos de sua permanência em Bento Gonçalves (DE PARIS, 1999, p. 202).

⁵⁴ O Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL foi criado pela Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Suas ações de alfabetização começaram a ter ênfase no fim de 1970, quando seus projetos foram iniciados em grande escala. Seu objetivo era erradicar o analfabetismo no Brasil num curto espaço de tempo (ZAQUEU, 2012).

distância de seis quilômetros de Bento Gonçalves em estrada de difícil acesso rodoviário, dificultava as pessoas de saírem desse local. A água potável era armazenada em um reservatório próprio que era bombeado do Rio das Antas. A subsistência de hortigranjeiros era suprida por pequenas hortas e galinheiros nos arredores e pátios das pequenas casas (LORENZINI, 2015).

Segundo Rui Trevisan (LORENZINI, 2015; TREVISAN, 2015), que fez serviço militar obrigatório na localidade, nessas vilas, havia uma hierarquia de classes: militares da chefia, sargentos e cabos moravam nas casas maiores instaladas antes da escola em relação à RS 122, e civis moravam nas casas menores localizadas depois da escola. Havia também alojamentos para os recrutas que somente pernoitavam durante a semana no local.

A política e a normatização da comunidade foram marcadas, nos primeiros anos, pela dominação do batalhão ferroviário e, após isso, pela chefia da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA). Segundo entrevista com engenheiro dessa rede, José Gilberto Niemczensky (2014), a decadência se acentuou pela desvalorização desse sistema viário em todo País, pela concessão de uso para empresa América Latina Logística – ALL⁵⁵. A empresa tem a obrigação legal de manter e conservar todo o patrimônio da Rede. No KM2, em especial, a decadência também iniciou com a saída dos militares, que foram realocados, ainda segundo entrevista com a professora Eliana Lorenzini.

Segundo as depoentes Eliana e Teresinha (LORENZINI, 2014; DE PAULA, 2015), a integração social do grupo acontecia nas matinês do cinema, que aconteciam em um galpão construído nesse espaço. A escola também foi centro de articulações sociais, pois foi palco de missas (não havia uma igreja construída no local) e celebrações diversas. A existência de um pequeno ambulatório (que tinha, ao mesmo tempo, quatro médicos) permitiu que moradores e vizinhos pudessem ter atendimento médico, cuidando de sua saúde. Todos esses serviços permitiam que o morador pudesse permanecer no local, evitando seu deslocamento ao centro de Bento Gonçalves.

Sob uma infraestrutura inexistente, ainda os moradores atuais plantam para subsistência (possuem também caixas de mel) e se ajudam na manutenção e reforma das casas. Atualmente, esses moradores possuem uma associação que controla e organiza o que ainda resta.

⁵⁵ Segundo site da RFFSA, “foi concedida sua concessão pela União por 30 anos, mediante licitação, e o arrendamento, por igual prazo, dos ativos operacionais da RFFSA aos novos concessionários (grupo ALL). Disponível em <<http://www.rffsa.gov.br/principal/historico>> (acesso em 20 jun. de 2015).

Esse espaço onde residiram, viveram e ainda vivem pessoas de diversas etnias, hoje ainda as mantém ligadas pela memória de eventos felizes dos tempos em que KM2 era um pequeno, no entanto, muito alegre local de articulações sociais. A saudade move esse povo que ali habita, além da esperança da volta da Maria Fumaça, que poderá recuperar turisticamente esse que é, sem dúvida, um dos locais de paisagem com mais indescritível beleza (DE PAULA, 2015).

6.3 ANÁLISES DE MAPAS, FOTOS E PERIÓDICOS.

O primeiro mapa analisado (Anexo M) foi acessado através de pesquisa no atual Batalhão das Comunicações (FERREIRA, 2014), antigo batalhão de engenharia e ferroviário. No mapa (Anexo M), é possível observar todo o emaranhado de vias férreas que foram construídas no Rio Grande do Sul desde o início da implantação desse meio de transporte. Ferreira destacou que essas vias eram estratégicas, pois cobriam todas as regiões do estado e protegiam as fronteiras. Na região de Vacaria existe uma fábrica de munições e explosivos e, caso houvesse um confronto com os países vizinhos ao Rio Grande do Sul, haveria facilidade de distribuição de arsenal de guerra. Mas o que realmente ocorreu é que essa estrada foi muito importante para transportar grãos e a produção agrícola dessa região como um todo para vários pontos do estado, em especial para Santa Teresa (município às margens do Rio Taquari), que, utilizando o transporte fluvial, encaminhava os alimentos para a grande Porto Alegre.

O segundo mapa (Anexos I e J) adquirido no arquivo histórico da secretaria da RRFSA, mostra em detalhe a localização da Vila de São Luiz, próxima ao KM2. Essas vilas foram construídas para apoio de moradia aos funcionários do batalhão ferroviário. Todas possuíam a mesma configuração de distribuição. Na chegada à vila, estavam implantadas as casas maiores, que eram dos oficiais e do comandante, que também morava no espaço. No mapa (Anexos I e J) a implantação das casas da Vila de Jaboticaba, similar a KM2, inclusive mostrando em legenda duas tipologias diferentes de casas.

Depois, havia a escola e, em seguida, as casas menores, que eram dos sargentos. Junto a esses locais, era construída uma caixa d'água (que abastecia toda a vila), a estação férrea que servia para chegada e traslado das cargas e várias construções de madeira para apoio social do espaço. Nesses galpões de madeira, funcionavam o refeitório, a padaria, o posto de saúde e o cinema. A escola era o coração social do espaço, que além do papel educacional em três turnos, abrigava ações comunitárias. O espaço escolar era também palco das missas

ministradas uma vez por mês, já que não havia local próprio para isso (LORENZINI, 2015). Os católicos moradores também utilizavam o templo de Veríssimo de Matos, vila próxima ao KM2. No mapa (Anexo I) também é possível observar a distância da vila em relação à via rodoviária principal. Essa estrada é permeada de túneis escavados nas montanhas pelo batalhão ferroviário, verdadeiras esculturas ao ar livre. O principal túnel bifurca-se internamente em duas vias (entre KM2 e a Vila de São Luiz).

A planta baixa (Anexos L e M), que faz parte do acervo da RRFSA, é a implantação da Vila de Jaboticaba, similar à de KM2, onde consta uma legenda que indica os dois tipos de casa, a escola, a caixa d'água e a estação férrea. A estrutura de implantação é muito similar à de KM2, por isso esse documento é de relevância para o levantamento de dados.

As fotos do local (04, 05 e 09), adquiridas no Batalhão, revelam a importância desse local, utilizado pelo exército para recrutar os rapazes que faziam serviço militar obrigatório (18 anos). A civilidade (devido ao acampamento militar) corrente na época, que é revelada também pelas entrevistas, é mostrada nestas imagens. O ato cívico diário de cantar o Hino Nacional e hastear a bandeira acontecia pela manhã e ao entardecer. As fotos também revelam a quantidade de mata nativa ainda existente e, também, a pequena agricultura doméstica que supria as propriedades rurais do entorno. A mata nativa e o relevo muito acidentado impediam o plantio em grandes extensões de terras. Em uma das fotos (ano de 1940), também se visualiza uma grande quantidade de dormentes⁵⁶ que eram depositados em KM2 e depois distribuídos aos outros canteiros de obras da via. Nessa mesma foto, visualiza-se uma das curvas do Rio das Antas, rio principal dessa região que, devido à irregularidade de seu perfil (isso é, com muitas correntezas e pedras expostas), não é navegável. Serviu, e ainda serve, no entanto, para abastecimento de água e para alimentar as margens de terras férteis, onde ainda são cultivadas frutas cítricas. Nessas fotos, também aparecem os galpões, tão mencionados nas entrevistas, que atualmente deixaram de existir. Também no entorno, localizam-se as casas dos agricultores que já habitavam esse local antes da implantação da via.

Nos periódicos, principalmente um breve histórico que obtive no batalhão, estão registrados os contratos da antiga Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) com o exército, descrevendo, inclusive, os valores que foram repassados pela empresa para a construção das vias férreas (PRADO, 1997). Em registro da própria RRFSA, são listadas, em relatório, as principais atividades ocorridas nesses trechos.

⁵⁶ Dormentes ou travessas são as peças colocadas transversalmente à via férrea e sobre as quais os trilhos se assentam e são fixos (FERREIRA, 2009).

6.4 MODELO-FICHA PREENCHIDO KM2

Ficha – Inventário para Patrimônios Materiais

Residência padronizada para os sargentos residentes em KM2. Para os oficiais residentes, existiam casas maiores, e para os trabalhadores do batalhão ferroviário havia um alojamento de madeira junto à estação férrea.

Todos os itens abaixo que estiverem marcados ● devem ser exemplificados com fotos:

● Identificação geral do imóvel

Residência padronizada de alvenaria construída para os trabalhadores do batalhão ferroviário;
A casa de 52,5m ² tinha dois quartos, banheiro, sala e cozinha. O tanque ficava do lado de fora.
Moradia instalada em um agrupamento de casa na Vila KM2; era a moradia mais simples dos subordinados. A segunda tipologia padronizada são casas maiores, pertencentes aos capitães (foto 01).

Localização do imóvel

Coordenadas cartográficas	29°04'19.6"S 51°35'20.9"W.
Orientação solar	Fachada a Norte (estar e dormitório) (foto 01).
Bairro ou distrito	Vila KM2 – Veríssimo de Mattos (foto 08).
Cidade	Bento Gonçalves.
Estado	Rio Grande do Sul.
Tamanho do terreno	O terreno não é delimitado, e o cercamento é atual (foto 03). O espaço de cada terreno é de aproximadamente 17,5x20m com aproximadamente 350m ² . As casas distam no mínimo 10m uma da outra.
Medidas gerais do imóvel	Residência de 7,5m de frente por 7m de fundos.
Uso inicial e atual	Pelos militares do batalhão ferroviário durante a construção da via férrea dos túneis e pontes sobre os vales; em segundo lugar os funcionários da RRFSA e, atualmente, moradores sem vínculos e sem registros de propriedade (foto 03).

● Entorno – Localização das fotos (Apêndice W)

Paisagem, visual	Destaque destas casas	Visual de uma das ferraduras do Rio das Antas (belíssimo!) (fotos 04, 05 e 06).
Vizinho lateral direita	Ao lado área rural	Mata nativa e agricultura de subsistência e plantio de árvores frutíferas, algumas casas de agricultores (foto 08).
Vizinho lateral esquerda	Casa padronizada	Eram nove casas de trabalhadores.
Vizinho frontal	Via não pavimentada	Estrada de ferro, trilhos de trem (foto 07).

Vizinho fundos	Área rural, muita mata	Mata nativa e agricultura de subsistência e plantio de árvores frutíferas (foto 08).
Observações a considerar	As moradias estão muito deterioradas, e uma delas já caiu.	Várias construções precárias de madeira estão sendo acopladas às casas, como garagens, cozinhas e depósitos (galpões simples).

Infraestrutura local:

Abastecimento de água	A água que abastecia essas casas vinha do Rio das Antas e era depositada em um reservatório perto da estação férrea (fotos 09 e 10). Atualmente, o abastecimento é pela CORSAN, e a caixa d'água está desativada.	
Rede elétrica ou outra	Rede elétrica com postes de concreto da RGE; as instalações dentro da residência são muito precárias e improvisadas (foto 11 e 12).	
Esgoto pluvial e cloacal	Não existe esgoto encanado, ele corre a céu aberto. O morador da casa medida já construiu um sumidouro. O esgoto da pia de cozinha corre a céu aberto na lateral das casas (foto 13).	
Transportes coletivos	A vila depende dos ônibus que trafegam pela BR 470 e são intermunicipais. Antigamente, os moradores utilizavam os trens para se deslocar e também os caminhões do batalhão que ali circulavam. Um ponto de ônibus existe para recolher as crianças que vão para a escola (foto 14).	
Atendimento às necessidades básicas:	Saúde	No auge da Vila, toda a população e arredores eram atendidos por um posto de saúde que possuía quatro médicos militares.
	Alimentação	Em especial arroz, feijão, frutas das árvores frutíferas, mel de abelhas das redondezas. Quase não há plantio de uva nesse distrito.
	Comércio em geral	A vila era abastecida pela rede ferroviária e inicialmente pelo batalhão ferroviário.

Representação gráfica GERAL com medidas (anexo, sempre em PDF)

E plantas originais (no caso de KM2 similares):

Pranchas	Escala sugerida	Observações
Situação	1/1000	Apêndice N
Localização	1/200	Apêndice O
Plantas baixas	1/50 ou 1/100	Apêndice P
Cortes transversal e longitudinal	1/50	Com perfil do terreno – Apêndice Q
Fachada principal e todas que forem importantes para a preservação	1/50	Com distância dos vizinhos e representação gráfica esquemática dos vizinhos – Apêndice R

Representação gráfica dos detalhes construtivos, que caracterizam a época de construção;

Com medidas (anexo, sempre em PDF)

Elementos construtivos	Tipos e materiais utilizados	Técnica construtiva
Fundações	Sistema inovador para a época da construção, a fundação é do tipo radier, e a casa é assentada sobre pedras de basalto.	O espaço livre entre laje de fundação e assoalho de madeira é aerado por pequenos orifícios na base de pedra da casa (foto 15). Para sustentar os barrotes do assoalho, foram erguidos pilares de tijolo maciço apoiados na laje (foto 16).
Pisos	Ladrilho hidráulico (foto 10), assoalho de madeira. Atenção especial às soleiras de arremate de ladrilho com desenho especial de arremate (foto 34).	LH, provavelmente vindo de Pelotas pela via férrea (foto 17, 18 e 34).
Rodapés	No assoalho de madeira, são de madeira maciça de espessura de 3cm. No ladrilho hidráulico, rodapé de cerâmica vitrificada com cor similar ao ladrilho.	Rodapés de madeira trabalhada com fresas e rodapé cerâmico; (foto 19 e 20). Apêndice T.
Esquadrias Janelas	Têm na parte externa vidros e veneziana (foto 21) e na parte interna quatro tampões para vedação total da entrada de luz (foto 21 e 22).	Os tampões auxiliam na proteção da casa e, por vezes, passam a impressão de que não há ninguém morando ali, já que muitas famílias têm medo de serem retiradas do local. Apêndices S e U.
Portas principais	Em madeira maciça e almofadadas; embora muito deterioradas, não possuem rachaduras ou trincas (foto 23)	São fechadas atualmente por trancas, não possuindo mais as fechaduras. Apêndice T.
Portas internas	Todas de lambri de madeira maciça e excelente resistência (foto 24).	Interessante notar que as portas têm marcos de espessura maior que a parede, com uma guarnição trabalhada. Apêndice V.
Teto	Laje feita com estuque. Nas abas externas, aparece a estrutura do estuque (foto 25 e 26).	Madeiras tramadas recebem uma tela e após são rebocadas com cimento e areia.
Paredes	De tijolos na espessura de 15cm com reboco nas paredes internas e 30cm nas paredes externas (foto 27).	Saliências nas fachadas como detalhe decorativo e sequencial feito de tijolos também.
Revestimentos de parede	Reboco de cal e azulejos nas paredes da cozinha e banheiro (foto 30).	Os azulejos são brancos 15x15cm, dispostos em carreiras com deslizamento (foto 28).
Tintas e similares	Tinta a base de cal.	
Telhado – estrutura	Tesouras de madeira e terças com ripas para segurar cada telha individualmente.	Telhados com 30% a 40% de inclinação e que não possuem calhas para escoamento de águas pluviais (foto 29).
Telhado – acabamento	Telha francesa em tipologia de quatro águas (foto 29).	Telha de cerâmica, produzida naquela época em São Sebastião do Caí, onde o barro e a tecnologia eram abundantes.

Chaminés	Pequena chaminé para o fogão a lenha (foto 31 e 32).	
Ornamentos	Na fachada existem molduras que foram executadas em tijolo e rebocadas (foto 27).	Uma placa de bronze com a sigla da Rede ferroviária chama a atenção (foto 33).
Esculturas externas	Não existente.	
Símbolos	Sigla da Rede e numeração do patrimônio – RRFSA.	Os patrimônios de entidades públicas são todos numerados. (foto 33).
Instalações elétricas	Improvisadas, caixa de luz de madeira exposta ao tempo na lateral leste da casa (foto 11 e 12).	Fios expostos nas paredes.
Instalações hidráulicas	Tanque externo, chuveiro sobre vaso e pia (foto 30) cuba na cozinha com móvel de alvenaria construído com a casa, ao lado do fogão a lenha.	Todo o esgoto é a céu aberto, não se tem informação de como era no auge do assentamento militar (foto 13).
Banheiro	Muito pequeno, possuindo vaso com caixa de água superior, pia com coluna e chuveiro, sem separação destes (foto 30).	
Cozinha	Muito pequena, para refeições rápidas, já que o local possuía refeitório para as refeições principais (foto 28).	
Outros	As casas são altas do solo em média de 0,7m a 1m. As portas principal e dos fundos são acessadas por escadas (foto 31) Chaminé do fogão a lenha externo à casa para facilitar a limpeza das cinzas (foto 32 e 33).	Durante a implantação dessas casas, a probabilidade de entrada de bichos peçonhentos era muito grande e, por isso, tanto a calçada ao redor de toda a casa, como a altura do solo foram pensadas para dificultar o acesso destes ao interior das residências.

- Objetos da época, como luminárias, mobiliário, adornos e utensílios, não existem mais.

Análise histórica – relaciona o levantamento técnico com a história local e/ou o contexto histórico que determinou as escolhas construtivas:

Qual o detalhe construtivo que melhor caracteriza a época da construção? Explique por quê:

A utilização de um espaço entre o solo e o assoalho, característico das construções nessa época, permite que haja uma aeração sob o assoalho, evitando apodrecimento. Nessa fundação direta existem vários vãos para passagem cruzada. Além disso, a laje e em estuque, na cobertura, permite que as casas sejam protegidas da intempérie e fiquem isoladas do frio e do calor. Essa é uma região onde embocam muitos ventos e essas lajes permitem que se firme melhor o telhado.

A telha francesa é característica das casas no sul, de fabricação estadual (na região de São Sebastião do Caí). É uma telha de excelente desempenho quanto ao deságue de chuvas, com encaixes perfeitos, dificilmente permitindo vazamentos de água.

Qual a importância deste imóvel dentro do contexto urbano?
Esta é uma casa que abrigou famílias inteiras e numerosas. Pessoas que auxiliaram na construção e manutenção de uma das mais belas estradas de ferro de todo o tronco sul.
Como a disposição do imóvel no terreno caracteriza as implantações da época?
As casas foram implantadas de forma linear em uma plataforma que existe perto do topo da montanha (foto 8). Essa plataforma fica a mais de 3m de desnível, onde se localiza a estação férrea, que durante a ocupação militar também contemplava o refeitório, a padaria, o cinema e um salão para exercícios físicos.
Como este imóvel se relaciona com o entorno atual do espaço urbano?
Atualmente distante de Bento Gonçalves, perdeu sua escola e as crianças vão de van até Tuiuty, distrito que dista aproximadamente 10 km de KM2. Os moradores têm dificuldades de deslocamentos e vivem precariamente, pelo fato de não existir uma produção econômica que possa auxiliá-los. A ALL, atual arrendatária da RRFSA, não efetua manutenção nos imóveis. Não é possível comprar estes imóveis pois fazem parte do patrimônio público. Quem lá vive (muitas vezes reformando e descaracterizando a arquitetura das casas) não tem garantia de propriedade.
Como eram distribuídos os ambientes dentro do imóvel e como eram os principais fluxos e usos das pessoas no local?
A casa era muito pequena, pois a ideia era que esse local fosse de passagem, não devendo abrigar grandes grupos. Por depoimentos de pessoas que estiveram nesse local na implantação, as famílias dos militares eram pequenas, diferente das dos funcionários civis, que habitavam as redondezas e que usufruíram todas as regalias da vila, como padaria e escola.
Como as medidas internas e externas caracterizavam um modo de vida da época? (pé-direito, espaços diversos, largura e comprimento, medidas das esquadrias e portas)
O pé-direito alto melhora a aeração nos dias de verão, deixando os ambientes mais agradáveis. As paredes espessas protegem a casa no inverno e os cômodos pequenos são fáceis de aquecer com os fogões a lenha.
Como eram os procedimentos de construção, mão de obra e técnicas construtivas?
De forma padronizada, as residências dispostas linearmente foram construídas rapidamente, já que a laje de fundação facilita possibilitando rapidez ao processo construtivo de levantamento das paredes. As pedras da base são de basalto encontrado na região, possivelmente provenientes das detonações dos sete túneis escavados pelo batalhão ferroviário naqueles anos.
Os materiais eram locais, nacionais ou importados?
Os tijolos e telhas vinham de São Sebastião do Caí; os ladrilhos hidráulicos, de Pelotas; os azulejos, da região de Santa Catarina; e as pedras de basalto, do próprio local. As esquadrias foram executadas em fábricas da região (ricas em mão de obra de marcenaria).
Se existem símbolos, esculturas ou outros adereços, a que eles se referem?
Existe, além da placa da RRFSA, perto dali, a estação férrea, que abrigava depósitos e um guichê para a compra de passagem. Nessa estação, há um símbolo na alvenaria, que representa o batalhão ferroviário.

Observações
<p>A vida no KM2 foi intensa e traz uma felicidade nostálgica nas palavras de quem fala da época de auge desse local. Uma moradora, filha de funcionário da rede ferroviária, disse que, neste período, não passou mais fome, já que sempre havia sobras na padaria ou no refeitório. A interação social que ocorria entre essas famílias também marcou a vida dessas humildes pessoas. O cinema operava com filmes cedidos da sede do batalhão em Bento Gonçalves (Bairro São Roque) e reunia todos os moradores, tanto os militares como os civis, com seus filhos. A escola como gerador de ensino e de eventos comunitários. A existência de um ambulatório com quatro médicos também proporcionava bem-estar aos moradores, incluindo todos os civis que moravam nos arredores e também os recrutas que, esporadicamente, iam até a vila para fazer exercícios militares.</p>

Análise sociológica – analisa os eventos humanos que ocorreram nesse local, tanto na vida social quanto no cotidiano da época e atual:

Acesso à educação ou eventos educacionais ocorridos
No auge da vila, a escola (foto 36) funcionava em três turnos e possuía em torno de quinhentos alunos, entre crianças e recrutas (alguns analfabetos e moradores mais velhos eram atendidos pelo Mobral, programa do governo na época). Atualmente, as crianças estudam em Tuiuty, distrito vizinho, e deslocam-se com vans da Prefeitura de Bento Gonçalves.
Liderança política, qual a relação do local com a administração pública?
A liderança militar, no início da vila, era o poder do Estado representado pelo batalhão ferroviário. O Hino Nacional era cantado todos os dias, com o hasteamento da bandeira, e marcava a importância de toda a construção. Atualmente, devido à insegurança de propriedade, existe uma associação de moradores que reivindica as necessidades da população local (muitos desses moradores são filhos de agricultores que residiam no local antes da implantação do KM2).
Eventos incomuns, diferenciados
Um enxame de abelha adentrou a escola, fechando-a por dois dias e obrigando todos os alunos a irem para casa. O cinema funcionava sem diferença de classes, todos conviviam independentemente de serem civis ou militares.
Cotidiano, ocorrências frequentes
As mulheres que faziam as tarefas domésticas como cozinhar, lavar roupa, limpar a casa tinham pressa em terminar os serviços para ir ao cinema no final da tarde. A comunidade acompanhava sempre os eventos no campo de esportes da escola, como missas, eventos cívicos (hino nacional e hasteamento da bandeira) e festas juninas e outras. No verão, desciam o morro para tomar banho no Rio das Antas (DE PAULA, 2015)
Produção local e entorno (artesanatos, agrícola e outros)
Além da atividade principal, que era construir a ferrovia, os moradores locais desenvolviam agricultura de subsistência, produção frutífera e apicultura nas encostas.
Principais atividades econômicas
O objetivo da vila era construir a via férrea, no entanto a agricultura de subsistência sempre esteve presente no dia a dia desse local e ainda continua a existir.
Comércio de abastecimento
Era trazido pelos caminhões do exército e por alguns vagões da Maria Fumaça e, após, máquina a óleo diesel.
Lazer- festas, ritos religiosos
Como não havia igreja no local, as missas católicas eram ministradas na escola. A atração principal sempre foi o cinema, que funcionava em um pavilhão de madeira, junto ao refeitório, à cozinha e à padaria, que também eram de madeira e não existem mais.
Cultura- linguagem, influências externas como imigrações
Não há dados para preencher esse item.
Relações principais de gênero e classes com o urbano
As pessoas não possuíam restrições às classes sociais, todos se comunicavam entre si.(DE PAULA,2015)

Figura 1: Registro atual (2016) – Casa do trabalhador. Fonte: autora.



Figura 2: Registro atual (2015) – Conjunto de casas. Fonte: autora.



Figura 3: Registro atual (2016) – Conjunto de casas, poste luz. Fonte: autora.



Figura 4: Anos 1960 – BG-RS Vista geral – Estação Férrea. Fonte: Batalhão Ferroviário.



Figura 5: Anos 1960 – BG-RS Vista geral – Trilhos e dormentes. Fonte: Batalhão Ferroviário.



Figura 6: Registro atual (2015) Vista via férrea e ferradura Rio das Antas. Fonte: autora.



Figura 7: Registro atual (2015) – Via de chão batido e estação férrea desativada. Fonte: autora.



Figura 8: Registro atual (2016) – Vista de KM2 pela BR 470 em direção a Veranópolis. Fonte: autora.



Figura 9: Anos 1960 BG-RS – Caixa d'água e militares perfilados. Fonte: batalhão ferroviário.

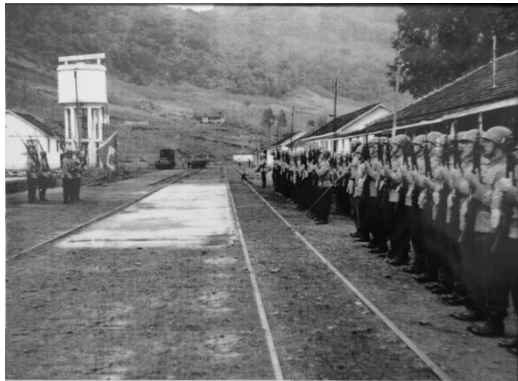


Figura 10: Registro atual – 2016 – Caixa d'água desativada. Fonte: autora.



Figura 11: Registro atual – 2016 – instalações elétricas improvisadas. Fonte: autora.

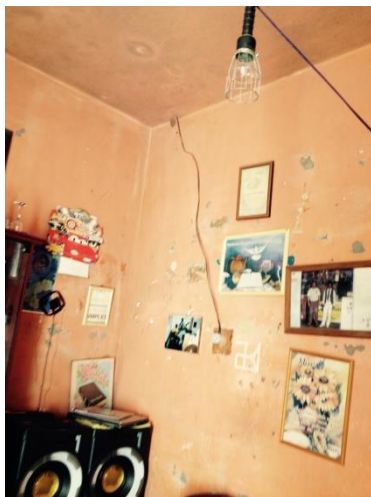


Figura 12: Registro atual – 2016 – caixa de distribuição elétrica. Fonte: autora.



Figura 13: Registro atual – 2016 – Esgoto a céu aberto. Fonte: autora.



Figura 14: Estrada de acesso ao KM2. Fonte: Google Earth.



Figura 15: Registro atual – 2016 – Fundações da casa. Fonte: autora.



Figura 16: Registro atual – 2016 – Assoalho. Fonte: autora.



Figura 17: Registro atual – 2016 – Ladrilho hidráulico. Fonte: autora.



Figura 18: Registro atual 2016 – Ladrilho hidráulico. Fonte: autora.



Figura 19: Registro atual – 2016 – Rodapé de madeira. Fonte: autora.



Figura 20: Registro atual – 2016 – Rodapé cerâmico. Fonte: autora.



Figura 21: Registro atual – 2016 – Janela externa. Fonte: autora



Figura 22: Registro atual 2016 – Janela interna. Fonte: autora.



Figura 23: Registro atual 2016 – porta externa. Fonte: autora.



Figura 24: Registro atual 2016 – porta interna. Fonte: autora.



Figura 25: Registro atual 2016 – Teto estuque externo. Fonte: autora.



Figura 26: Registro atual 2016 – Teto estuque interno. Fonte: autora.



Figura 27: Registro atual 2016 – paredes e detalhes. Fonte: autora.



Figura 28: Registro atual 2016 – azulejos 15cm x15cm. Fonte: autora.



Figura 29: Registro atual 2016 – telhado. Fonte: autora.



Figura 30: Registro atual 2016 – detalhe banheiro. Fonte: autora.



Figura 31: Registro atual 2016 – detalhe degraus casa. Fonte: autora.



Figura 32: Registro atual 2016 – chaminé parede. Fonte: autora.



Figura 33: Registro atual 2016 – detalhe chaminé telhado. Fonte: autora.



Figura 34: Registro atual 2015 – placa RRFSA. Fonte: autora.



Figura 35: Registro atual 2016 – Soleiras entre portas. Fonte: autora



Figura 36: Registro atual 2015 – Escola. Fonte: autora.



7 DESENVOLVIMENTO DO MODELO-FICHA PÓS-VALIDAÇÃO DE CONSELHEIROS

Segundo as impressões dos conselheiros, foi desenvolvido um modelo-ficha para conjuntos urbanos a serem preservados. Além desse item, conforme também mencionado nas validações, serão incluídas orientações para melhor captação de fotografias dos espaços pesquisados e educação patrimonial. Entende-se que a educação seja um dos caminhos de divulgação pública da preservação de patrimônios históricos materiais, conscientizando em especial a comunidade de arquitetos e urbanistas a valorizar patrimônios.

7.1 MODELO-FICHA DE CONJUNTOS URBANOS

Para a elaboração do modelo, aprofundou-se a pesquisa de espaços urbanos. Em primeiro lugar, para obter-se uma melhor captação de todas as informações e dados do local, é necessário saber “Observar”. Esse olhar será muito interessante também no momento de registro fotográfico dos locais. O ensino de “Observar” também fará parte da educação patrimonial, pois o olhar aguçado orientará o aluno na visita técnica *in loco*. O “Observar” deve ocorrer através de um *flaneur*, isto é, caminhar displicentemente, sem compromisso, enfim, perambular pelas ruas a serem pesquisadas (POSSSAMAI, 2005). Sentir o local tomando um cafezinho em um bar próximo e sentar em um banco de praça apreciando e conhecendo o cotidiano. É preciso encontrar as características da paisagem, organizá-la em sequência, desenhar croquis, fotografar, filmar, estudar as estruturas de implantação e fazer uma análise cartográfica do local. Observar o todo, mesmo que esse não seja tão agradável ao olhar e mostre facetas estranhas do urbano. Ter “visões fragmentárias”, não perdendo, no entanto, a visão do conjunto (PANERAI, 2006, p. 43). Enfim, essa percepção, longe de ser uma metodologia científica, segundo Panerai, é

Memorizar aquilo que mal se teve tempo de entrever. Orientar-se e encontrar, ler mapas rodoviários, saber parar, trabalhar com amostras sem perder o entendimento de conjunto. O método não é nada cômodo, está longe dos *corpora*⁵⁷ bem delimitados e das referências seguras. Entretanto, pode-se indicar algumas pistas (2006, p. 43).

⁵⁷ Conjunto de informações sobre um determinado assunto, o qual servirá como base para algum estudo (FERREIRA, 2009).

Mas o importante, quando observarmos um local, é proceder a um recorte, delimitando uma zona de estudo que tenha uma aglomeração significativa, onde se possam encontrar identidades e pertencimentos, encontrando até tipologias similares e onde seja possível fazer uma descrição detalhada dos imóveis em um trabalho minucioso. Esse material Panerai chama de "inventário" (2006, p. 132). Nessa descrição, são analisados todos os itens que pertencem a todas as edificações, portanto elementos padronizados e as características que diferem deste padrão. Nessa observação do espaço, formamos uma imagem da cidade ou do local. A importância dessa percepção está no visualizar o espaço e as suas partes constituintes e em como nos localizamos dentro dela (LYNCH, 1960). Essa compreensão acontece aos poucos, pois não é possível entender e conhecer uma cidade de uma só vez.

O ideal para uma observação de um sítio urbano é o olhar “voo de pássaro”, isto é, poder observar de cima e entender as articulações entre todos os elementos morfológicos que o local apresenta. Representar a cidade com “o desenho: os croquis feitos no local, as marcações em mapas e a interpretação de traçados são tão importantes quanto a escrita (descrever roteiros e observações), por fim, a organização eficaz do material iconográfico exige rigor.” (PANERAI, 2006, p. 50).

Segundo Lynch, a percepção ambiental pode ser analisada segundo três componentes: estrutura, identidade e significado. A identificação de um espaço urbano implica a sua distinção em relação aos outros, seu reconhecimento como uma entidade separada, ou seja, sua identidade. A estrutura é estabelecida pelos padrões de distribuição dos elementos urbanos. A significação, no entanto, é muito subjetiva, pois depende do observador e do quanto esse se identifica com a percepção do espaço. (LYNCH, 1960).

Para obter uma observação aguçada do local pesquisado, é preciso reconhecer a paisagem imediata, “as vias, suas margens, suas atividades ao longo das margens; o território percebido, elementos urbanos existentes como monumentos, arborização, postes de luz e outras infraestruturas, bosques isolados, caixas d'água, conjuntos habitacionais e, por fim, o território constituído historicamente, encontrando os traços da ocupação histórica do local” (PANERAI, 2006, p. 44).

Após esse encaminhamento geral da percepção do local, é possível começar a decifrar as partes de que ele é composto. A interpretação da imagem é contextualizada com os componentes que se agrupam e formam o conjunto urbano. Por isso, para que as análises sejam produtivas, é aconselhável estabelecer um recorte a ser estudado dentro de um contexto urbano. Como, por exemplo, uma pequena vila, uma quadra, uma rua ou parte dela ou, por exemplo, edificações em torno de uma praça. Esse recorte será estabelecido pelas

semelhanças encontradas no local, seja em termos de arquitetura, história, cultura ou função urbana. A organização e constituição do espaço urbano são compostas por unidades chamadas de elementos morfológicos e equipamentos urbanos.

Esses elementos que auxiliam na análise do urbano são, conforme Panerai (2006), Lamas (2004), Lynch (1960) e Santos (1988), o solo ou pavimento geográfico, os limites ou o perímetro urbano, os caminhos ou percursos, a estrutura urbana e traçados das ruas, logradouro e bairros, o quarteirão e os lotes, os pontos nodais ou núcleos, o setor, os marcos, os edifícios, as fachadas como plano marginal, a praça, o monumento, as árvores e a vegetação e o mobiliário urbano. Faz parte, também dos equipamentos urbanos, uma subdivisão que descreve a tipologia das edificações. A tipologia irá definir conjuntos de caracteres similares e distinguir, do ponto de vista formal, as edificações em comparação com outras equivalentes. Essa análise revela, através de suas facetas, aspectos como época da construção, habilidades dos construtores, materiais locais e estilos arquitetônicos mais adotados. Pode também elucidar elementos repetitivos que qualifiquem uma planta tipo ou então ornamentos recorrentes caracterizando um estilo arquitetônico particular (PANERAI, 2006).

Do mesmo modo que o modelo-ficha de edificação, o modelo-ficha de conjuntos urbanos (Apêndices X, Y, Z e AA) estabelecerá a identificação do local, sua estrutura de ocupação e a impressão visual geral que esse espaço causa no pesquisador, no momento da ação de observação.

7.2 MODELO-FICHA – INVENTÁRIO PARA PATRIMÔNIO MATERIAIS-CONJUNTOS URBANOS

Todos os itens abaixo que estiverem marcados com ● devem ser exemplificados com fotos:

- Identificação geral do conjunto urbano (máximo 3 linhas)

Especificações técnicas de situação e localização. Esse item será ilustrado com mapa que posiciona todos os itens identificados. O mapa é a representação gráfica que estabelece dimensões, localizações e limites revelando traços e permanências. Localiza os espaços públicos e como esses se organizam em redes contínuas e hierarquizadas. É o contexto de

“nossas ações possíveis, cotidianamente estimuladas pela sucessão imprevisível de obviedades e surpresas, de monumentalidade e discricção, do permanente e do ocasional que se encadeiam ao longo das ruas.” (PANERAI, 2006, p. 164) Na ausência de mapas adequados e completos, a utilização do Google Earth auxilia na observação das diferentes zonas de atividades das cidades.

Localização

Coordenadas cartográficas	
Bairro ou distrito	
Cidade	
Estado	
Dimensões médias dos terrenos (lotes)	
Medidas gerais do conjunto urbano. Essa medida estabelece o recorte urbano que foi escolhido pela pesquisa.	
Função de uso inicial e atual	

Especificação do entorno e dos limítrofes geográficos. Os limites (*edges*, segundo Lynch) ou perímetro urbano são as bordas entre duas regiões distintas que determinam o término dos espaços. Esses limites podem ser uma ruptura, como um rio, uma via férrea, um viaduto, uma grande avenida, e até um acidente geográfico intransponível. Os limites mais fortemente percebidos são aqueles não apenas proeminentes visualmente, mas também contínuos na sua forma e sem permeabilidade à circulação (LYNCH, 1960). O perímetro urbano são os limites que separam o espaço urbano do rural.

- Entorno – especificar na localização (representação gráfica- mapa)

Limite lateral direita		
Limite lateral esquerda		
Limite frontal		
Limite fundos		
Paisagem, visual		
Observações a considerar		

Representação gráfica GERAL com medidas (anexo, sempre em PDF)

Sendo possível anexar plantas originais;

Todas as escalas desse item são sugeridas, pois dependem da complexidade e das dimensões do recorte:

Pranchas	Escala sugerida	Observações
Situação	1/500	Com indicação do norte; vegetação significativa.
Localização	1/250	Com indicação do norte; vegetação significativa.
Corte	1/250	Com perfil do terreno.
Perfil de fachadas somente no plano marginal	1/250	Desenhar linhas gerais, horizontais e verticais do conjunto.

Estabelecer as técnicas construtivas mais utilizadas no conjunto, o estilo arquitetônico e observações que sejam importantes.

Descritivo dos detalhes construtivos gerais:

Elementos morfológicos característicos. Especificar segundo as instruções abaixo:

- **Solo:** Todo assentamento está localizado em um espaço geográfico, e este irá determinar como será a implantação dos espaços humanos. O espaço urbano, portanto, não é mais natural, mas sim modificado pelo ser humano. Embora a ocupação exerça a sua ação, o suporte físico determina as estruturas de apropriação da superfície local. Por isso, o item inicial da análise é a condição geográfica do conjunto urbano (LAMAS, 2004).
- **Caminhos ou percursos:** “São canais ao longo dos quais o observador costumeiramente, ocasionalmente, ou potencialmente se move. Podem ser ruas, calçadas, linhas de trânsito, canais, estradas-de-ferro” (LYNCH, 1960, p. 47). Segundo Santos,

As ruas e os elementos assemelhados (avenidas, travessas e ladeiras) são os espaços públicos, abertos que servem para a circulação de dois renques⁵⁸ de edificações, interligam, portanto, quadras, sendo que o conjunto de vias e quarteirões compõe a malha urbana (1988, p. 91).

⁵⁸ Renques:(renque) conjunto de objetos ou pessoas dispostos na mesma linha, fila, fileira, alas (FERREIRA, 2009).

Os caminhos são considerados como os principais elementos estruturadores da percepção ambiental para a maioria das pessoas. Alguns caminhos específicos podem adquirir especial relevância na medida em que concentram um tipo especial de uso (por exemplo: ruas exclusivamente comerciais ou residenciais). Podem também apresentar qualidades espaciais diferenciadas (por exemplo: caminho muito largo ou muito estreito). Algumas vezes, possuem vegetação padronizada ou arborização nativa. Em termos construtivos, podem exibir tipologias similares, caracterizando uma padronização ou um estilo arquitetônico que se destaca (LYNCH, 1960).

- **Estrutura urbana** é formada pelos traçados das ruas, o logradouro, o quarteirão e os lotes dos espaços urbanos. "A cidade pode-se estruturar de diversas formas como cidade linear, em malha ortogonal, radiais e outras. São as macro organizações de quase todos os assentamentos." (LAMAS, 2004, p. 74). Os conceitos abaixo listados definem os elementos que constituem a estrutura urbana:

a) quarteirão: são grupos de lotes formados por vários edifícios e se inserem na malha urbana de praças, ruas e becos;

b) bairros formados por quarteirões e ruas são zonas do urbano que possuem características homogêneas, possuindo poucos diferenciais morfológicos e que são claramente identificáveis (LYNCH, 1960). Em uma observação aérea, são percebidos como agrupamentos de características equivalentes tanto no tamanho dos lotes como nas atividades e vias que articulam os seus espaços (PANERAI, 2006).

c) lotes são as unidades que formam um quarteirão. Segundo Panerai, no lote, "podemos entender de imediato a relação do edifício com a porção de território urbano que o suporta" (2006, p.131). A apropriação desse espaço caracteriza o modo de vida das pessoas. Por exemplo: a existência de jardins frontais, os pátios de fundo onde se estende e onde se lavam roupas, as hortas e, no início do século passado, os banheiros (latrinas), considerados zona insalubre nas casas (LAMAS, 2004).

- **Setor**: representa uma zona homogênea, que possui poucos diferenciais morfológicos, por exemplo, um bairro que tenha elementos e equipamentos urbanos claramente identificáveis;

- **Pontos nodais** ou núcleos são pontos estratégicos na cidade. Podem ser esquinas, praças, bairros, rótulas ou mesmo uma cidade inteira, caso a análise seja feita em nível regional. Podem também ser pontos de confluência do sistema de transporte, tais como estações de metrô e terminais de ônibus. Outro tipo de nó que aparece são as "concentrações temáticas", tais como os centros puramente comerciais ou então uma vila de operários. Tais locais atuam

como nós, porque atraem muitos transeuntes e são utilizados como referenciais (LYNCH, 1960).

- **Marcos** - (*landmarks*) são elementos pontuais e marcantes na paisagem, como uma ponte, um monumento (obeliscos, esculturas, torres de transmissão ou chaminés industriais e silos) ou um edifício excepcional. Podem ser também rupturas e infraestrutura técnica, como as redes de distribuição de energia, água e esgoto rompem os visuais do urbano. Sua principal característica é a singularidade, algum aspecto que é único ou memorável no contexto. Tornam-se elementos referenciais que orientam as pessoas para se localizarem no espaço urbano (LYNCH, 1960).

- **Espaços construídos** - definir as características comuns ao conjunto, seja no estilo arquitetônico, seja nas técnicas construtivas similares; especificar as construções principais, analisando as tipologias comuns e as diferenças que ocorrem. Como se trata de um conjunto, é importante representara visualização e a percepção pública das edificações, isto é, a fachada marginal (PANERAI, 2006).

- **Perfil do conjunto** - O perfil é representado pelas fachadas que revelam a utilização e funcionalidade dos prédios. É o contato visual com o estilo e com a linguagem arquitetônica, e é pelas fachadas marginais que se define o espaço urbano e sua localização.

Solo – características geográficas			
Caminhos ou ruas			
Estrutura Urbana			
	quarteirão		
	bairros		
	lotes		
Setor			
Pontos Nodais			
Marcos			
Espaços construídos			
Perfil do conjunto			

Os equipamentos urbanos são serviços instalados nos espaços públicos como ruas, calçadas, praças, parques e outros. Fazem parte também desses equipamentos os objetos públicos. Há necessidade de que estejam distribuídos regularmente no território urbano, para atenderem a um maior número de pessoas. Alguns equipamentos, como cemitérios, hospitais, universidades, rodoviárias e indústrias, podem estar afastados das zonas de habitação, pois

atendem a serviços esporádicos e, muitas vezes, prejudicam ou são prejudicados pelo cotidiano residencial (SANTOS 1988).

Apresentar na planta de localização do conjunto urbano os serviços que estão presentes.

● **Infraestrutura local – (representação gráfica e descrita)**

Abastecimento de água		
Rede elétrica ou outra		
Esgoto pluvial e cloacal		
Transportes coletivos		
Atendimento às necessidades básicas:	Saúde	
	Alimentação	
	Comércio em geral	

● **Objetos visíveis que fazem parte da infraestrutura**

Rede elétrica		
Água		
Internet e redes telefônicas		
Esgoto		

● **Espaços de convívio e de serviços comunitários**

Praças		
Escolas		
Parques		
Cemitérios		
Posto de saúde		
Posto de bombeiros		
Mercados		
Posto policial		
Templos religiosos		
Especiais		

● **Mobiliário Urbano**

Luminárias		
Paradas de ônibus		
Vegetação		
Placas		

Bancos		
Chafariz		
Bancas de Revista		
Lixeiras		
Telefone público		
Especiais		

Nos itens abaixo, assim como no modelo-ficha de edificação única, são disponibilizadas perguntas que auxiliam o descrever da história do conjunto urbano. O preenchimento pode ser auxiliado por análise de documentos, fotos e memória oral. Para complementar as informações, são necessárias várias visitas ao local e um levantamento fotográfico completo.

Qual a importância deste conjunto dentro do contexto urbano?
Como a disposição urbana é utilizada na implantação das casas?
Como as medidas dos lotes caracterizam o modo de vida da época?
Como eram os procedimentos de implantação urbana?
Se existem símbolos, esculturas ou outros adereços, a que eles se referem?
Observações

Análise sociológica – analisar os eventos humanos que ocorreram nesse local, tanto na vida social quanto no cotidiano da época e atual (se houver).

Acesso à educação ou eventos educacionais ocorridos
Liderança política, qual a relação do local com a administração pública?
Eventos incomuns, diferenciados
Cotidiano, ocorrências frequentes

Produção local e entorno (artesanatos, agrícola e outros)
Principais atividades econômicas
Comércio de abastecimento
Eventos: Lazer ,festas, ritos religiosos;
Cultura - linguagem, influências externas como imigrações
Relações principais de gênero e classes com o urbano

7.3 MODELO-FICHA PARA CONJUNTOS URBANOS PREENCHIDO COM A VILA KM2

Após ser elaborado esse modelo-ficha de conjuntos urbanos, procedeu-se ao preenchimento dos campos com o *case* de KM2. Os campos de história, aspectos sociais e culturais é similar ao já preenchido no modelo-ficha de edificações.

Ficha – Inventário para Patrimônio Materiais

Todos os itens abaixo que estiverem marcados ● devem ser exemplificados com fotos:

● Identificação geral do conjunto urbano

Vila militar (foto 37) construída durante a construção de um ramal da via férrea chamada de Tronco Sul (foto 38) no estado do RS. Compostas de dois tipos de casas, a do trabalhador (foto 39) e dos chefes. (foto 40) A Vila possui, além das residências, a estação férrea (foto 41), uma caixa d'água, (foto 42) e uma escola (foto 43) e outros equipamentos urbanos que já foram demolidos por serem de madeira (depósito que sobrou foto 44).
Atualmente, a Vila é residencial, inclusive nos espaços públicos como a escola.

Localização

Coordenadas cartográficas	29°04'19.6"S 51°35'20.9"W
Bairro ou distrito	Vila KM2– Veríssimo de Mattos
Cidade	Bento Gonçalves
Estado	Rio Grande do Sul
Tamanho do terreno	Os terrenos não eram demarcados. No entanto possuem

	(foto 45) aproximadamente 17,5x20m, portanto: 350m ² . As casas distam no mínimo 10m uma da outra;
Medidas gerais do conjunto urbano (recorte escolhido)	A área total do conjunto englobando a estação férrea é de aproximadamente 4.500,00m ² com 50,00m de largura por 90m de largura;(foto 46)
Função de uso inicial e atual	Pelos militares do batalhão ferroviário durante a construção da via férrea dos túneis e pontes sobre os vales; em segundo lugar os funcionários da RRFSA e, atualmente, moradores sem vínculos e sem registros de propriedade (foto 47).

● Entorno, Limites – Localização Fotos (Apêndice AC)

Vizinho lateral direita	Zona agrícola de plantio de subsistência. Na continuidade da via férrea, a leste, existe um dos sete túneis escavados nas montanhas de basalto; (foto 48)
Vizinho lateral esquerda	À esquerda existe uma vegetação expeça nativa, alguns sítios e o centro de habilitação de dependentes químicos e, mais distante, a BR 470 que liga a Vila à estrada para Bento Gonçalves. (foto 49)
Vizinho frontal	Mata densa e o Rio das Antas com uma de suas ferraduras. (foto 50) Vista da estrada para o município de Veranópolis através da ponte Ernesto Dorneles (ponto turístico dos dois municípios) (foto 51)
Vizinho fundos	Mata densa e o acesso ao distrito de Veríssimo de Matos (foto 48)
Paisagem, visual	Visual de uma das ferraduras do Rio das Antas (Belíssimo!) (foto 50)
Observações a considerar	Este local é de uma beleza indescritível, onde altas montanhas contrastam com a baixa altitude do Rio das Antas. Nas montanhas há abundância de pedra basalto, que ainda é um recurso natural nas construções realizadas na região.

● Infraestrutura local

Abastecimento de água	A água que abastecia essas casas vinha do Rio das Antas e era depositada em um reservatório perto da estação férrea (fotos 43 e 44). Atualmente o abastecimento é pela CORSAN, a caixa d'água está desativada;	
Rede Elétrica ou outra	Rede elétrica com postes de concreto da RGE, as instalações dentro da residência são muito precárias e improvisadas. (foto 51)	
Esgoto pluvial e cloacal	Não existe esgoto encanado, ele corre a céu aberto; Alguns moradores já construíram fossas e sumidouros. Os esgotos de cozinhas e tanques correm a céu aberto na lateral das casas; (foto 52)	
Transportes coletivos	A vila depende dos ônibus que trafegam pela BR 470 e são intermunicipais. Antigamente, os moradores utilizavam os trens para se deslocar e também os caminhões do batalhão que ali circulavam. Um ponto de ônibus existe para recolher as crianças que vão para a escola.	
Atendimento às necessidades básicas:	Saúde	No auge da Vila, toda a população e arredores eram atendidos por um posto de saúde que possuía quatro médicos militares; hoje a população depende do posto de saúde mais próximo, que fica no distrito de Tuiuty.
	Alimentação	Em especial arroz, feijão, frutas das árvores frutíferas, mel de abelhas das redondezas. Quase não há plantio de uva nesse distrito;
	Comércio em geral	A Vila era abastecida pela rede ferroviária e, inicialmente, pelo batalhão ferroviário;

Representação Gráfica GERAL com medidas:

Pranchas	Escala sugerida	Observações
Situação	1/500	Com indicação no norte; vegetação significativa Apêndice N
Localização	1/250	Com indicação no norte; vegetação significativa Apêndice O
Corte	1/250	Com perfil do terreno Apêndice AD
Perfil de fachadas somente no plano marginal	1/250	Apêndice AE

Descritivo dos detalhes construtivos gerais:

Casa de alvenaria com lajes de estuque (foto 39), lajes com sistema radier na fundação. A escola (foto 40) e a estação férrea (foto 41) também são de alvenaria. As construções sociais: o cinema, o restaurante e os galpões de alojamento dos recrutas eram de madeira e já não existem, no entanto, ainda um galpão de madeira existe, que há poucos anos ainda servia de apoio para a via férrea. Coberturas com telhas francesas, com exceção da estação férrea.

Elementos morfológicos urbanos

Solo – características geográficas		
Caminhos	Estrada de terra batida Caminhos auxiliares também de terra batida Via férrea que sobe até Veríssimo de Matos e desce até a estação Burati (Apêndice AB)	O caminho principal da Vila direciona-se até a BR 470, principal via de acesso a Bento Gonçalves e Veranópolis;
Estrutura Urbana	Implantação Linear com três zonas bem definidas, casas dos trabalhadores, casa dos XXX e estação férrea (com todas as construções provisórias de apoio no seu entorno;	Uma casa (Apêndice AB) fica deslocada, mais alta, como que para vigília do local;
Quarteirão	Não existe definição de quarteirão, mas duas zonas definidas;	
Bairros	Essa Vila é um local característico, pois possui casas padronizadas como as quatro vilas implantadas no percurso da implantação do tronco sul.	
Lotes	Sem recuo de jardim com quintal e tanque nos fundos	As casas residenciais têm jardim frontal e possuem mais espaçamento entre as casas e no fundo do terreno
Setor		
Pontos Nodais	Rótula de acesso da BR 470. Rótula de acesso à estação	

	férrea	
Marcos	Estação férrea, ponto principal desse local.	Vista norte para o Rio das Antas.
Espaços construídos	Duas tipologias de residências, a escola segue a tipologia das casas dos trabalhadores. A estação férrea segue um estilo moderno.	
Perfil do conjunto	Casas baixas de um andar somente, onde se destaca a caixa d'água alta;	

Equipamentos Urbanos

Infraestrutura

Rede elétrica	Postes de madeira que abastecem em linearidade a Vila;	
Água	Abastecimento atual pela CORSAN. Na implantação da Vila, a água era bombeada do Rio das Antas até a caixa d'água que está desativada;	
Internet e redes telefônicas	Não existe	
Esgoto	Algumas residências possuem sumidouros, mas a maior parte do esgoto corre a céu aberto;	

Espaços de convívio social

Praças	Não possuía	
Escolas	Uma escola	No auge do funcionamento possuiu 500 alunos em três turnos
Parques	Não possuía	
Cemitérios	Não possuía	
Posto de saúde	Existia em um galpão de madeira com atendimento a toda povoação: além dos moradores da Vila, a vizinhança;	Demolido
Posto de bombeiros	Não possuía	
Mercados	Dependem dos mercados ao longo da BR 470	Na ocupação militar, e durante o funcionamento dos trens, alguns mantimentos vinham com o trem;
Posto policial	Não possuía	
Especiais	Estação Férrea: existe e era mais importante das quatro Vilas do tronco sul;	Existente
	Cinema- foi de grande importância social e de lazer, era uma construção de madeira;	Demolido

Mobiliário Urbano

Luminárias	Não possui	
Paradas de ônibus	Não possui	
Vegetação	Mata nativa	Açoita Cavalos, Corticeira, Cerejeira do Mato, Paineira;
Placas	Não possui	
Bancos	Alguns improvisados pelos moradores;	Foto 56
Chafariz	Não possui	
Lixeiras	Não possui	
Telefone público	Não possui	
Especiais		

Análise histórica- relacionar o levantamento técnico com a história local e/ou o contexto histórico que determinou as escolhas construtivas:

<p>Qual o detalhe construtivo que melhor caracteriza a época da construção, explique por quê:</p> <p>A utilização de um espaço entre o solo e o assoalho, característico das construções nessa época, permite que haja uma aeração sob o assoalho, evitando apodrecimento. Nessa fundação direta existem vários vãos para passagem cruzada. Além disso, a laje e em estuque, na cobertura, permite que as casas sejam protegidas da intempérie e fiquem isoladas do frio e do calor. Essa é uma região onde embocam muitos ventos e essas lajes permitem que se firme melhor o telhado.</p> <p>A telha francesa é característica das casas no sul, de fabricação estadual (na região de São Sebastião do Caí). É uma telha de excelente desempenho quanto ao deságue de chuvas, com encaixes perfeitos, dificilmente permitindo vazamentos de água.</p>
<p>Qual a importância deste conjunto dentro do contexto urbano?</p> <p>Esta é uma casa que abrigou famílias inteiras e numerosas. Pessoas que auxiliaram na construção e manutenção de uma das mais belas estradas de ferro de todo o tronco sul.</p>
<p>Como foi a disposição urbana utilizada na implantação das casas?</p> <p>Disposição linear. Todas as construções são dispostas ao longo da via</p>
<p>Como as medidas dos lotes caracterizam o modo de vida da época?</p> <p>Os lotes são diferenciados. As casas não possuem jardim frontal, mas um quintal grande na parte dos fundos do terreno, onde as esposas, em geral donas de casa, criavam galinhas, lavavam e estendiam roupas, as crianças brincavam sob o cuidado das mães. Ainda existiam pequenas hortas e árvores frutíferas para consumo familiar.</p>
<p>Como eram os procedimentos de implantação urbana?</p> <p>Muito interessante é a instalação bem distanciada das casas maiores em relação às casas menores, separadas por uma área arborizada, onde também se encontra a escola com o campo de esportes (em concreto). A disposição linear ocorreu devido ao grande declive onde a Vila foi instalada, cujo patamar abriga a via e os lotes, com uma única via de acesso. A via auxiliar liga a Vila à estação férrea e, por consequência, aos trilhos da via férrea.</p>
<p>Se existem símbolos, esculturas ou outros adereços, a que eles se referem?</p> <p>Batalhão Ferroviário, o construtor dessa via e da vila, RFFSA, que foi e ainda é a empresa pública proprietária da Vila, arrendada atualmente à ALL ;</p>
<p>Observações</p> <p>A vida no KM2 foi muito interessante e traz uma felicidade nostálgica nas palavras de quem fala da época auge desse local. Uma moradora, filha de funcionário da rede ferroviária, disse que, nesse período, não passou mais fome, já que sempre havia sobras na padaria ou no refeitório. A interação social que ocorria entre essas famílias também marcou a vida dessas humildes pessoas. O cinema era abastecido com filmes que vinham da sede do batalhão em Bento Gonçalves (Bairro São Roque) e reunia todos os moradores, tanto militares, como os civis com seus filhos. A escola como gerador de ensino, permitindo a celebração de missas (já que a igreja mais próxima era em Veríssimo de Matos, distante de KM2). A existência de um ambulatório com quatro médicos também proporcionava bem estar aos moradores, incluindo todos os civis que moravam nos arredores e, também, os recrutas que esporadicamente iam até a Vila para fazer exercícios militares.</p>

Análise sociológica- analisar os eventos humanos que ocorreram nesse local, tanto na vida social quanto no cotidiano da época e atual (se houver).

Acesso à educação ou eventos educacionais ocorridos
No auge da Vila, a escola funcionava em 3 turnos e possuía em torno de 500 alunos, entre crianças e recrutas (alguns analfabetos e moradores mais velhos eram atendidos pelo Mobral, programa do governo na época). Atualmente as crianças estudam em Tuiuty, distrito vizinho e se deslocam com vans da prefeitura de Bento Gonçalves.
Liderança política, qual a relação do local com a administração pública?
A liderança militar no início da Vila, era o poder do estado representado pelo batalhão ferroviário. O hino nacional era cantado todos os dias com o hasteamento da bandeira e marcava a importância de toda a construção. Atualmente, devido à insegurança de propriedade, existe uma associação de moradores que reivindica as necessidades da população local (muitos desses moradores são filhos de agricultores que residiam no local antes da implantação do KM2).
Eventos incomuns, diferenciados
Um enxame de abelha adentrou a escola, fechando-a por dois dias e obrigando todos os alunos a irem para casa. O cinema funcionava sem diferença de classes, todos conviviam independente de serem civis ou militares.
Cotidiano, ocorrências frequentes
Terminar com rapidez os serviços caseiros de cozinhar, passar e lavar roupas, limpar a casa, para ir ao cinema no final da tarde. Acompanhar sempre os eventos no campo de esportes da escola, como missas, eventos cívicos (hino nacional e hasteamento da bandeira) e festas juninas e outras. No verão desciam o morro para tomar banho no Rio das Antas.
Produção local e entorno (artesanatos, agrícola e outros)
Além da atividade principal, que era construir a ferrovia, os moradores locais desenvolviam agricultura de subsistência, produção frutífera e apicultura nas encostas.
Principais atividades econômicas
O objetivo da Vila era construir a via férrea, no entanto a agricultura de subsistência sempre esteve presente no dia a dia desse local, e ainda continua a existir.
Comércio de abastecimento
Era trazido pelos caminhões do exército e por alguns vagões da Maria Fumaça e, após, por máquina a óleo diesel.
Lazer- festas, ritos religiosos
Como não havia Igreja no local, as missas católicas eram ministradas na escola. A atração principal sempre foi o cinema, que funcionava em um pavilhão de madeira, junto ao refeitório, cozinha e padaria, que também eram de madeira e não existem mais.
Cultura- linguagem, influências externas como imigrações
Não possuímos dados para preencher esse item;
Relações principais de gênero e classes com o urbano
As pessoas não possuíam restrições às classes sociais, todos se comunicavam entre si.

FOTOS - CJU – conjunto urbano

Figura 37: CJU Anos 60 - Soldados perfilados e caixa d'água. Fonte: batalhão ferroviário.

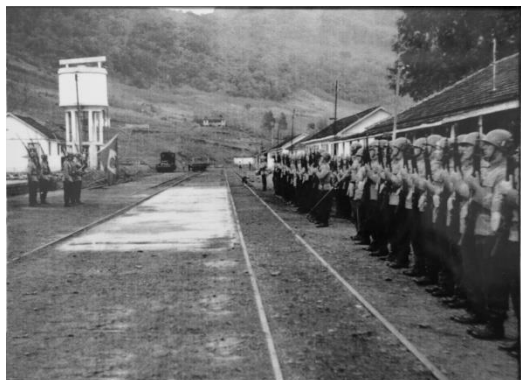


Figura 38: CJU – Anos 50 – Vista geral estação e trilhos. Fonte: batalhão ferroviário.



Figura 39: CJU Registro atual – 2016 – Casa do trabalhador. Fonte: autora.



Figura 40: CJU Registro atual 2015 – Casa residencial. Fonte: autora.



Figura 41: CJU Registro atual 2015 – estação férrea. Fonte: autora.



Figura 42: CJU – Registro atual 2015 – caixa d'água desativada. Fonte: autora.



Figura 43: CJU – Registro atual 2015 – Escola.
Fonte: autora.



Figura 44: CJU – Registro atual 2016 (galpão de madeira – depósito). Fonte: autora.



Figura 45: CJU – Registro atual 2015 – Terreno casa residencial. Fonte: autora.



Figura 46: CJU – Registro atual 2015 – geral da estrada ao norte. Fonte: autora



Figura 47: CJU – Registro de 1960 – Vista geral da instalação. Fonte: batalhão ferroviário.



Figura 48: CJU – Registro de 1960 – túneis bifurcados de Jaboticaba. Fonte: batalhão ferroviário.

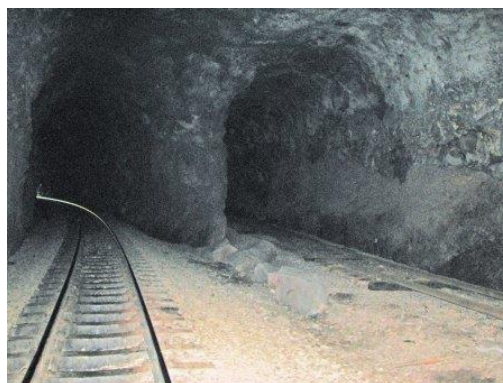


Figura 49: CJU – lateral oeste acesso BR 470.
Fonte: Google Earth.



Figura 50: CJU- Registro em 2015 – Rio das Antas ferradura, vista norte KM2. Fonte: autora.



Figura 51: CJU – Registro atual 2015 – Ponte Ernesto Dorneles. Fonte desconhecida.

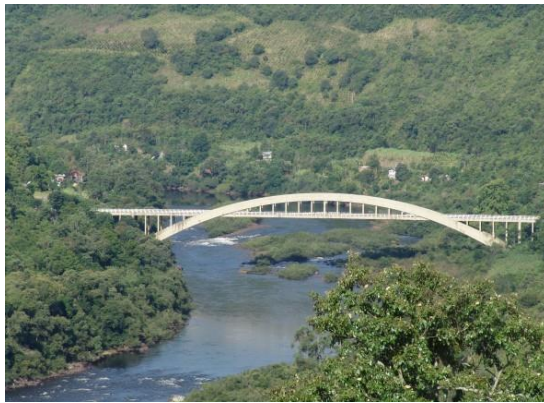


Figura 52: CJU – Registro atual 2015 – Postes de Luz de concreto. Fonte: autora.



Figura 53: CJU – registro atual 2015 – Esgoto a céu aberto. Fonte: autora.



Figura 54: CJU – Registro atual 2015 – símbolo do batalhão ferroviário. Fonte: autora.



Figura 55: CJU – Registro atual 2015 – Sigla da RFFSA. Fonte: autora.



Figura 56: CJU – Registro atual 2016. Banco artesanal na moradia. Fonte: autora.



7.4 ORIENTAÇÕES PARA FOTOGRAFAR COM EFICIÊNCIA

A imagem, muitas vezes, fala mais que o próprio texto escrito ou ao menos prepara o leitor. (SALVADORI, 2008. p.41).

A fotografia ilustra as características do imóvel ou conjunto pesquisado, auxiliando na compreensão do conteúdo descritivo e nas futuras intervenções de preservação e restauro (LIMA, 2008). Ela facilita o trabalho de análise dos pesquisadores, na medida em que, às vezes, o acesso ao local é difícil. O objetivo dessas fotografias deve ser um levantamento técnico que, além de assegurar a descrição de todos os detalhes construtivos, também possa revelar aspectos sociais e culturais presentes nos locais, a fim de criar uma identidade visual ao espaço. O olhar sempre atento permite armazenar maior quantidade de informações em imagens de memória a serem preservadas (POSSAMAI, 2005).

A fim de obter uma documentação fotográfica de qualidade, segundo a solicitação de um conselheiro, será interessante seguir algumas orientações técnicas, ressaltando que essas serão fotos técnicas, e, não, artísticas, tendo como item primordial a objetividade (LIMA et al 2008, p.25). A captação fotográfica precisa selecionar a hora e o dia corretos para intervenção. Também será importante observar os ângulos e os enquadramentos ideais, a qualidade do equipamento e da imagem e uma legenda adequada, com título, data e mapa indicativo do posicionamento visual do fotógrafo. São preferíveis fotos com iluminação natural em dias ensolarados, no entanto é inadequado que essa insolação crie muitas sombras das saliências e reentrâncias das edificações (POSSAMAI, 2005). Para Barros, a melhor hora do dia para a percepção das cores e formas é o sol próximo ao meio dia. O pôr do sol pode alterar as cores das imagens (BARROS, 2007). Para captar melhor os detalhes construtivos, é ideal a ausência de pessoas no entorno. A escolha de horário, portanto, depende também da movimentação humana no local. No entanto, às vezes, a inserção de algumas pessoas nas fotos facilita os comparativos de escala⁵⁹, para encontrar dimensões necessárias não levantadas tecnicamente para a compilação das informações.

O enquadramento adequado das fotografias segue alguns conceitos importantes de composição visual. As categorias conceituais que proporcionam uma leitura visual objetiva são estas: a segregação, o contraste, a clareza visual, a harmonia e o equilíbrio. A segregação permite a identificação dos principais elementos que compõem a imagem, sendo apropriado

⁵⁹ Escala é o meio de reprodução das relações existentes entre os objetos (GOMES FILHO, 2008).

ter os elementos foco em primeiro plano, enquanto o fundo pode estar difuso. O contraste depende da presença da luz e da inserção correta das sombras, evidenciando detalhes construtivos ou objetos. Com a utilização correta do contraste, é possível enxergar a terceira dimensão na imagem em duas dimensões. A clareza visual será uma consequência do correto uso da segregação e do contraste, pois ela proporciona leitura visual e percepção rápida do que está sendo apresentado na imagem. A harmonia é “o resultado de uma perfeita articulação visual na integração e coerência formal” (GOMES FILHO, 2008, p. 51). O equilíbrio representa a soma de todas as linhas de uma imagem, com a distribuição dos pesos de forma simétrica. O espaço pode não ser simétrico, no entanto, um perfeito enquadramento soma elementos para que ocorra o equilíbrio. O peso e equilíbrio correto ocorrem na compensação de linhas verticais e horizontais, por isso, em fotos técnicas, evita-se a utilização em ângulo ou com lentes que distorcem as imagens.

A delimitação da imagem precisa compreender os princípios da perspectiva⁶⁰. A captação das imagens acontece através de várias tomadas, como na linha do horizonte, a aérea⁶¹ ou, então, somente uma tomada superior de algum ponto mais alto do local e a tomada voltada ao piso, quando for interessante.

Atualmente, são diversos os equipamentos que possibilitam fotografar de forma digital. Máquinas fotográficas semiprofissionais e profissionais, *tablets* e celulares estão capacitados a gerar imagens de alta resolução. A capacitação desses aparelhos para obter uma alta resolução⁶² depende do correto manejo e da regulagem dos equipamentos.

A fotografia também foi preocupação dos arquitetos e urbanistas que iniciaram o IPHAN, pois essas facilitavam o levantamento técnico das edificações a preservar. Para sistematizar o trabalho dos fotógrafos, a seção de arte da Divisão de Estudos e Tombamentos, o diretor-geral do SPHAN criou, em 08 de janeiro de 1948, a Portaria nº. 3 – “Fotografias de obras de valor artístico e histórico”.

Essa Portaria contempla os seguintes itens:

I – Fotografias de exterior;

II – Fotografias de interior:

a) Arquitetura civil;

⁶⁰ Princípios de perspectiva: segundo Wucius, o que vemos ao nosso redor não é uma imagem plana, mas sempre existe uma profundidade física, que é a terceira dimensão (WUCIUS, 2001). As perspectivas podem ter tomadas de um ponto de fuga com duas dimensões fixas largura e altura, ou então dois pontos de fuga com uma dimensão fixa, em geral, a altura do objeto ou cena a ser retratada (MONTENEGRO, 1979).

⁶¹ Facilitada pelas imagens disponíveis no aplicativo *Google Earth*;

⁶² As imagens de alta resolução são as de 150 a 300 dpi, proporcionando uma qualidade superior (HORIE, 2008).

b) Arquitetura religiosa (Igrejas e capelas; conventos);

III – Imagens, mobiliário, prataria etc;

IV – Quadros e painéis.

Essas instruções reafirmam o valor do documento fotográfico enquanto instrumento de análise e estudos para os procedimentos do Serviço, como fica exemplificado no fragmento correspondente ao item II/b: “O operador terá sempre o cuidado de remover as toalhas, vasos, castiçais e imagens de feição comercializada e de fábrica recente”. Em especial, o item IV da portaria diz que: Os quadros e painéis devem ser fotografados a prumo e bem de frente (quer dizer, em duas dimensões, evitando a perspectiva), evitando-se os reflexos e demais efeitos perturbadores (LIMA et al, 2008).

Fotografar, portanto, é um trabalho que, além de ser uma atividade prazerosa, requer do pesquisador critérios claros que auxiliam na elaboração de documentação técnica detalhada que corroborará o memorial descrito do modelo-ficha das edificações e conjuntos urbanos.

7.5 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - CONSCIENTIZAÇÃO DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

A última e relevante solicitação dos conselheiros foi pela educação e divulgação do modelo-ficha. Para a educação patrimonial da comunidade (em geral afastada dos bancos escolares) são propostas atividades comunitárias com debates, palestras educativas, exposições, audiências públicas, seminários, concursos públicos, feiras e festivais que promovam o interesse para a proteção e a defesa do patrimônio cultural (MIRANDA; ARAÚJO & ASKAR, 2009). No entanto, entende-se que, atualmente, os arquitetos e urbanistas são os especificadores mais importantes nas competências ligadas à construção civil e à exploração imobiliária, e, portanto, é preciso fortalecer o ensino patrimonial na formação desses profissionais.

Essa hipótese também é ratificada através do manual: *Mestres e Conselheiros, COMPAHC de Minas Gerais*, em que os autores assim se pronunciam:

Após descrever algumas situações decorrentes da educação patrimonial concluiu com texto da carta de Goiânia no primeiro encontro nacional do ministério público na defesa do patrimônio cultural, ficou consignado na conclusão n 04: que só por meio da educação é possível mudar valores e incluir a preservação do patrimônio cultural na rotina dos cidadãos. É preciso que as instituições de cultura, educação e sociedade em geral incluam a educação sobre patrimônio em seus projetos (MIRANDA et al, 2009, p. 21).

É interessante salientar que, em conversas informais com estudantes de Arquitetura e Urbanismo de duas universidades gaúchas, esses destacaram que o estudo de patrimônio está vinculado a uma disciplina prática de projeto que engloba restauro, reutilização e nova função da edificação estudada. No entanto, a parte histórica do imóvel é superficialmente considerada, levando o estudante a não entender o porquê de preservar (entrevista com as estudantes Luiza Sacchet, UFRGS, Amanda Righes, UNISINOS, e Angélica Piva, arquiteta formada pela UCS há mais de dois anos).

Evidencia-se, também, que os cursos são focados em novas construções, e o ensino patrimonial representa menos de dez por cento do total de créditos (pesquisa comparativa na tabela apêndice A). Atualmente há, segundo a ABEA (Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura e Urbanismo), quatrocentos e sessenta e seis cursos de Arquitetura e Urbanismo no País, sendo que, no Rio Grande do Sul, são trinta e sete cursos. Em média, são setenta alunos por ano nos cursos, o que resulta (cinco anos de graduação) em quase treze mil estudantes somente no estado. Com a formação dentro de dez anos, a maioria desses profissionais irá deparar com patrimônios a serem preservados e com poucas novas construções. Se a formação não for orientada para a percepção do patrimônio cultural além do material, o profissional certamente vai decidir por demolições em prol de novas construções.

A orientação para uma disciplina abrangente em Educação Patrimonial tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores. A seleção de algumas atividades diferenciadas aguça o interesse do aluno em nível de ensino fundamental e, certamente, também no ensino superior. O primeiro objetivo de um curso de educação patrimonial, segundo a professora Patrícia Laczynski, é o olhar e observar. Por isso, a sugestão de visitas orientadas a museus, a bens tombados no município (sendo possíveis visitas a bens em nível nacional e internacional). Essa visita a campo fará com que o aluno possa perceber vários aspectos visuais e também possa notar como o entorno é importante em termos de memória, História e produção de novas memórias (LACZYNSKI apud SALVADORI, 2008).

O segundo procedimento sugerido é o registro gráfico desse patrimônio material por meio de desenhos, escrita, fotografia.

Em terceiro lugar, o aluno deve ser instigado a reunir a documentação do local de intervenção. O educador deve incentivar a pesquisa em todas as áreas do conhecimento, que possam auxiliar na nova narrativa histórica dos espaços históricos. Segundo Carola, é possível utilizar recursos como memórias (incluindo memória oral), mitos e lendas contados de forma oral ou escritos, dialogando sempre com as áreas da ciência como Antropologia e Etnografia (CAROLA, 2013).

No ensino atual, está em desuso o modelo francês napoleônico, que exige do professor o domínio do conhecimento e as experiências profissionais. O modelo francês exigia que o professor soubesse ensinar e, por isso, eram exigidas exclusivamente aulas expositivas. O professor precisa ter competência pedagógica e, devido à evolução tecnológica, ter conhecimentos na área de informática e intercomunicações, utilizando com destreza ferramentas pedagógicas sobre a produção e socialização do conhecimento (MASETTO, 2003).

O aluno pode, hoje, acessar o conhecimento de casa mesmo, sem a necessidade da Universidade. Por esse motivo, o professor não pode ser mais um simples transmissor de conhecimentos, mas precisa estar apto a abrir o diálogo, a ser parceiro na construção do conhecimento e a promover o desenvolvimento humano, social, político e econômico: “professores que combinam imaginação e ação” (MASETTO, 2003, p. 14).

A formação contínua e a pesquisa são destaques para “revitalizar a vida acadêmica como exercício profissional” (MASETTO, 2003, p. 15). Importante, também, é relacionar teoria e prática, desestabilizar currículos fechados, ressignificar a presença dos alunos mediante atividades interessantes e salientar que a formação não termina na graduação, mas precisa ser contínua. O processo de ensino deve levar o aluno a pensar, a ter controle sobre seu próprio conhecimento e a relacionar o conteúdo com sua habilitação profissional. Precisa, portanto, desenvolver competências e habilidades para ser um cidadão e profissional responsável, integrando o conteúdo a valores éticos, sociais, políticos e econômicos, priorizando os valores humanos e ambientais.

Os conteúdos da graduação e extensão precisam estar interligados entre disciplinas. A interdisciplinaridade proporciona a visualização de temas no contexto de todas as áreas do conhecimento. A necessidade de os profissionais estarem em constante diálogo e interagir nas diversas disciplinas auxilia no processo de conhecimento múltiplo.

O profissional atual estimula trabalhos em equipe (utilizando várias dinâmicas de grupos, estratégias participativas, simulação de realidades, produção de climas favoráveis ao convívio), é um ser motivador, auxilia na utilização de recursos como bibliotecas, hemerotecas, videotecas, ensina como utilizar o computador nas pesquisas e também se conecta com outras disciplinas, procedendo à interdisciplinaridade (FAZENDA et al, 2014).

O ensino precisa estar conectado com as atividades cotidianas, recriando novas maneiras de ver e solucionar os problemas. A teoria, muitas vezes, está distante da prática, no entanto, é preciso dosar as práticas, pois o exagero da aplicação prática pode engessar o

conteúdo, impossibilitando o estudante de ligar conteúdos à experiência (FAZENDA et al, 2014).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entender os cursos da nova história, são relevantes as conceituações iniciais dessa pesquisa. Pensar essas novas modalidades de narrativa, que buscam olhares diferenciados da história linear arraigada ainda nos currículos escolares e no ensino superior, significa buscar novas fontes de pesquisa. Consultar de maneira igualitária documentos e arquivos oficiais, comparados a depoimentos de testemunhas dos eventos, fotografias, cartas, mapas e objetos materiais, pode mudar a concepção tradicional da História. O novo olhar, além de observar somente o exterior dos patrimônios materiais, encontra razões subjetivas e imperceptíveis. Essas revelam a verdadeira razão de preservar ícones arquitetônicos marcantes não só pela estética, mas por sua importância social, cultural, econômica e política e, acima de tudo, por representar um produto da época em que foi concebido e implantado.

A busca do acerto científico passa pela adoção de metodologias científicas que corroboram as soluções ao problema pré-determinado na pesquisa. A análise inicial das leis, dos documentos, dos manuscritos, fotos e mapas auxiliarão na composição dos dados necessários para a elaboração e preenchimento do modelo-ficha. O estudo de caso, as entrevistas, com a utilização de memória oral, os levantamentos técnicos, as avaliações presentes nas validações dos conselhos formaram um conjunto de itens essenciais para ratificar o modelo proposto.

A abordagem inicial apreciou as leis que favorecem a preservação dos bens patrimoniais com valor histórico. Essas leis de preservação no País já possuem quase oitenta anos (1937-2016), no entanto parece que a sociedade desconhece e desvaloriza os imóveis de importância histórica.

Os proprietários ainda ignoram que seus imóveis, significativos para a história da coletividade, são protegidos por lei e que, por isso, não podem sofrer interferências sem o aval do Poder Público. A instauração dos COMPAHC auxiliou o Poder Público a consolidar as decisões de preservação. Na cidade de Bento Gonçalves, o Poder Municipal, compreendendo o valor da entidade, tornou o conselho deliberativo através da criação de leis municipais. Os conselheiros representam associações comunitárias expressivas nos municípios, profissionais que, sem remuneração, dedicam algumas horas mensais para decisões importantes no caminho de preservar a história através de patrimônios materiais e imateriais.

Auxiliando as argumentações dos conselhos e dos profissionais envolvidos nos processos de preservação das edificações, o modelo-ficha, produto dessa pesquisa, apresenta diretrizes detalhadas para conhecer o objeto de análise, seja uma edificação, seja um conjunto urbano. Contendo identificação, levantamento técnico, dados históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, exige dos profissionais envolvidos um estudo aprofundado dos patrimônios. Para o preenchimento desses itens, o modelo-ficha foi acompanhado de instruções e diretrizes específicas.

De relevância significativa, a colaboração dos conselhos na avaliação e validação do produto enriqueceu e afirmou o modelo-ficha como um produto necessário para os registros dos imóveis municipais inventariados de importância histórica. No entanto, pelo fato de ser um documento muito extenso, ocorreu a ideia de envolver as universidades próximas das cidades sedes dos conselhos, através dos alunos de Arquitetura e Urbanismo a auxiliarem nesses levantamentos.

A partir desses estudos, e em especial do modelo-ficha, será desenvolvido com os alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo de Bento Gonçalves (UCS- CARVI), na disciplina de técnicas retrospectivas, o primeiro trabalho baseado nessas diretrizes. No próximo semestre, será pesquisado o centro de Bento Gonçalves, como conjunto urbano e algumas edificações significativas. Nos próximos anos, pretende-se trabalhar as cidades vizinhas (onde os alunos residem), como Garibaldi, Carlos Barbosa, Veranópolis, Guaporé, Cotiporã, Nova Prata, Serafina Correa e outros. Todos esses municípios possuem, em sua zona central, algum imóvel que marca sua história e que, se não for detalhadamente estudado, poderá perder seu valor, sendo demolido. Nessa intenção, fica claro o valor social e a problematização cotidiana para o ensino superior na graduação de Arquitetura e Urbanismo.

O estudo de caso da Vila KM2 possibilitou a construção da narrativa histórica viabilizada pelos documentos existentes e, em especial, pelos depoimentos de personagens que vivem ou viveram no espaço. A memória e a recordação revelaram eventos coletivos similares e importantes para toda a comunidade. Com esses dados, determinam-se algumas características da identidade coletiva, da cultura, dos costumes e dos hábitos cotidianos que ocorriam durante a utilização da via férrea. Na articulação dessas informações, também se percebem os graus de pertencimento que ainda estão presentes na população atual. Através da riqueza de elementos levantados, foi possível preencher as lacunas do modelo-ficha, tanto de uma edificação quanto do conjunto urbano ali existente, e tornar público o modelo-ficha KM2, em primeiro lugar para a comunidade de Bento Gonçalves. Assim, pode-se despertar interesse coletivo pela história desconhecida de alguns locais dentro dos limites municipais (o

modelo-ficha preenchido da edificação do trabalhador já foi apresentado no COMPAHC de Bento Gonçalves). A partir desse levantamento, poder motivar a comunidade, o batalhão das comunicações (antigo batalhão ferroviário), a iniciativa privada e o Poder Público a trabalhar uma ação conjunta de restauro e conservação do local (e também das outras três vilas que formam o conjunto do tronco sul, Veríssimo de Matos, São Luiz e Jaboticaba). Há interesse, em especial da iniciativa privada, em reativar a linha férrea para utilização turística, pois o tronco sul, além de uma bela paisagem, possui sete túneis escavados, nas rochas de basalto, pelos soldados e trabalhadores do batalhão ferroviário.

É possível questionar quais serão as dificuldades que os profissionais e alunos enfrentarão para preencher essas lacunas para outras edificações e outros conjuntos urbanos. Nesse aspecto, é relevante enfatizar que todo o modelo-ficha foi formatado sobre um estudo aprofundado de conceitos de história, memória, identidade e patrimônio. Como um profissional que foi instruído na história tradicional, linear e positivista poderá empreender a um registro detalhado, não só em questões técnicas como na história imaterial escondida nas entrelinhas das paredes, das ruas e dos monumentos a serem desvendados?

Uma nova linguagem de formação para novos profissionais e mesmo a reciclagem para os profissionais atuantes precisa ocorrer no ensino superior e de extensão. Alterar o direcionamento das aulas de teoria da história, possibilitando as articulações das histórias clássicas e tradicionais aos dias atuais. Nas aulas de projeto em atelier (curso de Arquitetura e Urbanismo), possibilitar mais articulações com as edificações do passado, tanto nas aulas de urbanismo, como nas de arquitetura civil. A urgência de uma educação patrimonial superior, que possibilite auxílios reais diretos na atuação dos alunos nos seus municípios, certamente, contribuirá para narrar acontecimentos que não podem ser esquecidos, pois fazem parte da construção do presente.

REFERÊNCIAS

ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. **Quase 300 cursos de arquitetura e urbanismo no país: como tratar a qualidade com tanta quantidade?**. 2013. Disponível em: <<http://www.abea.org.br/?p=382>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ADOBE. **About Adobe PDF**. 2016. Disponível em: <<https://acrobat.adobe.com/br/pt/why-adobe/about-adobe-pdf.html>>. Acesso em: 2 mai. 2016.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ARÓSTEGUI, Júlio. Uma teoria da Documentação Histórica. In: **A pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BARROS, Carlos Henrique Faria de Barros. Ensino de História, Memória e História Local. In: **Revista Principia**, divulgação científica e tecnológica do IFPB (Instituto Federal da Paraíba). Ano 14, nº 21 (dez. 2012) - João Pessoa: IFPB, 2012. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/.../revista-principia/...revista/Revista%20Principia%20N>>. Acesso em 22 de jul. 2015.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História: A Escola dos *Annales* e a Nova História**. Petrópolis, Rio Janeiro: Vozes, 2012.

_____. **A expansão da História**. Rio de Janeiro, Vozes, 2013.

BARROS, Lilian Ried Miller. **A cor no processo criativo: um estudo sobre a Bauhaus e a teoria de Goethe**. 2ª ed. São Paulo: SENAC, 2007.

BEDIN, Pierre G. **História e Cultura**. 24ª ed. Porto Alegre: Coleção História, 1998.

BLOCH, Marc Léopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIN, Alain. **A Questão Local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm>. Acesso em: 21 mai. 2016.

BRASIL. Lei n.11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio - Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book volume 03 internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book%20volume%2003%20internet.pdf)> Acesso em: 12 dez. 2013.

BRASIL. MINHA CASA MINHA VIDA. **Saiba mais sobre o Minha Casa Minha Vida**. 2016. Disponível em: < <http://www.minhacasaminhavidagov.br/sobre-o-programa.html>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **As cidades brasileiras no pós-guerra**. 4ª ed. São Paulo: Atual, 1995.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas. In: *Estrategias para entrar y salir de La modernidade*. Buenos Aires: Paidós, 2012.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPRARÁ, Bernadete S.; LUCHESE, Terciane Ângela. **Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves 1875 a 1930: história**. Bento Gonçalves, RS: Fundação Casa das Artes, 2005.

CAROLA, Carlos Renato. Meio Ambiente. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2013.

CBH-SM. **Comitê das Bacias Hidrográficas da Serra da Mantiqueira**. 2016. Disponível em: <<http://www.comitesm.sp.gov.br/erapido/arquivos/midia/>>. Acesso em 2 jun. 2016.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. São Paulo: Estudos Avançados, 1991.

CHING, Frank. **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. 2ª ed. São Paulo: M. Fontes, 2008.

_____. **Manual de dibujo arquitectónico**. 2ª ed. (ampliada). 4ª tiragem. México: G. Gili, 1996.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo: ordem e progresso**. Porto Alegre, Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

CONSELHO DA EUROPA. **Declaração de Amsterdã**. 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em 21 de mai. de 2016.

COSTA, Ana Elísia et al. **Arquitetura moderna na Serra Gaúcha**. Caxias do Sul: Edunisc, 2011.

DELL. **Tecnologia antes e depois: como era a vida no passado**. 2016. Disponível em: <<http://delltecnologiasdofuturo.ig.com.br/para-voce/tecnologia-antes-e-depois-como-era-a-vida-no-passado/>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

DE PARIS, Assunta. **Memórias: Bento Gonçalves, 109 anos**. Bento Gonçalves, RS: Arquivo Público e Histórico Municipal de Bento Gonçalves, 1999.

DE PAULA, Terezinha. **Entrevista concedida a Margit Arnold Fensterseifer**. Bento Gonçalves, 18 de jul. de 2015. Entrevista.

FABRIS, Annateresa et al., **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987.

FAU/USP. Arquitetura e urbanismo. **Ementa da disciplina Conservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico**. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/auh0127/Auh127_2012-t 01.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (organização); GODOY, Hermínia Prado (coord. técnica). **Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar e intervir**. São Paulo, Editora Cortez, 2014.

FERREIRA, Alexander E. V. **Entrevista concedida a Margit Arnold Fensterseifer**. Bento Gonçalves, 17 de setembro de 2014. Entrevista.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 4^a ed. Curitiba, Ed. Positivo, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. 3^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FIGUEIRÓ, Fernanda Brunetta. **Identidades e patrimônio histórico cultural em livros didáticos de história do PNLD 2010**. 2013. Monografia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, Porto Alegre, 2012.

FINGER, Anna Eliza. **Uma Vila Inglesa e uma Vila Belga. Os casos de Paranapiacaba, em São Paulo, e da Vila Belga, no Rio Grande do Sul**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Da micro-história à História das ideias**. São Paulo: Cortez, 1999.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. 309 p.

GOMES FILHO, João. **Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma**. 8ª.ed.rev. e ampl. São Paulo: Escrituras, 2008.

GONÇALVES, Maria Flora. **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas e perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 358p.

GOUBERT, P. **História Local. Revista Arrabaldes: por uma história democrática**. Rio de Janeiro, n. 1, maio/ago. 1988.

HALBWACHS, Maurício. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós- modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBSBAWM, Eric John. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

HORIE, Ricardo Minoru. **Arte-Finalização**. Ed. 1. São Paulo: Érica LTDA, 2008.

IBGE. **Estimativas da população dos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014**. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf>. Acesso em: 15 ju. 2015.

IEPHA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC/MG**. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/programas-e-acoes/ipacmg?format=pdf>>. Acesso em 12 de março de 2016.

IEPHA. **Inventário de proteção do acervo cultural de minas gerais – IPAC/MG. Plano Estadual de Inventário de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/noticias/2009/ipac.pdf>>. Acesso em 15 mai.2016.

IPHAN. **Detalhe Institucional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18135&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. 2016. Acesso em: 20 dez. 2013.

KOENIG, Gloria. **Charles & Ray Eames 1907-1978, 1912-1988: pioneiros do modernismo no Pós-Guerra**. Köln, Alemanha: Taschen, c2007.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3.ed. Porto, PO: FundaçãoCalousteGulbenkian, 2004.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; SIMAN, Lana Mara. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: Novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2011.

LIMA, Francisca H.B.; MELHEM, Mônica M.; CUNHA, Oscar H.L. de B. **A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar**. Rio de Janeiro: Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN, COPEDOC/IPHAN, 2004.

LORENZINI, E. C. **Entrevista concedida a Margit Arnold Fensterseifer**. Bento Gonçalves, 02 de jul. de 2015. Entrevista.

LUZ, Maturino da. **Antiga Escola Militar de Rio Pardo, História e Arquitetura**. Porto Alegre, Ed. Defender, 2007.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2008/03/kevin-lynch-e-a-imagem-da-cidade/>>. Acesso em 28 fev. 2016.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Rio Pardo: A Arquitetura fala da história**. Rio Pardo, Editora Sulina, 1972.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MINAS GERAIS. Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2292>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; MACIEL, Guilherme Araújo; ASKAR, Jorge Abdo. **Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

MELO, Carina Mendes dos Santos; RIBEIRO, Rosina Trevisan M. **Técnicas construtivas do período eclético no Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação, Rio de Janeiro, v.1, n.3, pp.80-85, 2007.

MONTENEGRO, G. A. **Desenho Arquitetônico**. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1978.

NASCIMENTO, Mara R. do; TORRESINI, Elizabeth W.R. (Org). **Modernização e Urbanização no Brasil**. EDIPUCRS, 1998.

NIEMCZENSKY, J. G. **Entrevista concedida a Margit Arnold Fensterseifer**. Bento Gonçalves, 17 de setembro de 2014. Entrevista.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo: 1993.

OATES, Phyllis Bennett. **História do mobiliário ocidental**. Lisboa, Portugal: Presença, 1991.

ORDONÉZ, J. A. F. **Pre-fabricacion: teoría y práctica**. v.1. Barcelona: Editores Técnicos Asociados, 1974.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2006.

PENNA, Fernando de Araújo. A relevância da didática para uma epistemologia da História. In: MONTEIRO, Ana Maria; GABRIEL, Carmem Teresa; ARAUJO Cinthia Monteiro de; COSTA, Warley. **Pesquisa em Ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. As janelas do sobrado: de como a parte se viu no todo. In: DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção**. Porto Alegre, Editora UFRGS/Editora USP, 2006.

PILLETTI, P. **A Evolução do Moveleiro**. 2013. Disponível em: <<http://www.serranossa.com.br/noticias/economia/a-evolucao-do-moveleiro>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

POSSAMAI, Zita R. **Cidade Fotografada, Memória e esquecimento nos álbuns fotográficos - Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930**. 2005. Tese de Doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, Porto Alegre, 2005.

PRADO, Emanuel Marcos Cruz e. **1º Batalhão ferroviário (Batalhão de Engenheiros/1855)**. 1ª ed. Lages, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES. **Rotas Turísticas**. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/turismo/roteiros-turisticos>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI. **Encontro reúne arquitetos para abordar o aniversário de Palladio**. 2013. Disponível em: <<http://www.garibaldi.rs.gov.br/informacoes/noticias/encontro-reune-arquitetos-para-abordar-o-aniversario-de-palladio/>>. Acesso em 11 mai. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Prefeitura de Pelotas**. 2016. Disponível em: <<http://www.pelotas.com.br/>>. Acesso em 12 mai. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO. **História de Rio Pardo**. Disponível em: <<http://www.riopardo.rs.gov.br/site/home/pagina/id/111/?HISTORIA-DE-RIOPARDO.html>>. Acesso em 11 mai. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Gestão Urbana SP**. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/fases/>>. Acesso em 21 mai. 2016.

PREVIDI, Giovanni Biazzetto da Silva. **Patrimônio e memória nas práticas da educação patrimonial do arquivo histórico Moyses Vellinho**. 2011. Monografia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, Porto Alegre, 2011.

RACHEWSKY, Roberto. **Prisioneiros do Passado**. Zero Hora, Porto Alegre, 21 set. 2013. Editoriais (p.13).

RFFSA. **Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.** 2016. Disponível em: <<http://www.rffsa.gov.br/>>. Acesso em 11 mai. 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **Historia y verdad**. Madrid: EdicionesEncuentro, 1990.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. **História, Ensino e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Junqueira & Marin, 2008.

SANTIN, Silvino. **A imigração esquecida educs-est**, Porto Alegre. 1986.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SCHUMACHER, Evaldo Luiz; COSTA, Ana Elisia; BARELLA, Sandra Maria Favaro. **Guia didático da arquitetura de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PORTO ALEGRE. **Inventário: o que você precisa saber**. 2014. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/inventario.pdf>. Acesso em 12 de março de 2016.

SILVA, G. S. **Curso de desenho técnico**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1993.

TREVISAN, Rui. **Entrevista concedida a Margit Arnold Fensterseifer**. Bento Gonçalves, 18 de jul. de 2015. Entrevista.

UCS – Universidade de Caxias do Sul. **Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <<https://www.ucs.br/portais/curso119/>>. Acesso em: 20 jan. 2014

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. **Escola de Arquitetura**. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/site/?page_id=50>. Acesso em: 20 jan. 2014.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/arquitetura/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

USP – Universidade de São Paulo. **Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <<http://www5.usp.br/ensino/graduacao/cursos-oferecidos/arquitetura-e-urbanismo/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

APÊNDICE A – Quadro comparativo – Universidades

Tabela 1- Quadro comparativo – relação disciplinas ligadas diretamente a Patrimônio Histórico

Com a quantidade de créditos exigidos para a formação na graduação de arquitetura

Nome da instituição	Número total de horas obrigatórias	Número mín. de horas complementares ou eletivas	Disciplina	Créditos totais	Caráter (Obrigatório ou Optativo)
UFSM	4260	420	Técnicas Retrospectivas	2	Obrigatório
USP	5400	480	Técnicas Retrospectivas, Estudo e preservação Bens culturais: Técnicas Retrospectivas, Estudo e preservação Bens culturais:	4 4 Total de 8 créditos	Obrigatório Optativo
UNIFRA	3876	459	Técnicas de Restauro	3	Obrigatório
UNISC	3690	120	Técnicas Retrospectivas	4	Obrigatório
UCS	3810	240	Técnicas Retrospectivas	6	Obrigatório
UNIVATES	3660	120	Técnicas Retrospectivas	4	Obrigatório
UFRGS	4260	150	Técnicas Retrospectivas	4	Obrigatório
UFMG	2745	855*	Técnicas Retrospectivas Patrimônio Cultural Patrimônio Cultural e Sustentabilidade Tópicos em Arquitetura Brasileira e Revitalização de Edifícios e Cidades	3 3 1 1 Total de 8 créditos	Obrigatório Obrigatório Optativo Optativo

*Número total de horas complementares oferecido, número bem maior do que necessita para a formação na graduação;

APÊNDICE B – Modelo de Ficha Proposta – continua

Ficha – Inventário para Patrimônio Materiais

Todos os itens abaixo que estiverem marcados ● devem ser exemplificados com fotos:

- Identificação geral do imóvel (máximo 3 linhas)

Localização do imóvel

● Logradouro	
Coordenadas cartográficas	
Orientação solar	
Bairro ou distrito	
Cidade	
Estado	
Tamanho do terreno	
Medidas gerais do imóvel	
Função de uso inicial e atual	

- Entorno – especificar na localização (representação gráfica) e fotografar

Vizinho lateral direita		
Vizinho lateral esquerda		
Vizinho frontal		
Vizinho fundos		
Paisagem, visual		
Observações a considerar		

Infraestrutura local (fotografar se necessário);

Abastecimento de água		
Rede Elétrica ou outra		
Esgoto pluvial e cloacal		
Transportes coletivos		
Atendimento às necessidades básicas:	Saúde	
	Alimentação	
	Comércio em geral	

APÊNDICE C – Modelo de Ficha Proposto – continuação

Representação Gráfica GERAL com medidas (anexo, sempre em PDF)

Sendo possível anexar plantas originais;

Pranchas	Escala sugerida	Observações
Situação	1/1000	
Localização	1/200	
Plantas baixas	1/50 ou 1/100	
Cortes transversal e longitudinal	1/50	Com perfil do terreno
Fachada principal e todas que forem importantes para a preservação	1/50	Com distância dos vizinhos e representação gráfica esquemática dos vizinhos

Representação Gráfica dos detalhes construtivos, que caracterizem a época de construção;

Com medidas (anexo, sempre em PDF)

Elementos construtivos	Tipos e materiais utilizados	Técnica construtiva
Pisos		
Vedações- esquadrias		
Teto		
Paredes		
Revestimentos de parede		
Tintas e similares		
Telhado estrutura		
Telhado acabamento		
Chaminés		
Ornamentos		
Esculturas externas		
Símbolos		
Instalações elétricas		
Instalações hidráulicas		
Banheiros		
Cozinhas		
Outros		

APÊNDICE D – Modelo de Ficha Proposta – continuação

Representação gráfica da posição e planta baixa dos mobiliários, se houver, com medidas;

- fotografar objetos;

Objetos		
Luminárias		
Móveis fixos (pias, fogões campeiros e outros)		
Mobiliário solto		
Equipamentos (fogão, geladeira e outros)		
Tecidos cortinas, toalhas de mesas e outros		
Porta-retratos, quadros e adornos		
Esculturas internas		
Outros móveis e utensílios		

Análise histórica- relacionar o levantamento técnico com a história local e/ou o contexto histórico que determinou as escolhas construtivas:

Responder descritivamente:

Qual o detalhe construtivo que melhor caracteriza a época da construção, explique por quê:
Qual a importância deste imóvel dentro do contexto urbano?
Como a disposição do imóvel no terreno caracteriza as implantações da época?
Como este imóvel se relaciona com o entorno atual do espaço urbano?
Como eram distribuídos os ambientes dentro do imóvel e como eram os principais fluxos e usos das pessoas no local?
Como as medidas internas e externas caracterizavam um modo de vida da época ? (pé direito, espaços diversos largura e comprimento, medidas das esquadrias e portas).
Como eram os procedimentos de construção, mão de obra e técnicas construtivas?
Os materiais eram locais, nacionais ou importados?
Se existem símbolos, esculturas ou outros adereços, a que eles se referem?
Observações

APÊNDICE E – Modelo de Ficha Proposto – conclusão

Análise sociológica- analisar os eventos humanos que ocorreram nesse local, tanto na vida social quanto no cotidiano da época e atual (se houver)

Acesso à educação ou eventos educacionais ocorridos
Liderança política, qual a relação do local com a administração pública?
Eventos incomuns, diferenciados
Cotidiano, ocorrências frequentes
Produção local e entorno (artesanatos, agrícola e outros)
Principais atividades econômicas
Comércio de abastecimento
Eventos: lazer, festas, ritos religiosos
Cultura- linguagem, influências externas como imigrações
Relações principais de gênero e classes com o urbano

APÊNDICE F – Perguntas e Respostas COMPAHC de Caxias do Sul – continua

O e-mail foi iniciado com uma síntese do trabalho e, após, foram respondidos os questionamentos feitos pela Sra. Cleudes de Oliveira, secretária da entidade.

A ficha modelo tem a intenção de, além dos levantamentos técnicos de arquitetura, descrever um pouco da história do imóvel com seus contextos sociais, culturais e político-econômicos. Como participo no COMPAHC aqui em Bento Gonçalves, sentimos que os patrimônios inventariados (passíveis de demolição e restauro), se fossem defendidos por sua importância histórica, poderiam ser mais valorizados pela comunidade do que simplesmente um caráter técnico descritivo.

1) Essa ficha foi elaborada no âmbito do Mestrado em História para contribuir, de modo geral, em qualquer município?

Sim, estou em contato com vários municípios e, através dos conselhos (COMPAHC), poder divulgar esse modelo para utilização imediata, assim colaborando com as preservações;

2) Tens conhecimento das fichas de inventário já existentes e utilizadas, especialmente em Caxias do Sul e em B. Gonçalves?

Através de minha pesquisa, conheci várias fichas de patrimônio, onde somente são salientados pareceres técnicos e, mesmo, não são explicados descritivamente as técnicas construtivas e a origem dos materiais utilizados nas edificações. Em Bento Gonçalves (documentos de prefeitura), os fichamentos são incompletos até na descrição técnica. Dos imóveis de Caxias, conheci dois trabalhos acadêmicos que também não descrevem a história dos imóveis (SCHUMACHER, Evaldo Luiz; COSTA, Ana Elisia; BARELLA, Sandra Maria Favaro. Guia didático da arquitetura de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004. ; COSTA, Ana Elísia; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro; STUMPP, Monika Maria; RADUNZ, Roberto. Arquitetura moderna na Serra Gaúcha. Caxias do Sul: EDUNISC, 2011.) São trabalhos muito interessantes, mas que precisariam ser alicerçados com a importância histórica dos mesmos no contexto local. Desconheço os fichamentos da prefeitura de Caxias do Sul. Tenho como modelo básico a ficha do IPHAE, que também consideramos como conselho (COMPAHC-Bento Gonçalves), incompleta.

APÊNDICE G – Perguntas e Respostas COMPAHC de Caxias do Sul – Conclusão

3) A ficha pode ser aplicada com ou sem a apreciação arquitetônica, no caso de bens edificados?

Sempre são importantes os aportes técnicos, pois eles dizem muito do cotidiano da época em que a edificação foi construída. Os espaços e medidas dos ambientes condizem com a importância das relações sociais que aconteceram nesses espaços.

Estou encaminhando junto a este e-mail minha apresentação sintética e que, se for oportuno, apresentarei no COMPAHC de Caxias do Sul.

A ficha modelo tem a intenção de, além dos levantamentos técnicos de arquitetura, descrever um pouco da história do imóvel com seus contextos sociais, culturais e político-econômicos. Como participo no COMPAHC aqui em Bento Gonçalves, sentimos que os patrimônios inventariados (passíveis de demolição e restauro), se fossem defendidos por sua importância histórica, poderiam ser mais valorizados pela comunidade, do que simplesmente um caráter técnico descritivo.

Grata Margit Arnold Fensterseifer

Arquiteta e Urbanista pela UFRGS, especialista em design pela UCS, mestranda em História também pela UCS, onde ministrou aulas desde 2008.

APÊNDICE H – Validação do Modelo-Ficha pelos conselheiros dos COMPAHC**VALIDAÇÃO DA FICHA TÉCNICO-HISTÓRICA**

Este formulário irá auxiliar na avaliação do modelo de ficha que apresentei ao conselho de patrimônio histórico. Estes dados serão compilados e descritos em minha dissertação. Agradeço antecipadamente o preenchimento.

NOME: _____

EMAIL: _____

CIDADE: _____

ENTIDADE que representa no conselho: _____

PROFISSÃO: _____

Qual a sua opinião sobre o modelo de ficha apresentado?

- Completo
- Extenso demais
- Os profissionais terão dificuldade em preencher, por quê?

Você sugere mudanças? Em caso afirmativo registre a(s) sugestão(ões).

O que você acrescentaria?

A ficha poderá contribuir para o convencimento da comunidade a preservar as edificações de interesse social? Se quiser justifique:

- Sim, por quê?
- Não, por quê?
- Talvez, por quê?

Observações importantes:

APÊNDICE I – Compilação das respostas – continua

VALIDAÇÃO DA FICHA TÉCNICO-HISTÓRICA

1. Qual sua opinião sobre o modelo de ficha apresentado?

COMPLETO (27 votos)

EXTENSO DEMAIS (1 voto)

2. Você sugere mudanças? Em caso afirmativo registre a(s) sugestão(ões). O que você acrescentaria?

- “O termo interesse social me remete ao Estatuto das Cidades. Além de patrimônio material, como cita no título, alguns itens tratam do patrimônio imaterial. Acho importante datar, ao menos aproximadamente, porque historicamente pode haver mais de um período”;
- “Parabéns pela possibilidade de complementações e monitoramentos”;
- “Acrescentaria a descrição dos materiais junto às fotos e ao projeto”;
- “Não”;
- “Imagem satelital com contexto, incluindo outros imóveis passíveis de preservação no entorno”;
- “Não”;
- “Achei bastante completo”;
- “Manter a ficha o mais técnica possível, sem opiniões ou maneiras de ver o patrimônio”;
- “No caso de aglomerados, ter um esboço do projeto original”;
- “Não”;
- “Está ótimo”;
- “Não entendo que precise de sugestões”;
- “Detalhes de obras de arte da própria edificação ou nas proximidades da mesma, como os elementos do município em que se insere”;
- “Separar por temas”;
- “Ampliar o foco para urbano/infraestrutura/belas artes”;
- “Achei excelente o modelo apresentado à medida que contempla a história dos bens e/ou localidades”;

APÊNDICE J – Compilação das respostas – continuação

VALIDAÇÃO DA FICHA TÉCNICO-HISTÓRICA

- “Sugiro a supressão de itens acessórios, especialmente os da infraestrutura local”.

3. A ficha pode contribuir para o convencimento da comunidade a preservar as edificações de interesse social? Se quiser, justifique:

SIM (24 votos)

- “Cria uma metodologia”;
- “Patrimônio preservado = futuro assegurado”;
- “Porque as pessoas aprendem a valorizar aquilo que conhecem”;
- “A análise prévia reforça a importância da preservação”;
- “Por ser um resumo da edificação-história”;
- “Histórico do imóvel”;
- “Porque conscientizará a comunidade para a preservação”;
- “É importante para a história da época”;
- “Traz conhecimento a respeito das edificações”;
- “Sim, pois documenta de forma detalhada, é interessante a história da comunidade”;
- “Oferece informações valiosas sobre o bem inventariado”;
- “Ajuda a comunidade a entender o porquê de preservar bens arquitetônicos de valor cultural”;
- “A proximidade da comunidade com a história da edificação faz com que a mesma se identifique e crie carisma pela obra, mantendo-a”;
- “Conhecer a história motiva a comunidade a preservar”;
- “Reconhecimento da história e sua divulgação”;
- “Justamente por apresentar o seu histórico, para que e para quem foi importante”;
- “Sim, pois mesmo que itens acessórios (menos importantes) sejam suprimidos, ainda assim a ficha é rica em elementos que fornecerão boas razões para a defesa da preservação, especialmente o que for elencado na análise histórica”.

APÊNDICE K – Compilação das respostas – conclusão

VALIDAÇÃO DA FICHA TÉCNICO-HISTÓRICA

NÃO (01 voto)

- “Acredito que o convencimento da comunidade deverá ser referente ao auxílio que receberia para preservar (valor-benefício)”.

TALVEZ (03 votos)

- “As pessoas não têm interesse em saber se são edificações consideradas patrimônio. Talvez tenha que convencer o poder público para que se criem novos usos aos patrimônios da cidade”;
- “A comunidade é carente culturalmente, mas nem todos têm interesse em saber. Acho que ajudaria, e muito, mas não sei se ajudaria na preservação das edificações”;
- “Se for publicizada, estando acessível à comunidade, aos visitantes e possíveis interessados”.

4. Observações importantes:

- “Que o usa para definir edificações para pessoas de baixa renda e nesse caso não necessariamente.”;
- “Parabéns pelo trabalho”;
- “Para convencer a população leiga, será necessária muita publicidade e ajuda do poder público”;
- “Trabalhar nas escolas”;
- “Penso que precisamos de pessoas comprometidas com a organização do patrimônio e meios para conservá-lo e restaurá-lo”;
- “Legal seria se todas as cidades históricas tivessem uma pessoa que fizesse esse interessante trabalho em nossa cidade”;
- “Muito bom o trabalho”;
- “Rever item ‘entorno’ = Explicar melhor o que tu pretende com as informações. Talvez colocar para localizar as fotos do entorno por meio de um croqui que vai na segunda coluna, e na terceira seriam as fotos mesmo”;
- “Ficar claro todo o registro fotográfico do bem”.

APÊNDICE L – Perguntas sugeridas em MO – continua

Dados pessoais: Nome, idade, profissão atual e passada. De onde veio para trabalhar em KM2? Tem noção de suas origens quanto a etnias, origens? Desde quando mora no local, ou então qual foi sua atuação direta no local? Foi casado, quantos filhos teve, eles estudaram no local?

- a) De que locais vieram as pessoas que habitavam a comunidade, do RS ou outros pontos do país ou exterior?
- b) As pessoas eram casadas? Havia solteiros trabalhadores da Rede ferroviária? Quantas pessoas por família habitavam as casas? As mulheres trabalhavam na rede ou em casa nos afazeres domésticos?
- c) Quanto à casa, são dois dormitórios pequenos, qual a mobília comum a todas, fogão a lenha, a gás? O tanque era na rua? No inverno, como eram lavadas as roupas? Tinham uma pequena horta, galinhas, cachorros, gatos, passarinhos ou alguma outra espécie de animal domesticado? Como se adaptaram ao frio, já que as casas não foram projetadas para isso? Quais os principais móveis da sala de estar e dormitórios?
- d) Quanto à alimentação, existia um refeitório comum a todos? Faziam as refeições em casa? A mulher sentava à mesa, ou somente servia os filhos e o marido?
- e) Sabe quem construiu esse espaço, como era a designação das casas - chefe de setor, engenheiro e trabalhadores? Sempre possuíram cercas?
- f) Como a Vila era abastecida em termos de água potável, luz, esgotos? Onde adquiriam suas roupas, havia mercado, costureiras?
- g) Saúde: pelo que me foi descrito, havia um pequeno ambulatório com quatro médicos. Isso procede, ou quando o senhor(a) morou nesse local já não havia esse serviço?
- h) Quanto à religião, não consta que tenha havido um templo nesse local? E quanto ao cinema, como era? Quais filmes passaram na sua tela? Havia bailes ou outras atividades de lazer, como jogos, gincanas ou outros? Tinham bibliotecas, liam livros, faziam trabalhos manuais, se encontravam para

APÊNDICE M – Perguntas sugeridas em MO – conclusão

conversar? Existia o hábito de chimarrão ou rodas de conversas no vespertino? Existiam festas locais como de São João, festa de Natal, Páscoa, 7 de setembro, 20 de setembro ou até a alguma festa da própria rede?

i) Relações sociais: Como as moças se relacionavam? E quanto aos homens, qual a hierarquia? Eles trabalhavam e exerciam a liderança sobre a família? Qual a relação com os filhos? Onde as moças e os rapazes se encontravam para namorar e como eram essas relações amorosas?

j) Quais as normas de conduta quando havia uma briga: quem tomava partido e auxiliava na solução da intriga?

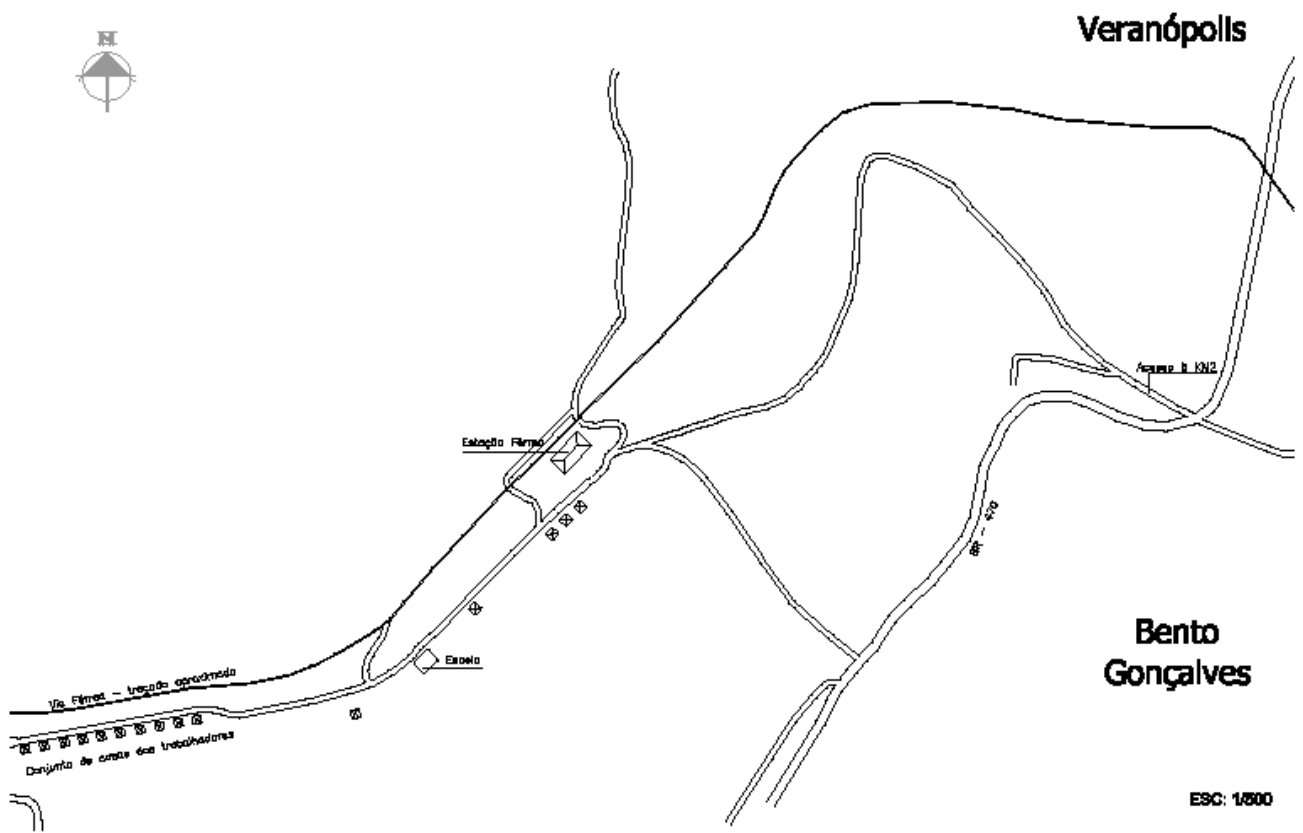
m) Como era a escola? Somente crianças do KM2 estudavam no espaço? Quantos anos a criança estudava no espaço e quais as séries abrangia? As professoras eram do local ou vinham de Bento Gonçalves? Algumas crianças eram trazidas de trem de outras Vilas?

n) Qual a relação do espaço com Bento e com as outras Vilas. Quantas vezes visitavam o centro de Bento?

o) Os trens eram utilizados para que tipo de carga? A comunidade utilizava o trem para deslocamentos, compras ou outras atividades?

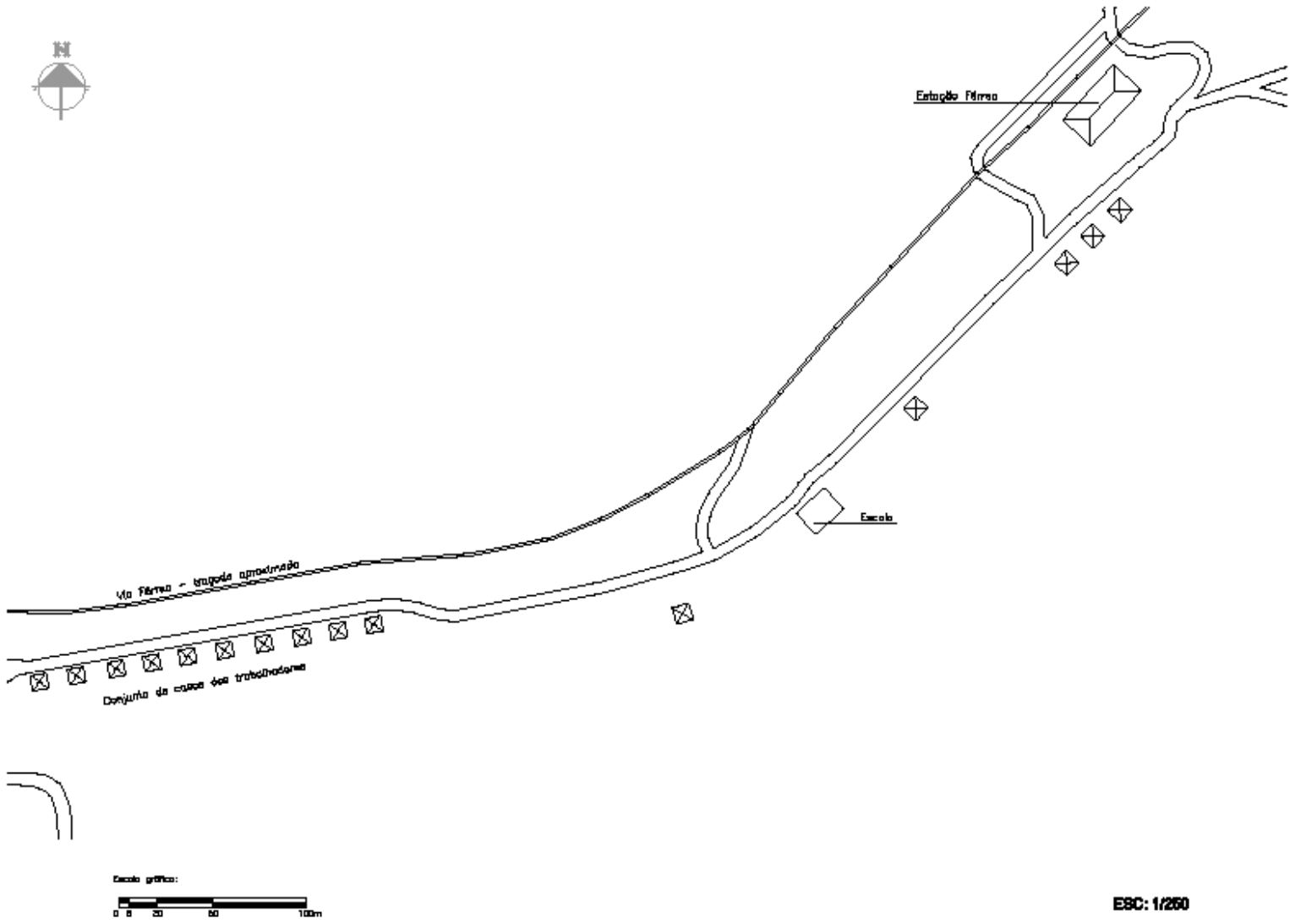
APÊNDICE N – DT – Desenhos técnicos complemento MF - Modelo-Ficha preenchida
KM2 - continua

Situação



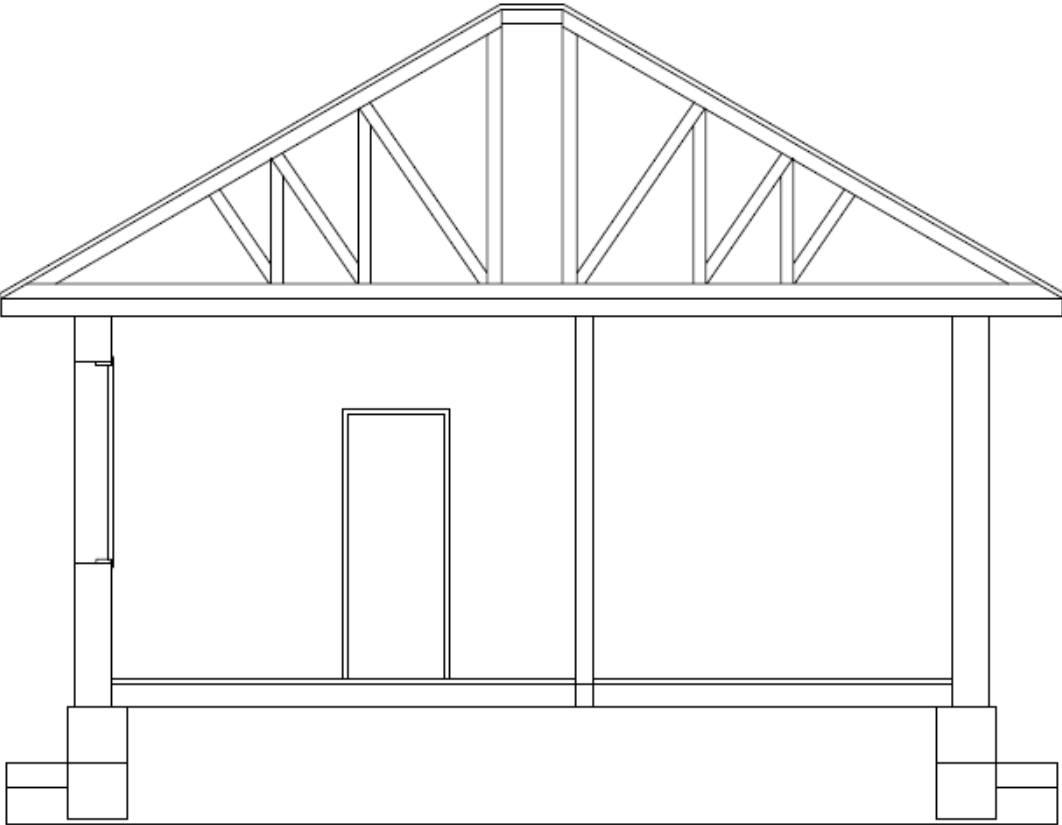
APÊNDICE O – DT MF preenchida KM2 – continuação

Localização



APÊNDICE Q – DT MF preenchida KM2 – continuação

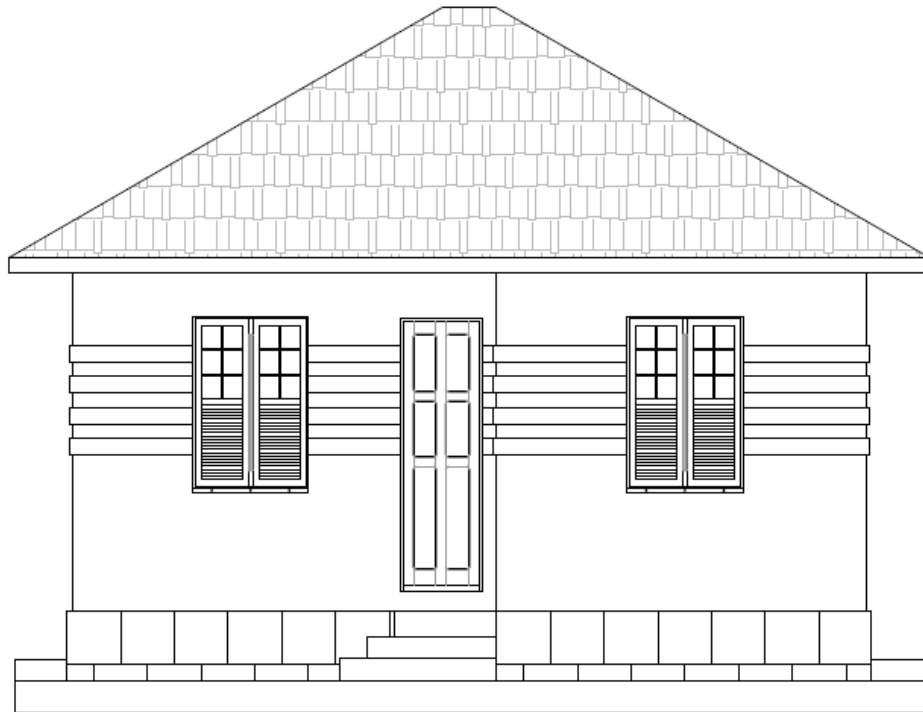
Corte



Corte AA'

APÊNDICE R – DT MF preenchida KM2 – continuação

Fachadas Norte e Leste

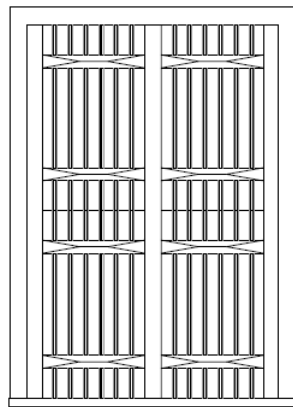


Fachada Norte

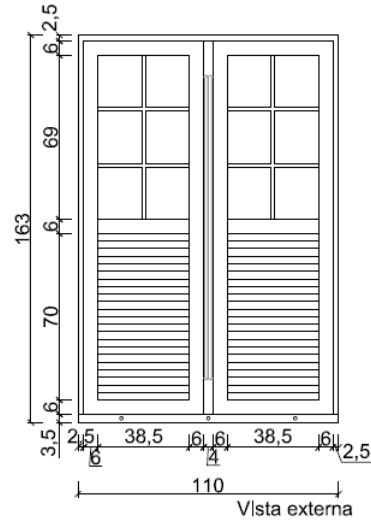


Fachada Leste

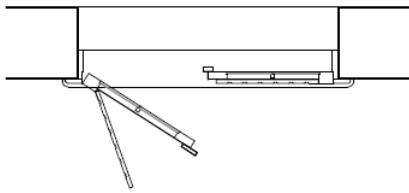
APÊNDICE S – DT MF preenchida KM2 – continuação
Esquadria Janela



Vista Interna

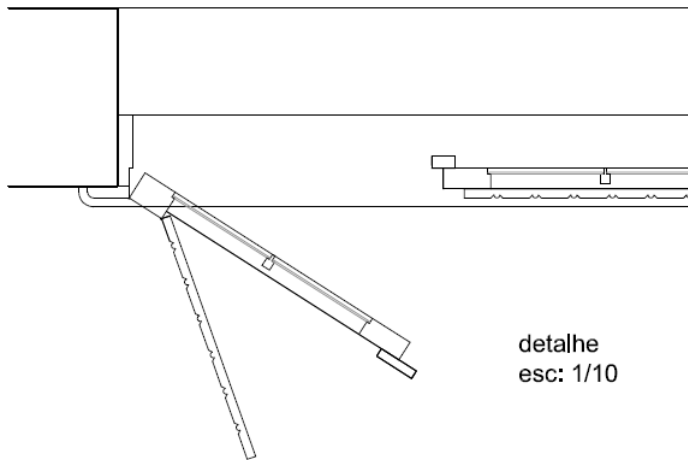


Vista externa



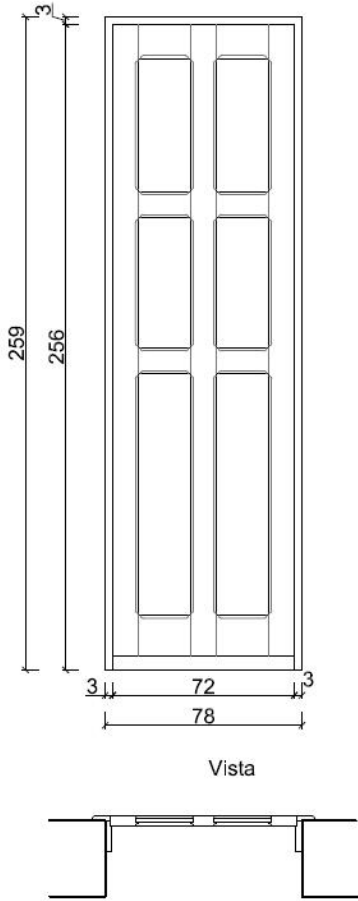
Planta Baixa

esc:1/25

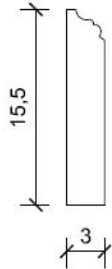


detalhe
 esc: 1/10

APÊNDICE T – DT MF preenchida KM2 – continuação
Esquadria Porta e Rodapé



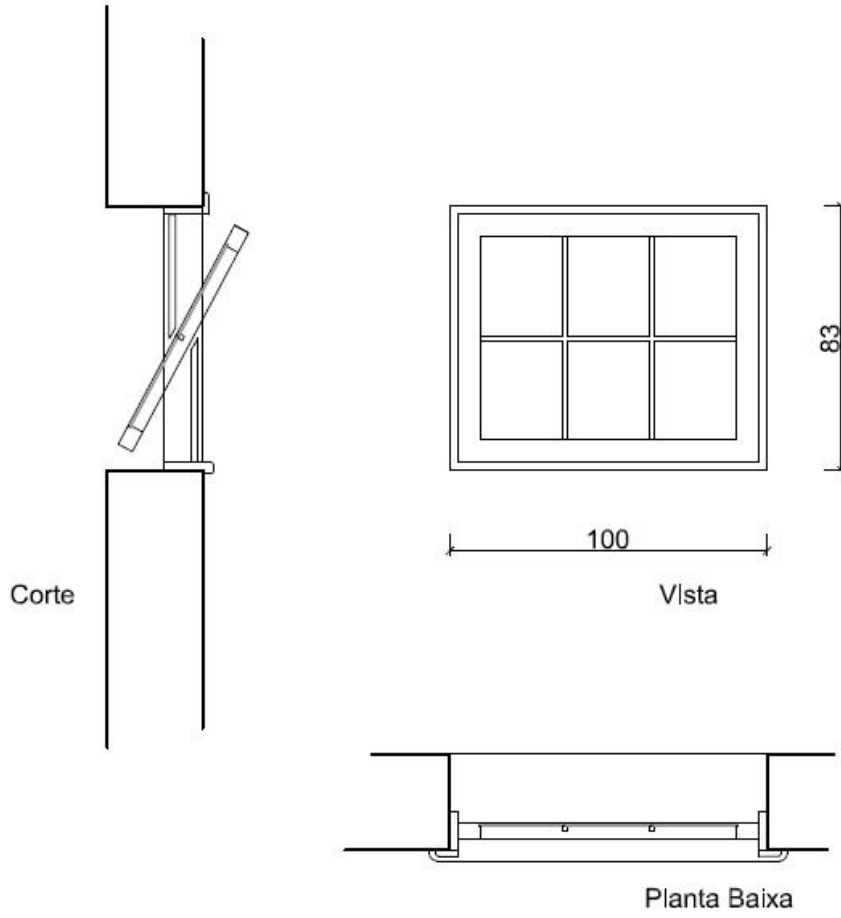
esc:1/25



esc:1/10

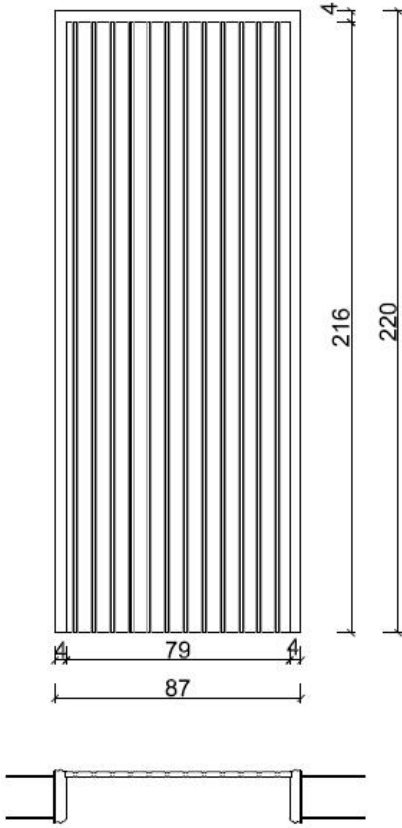


APÊNDICE U – DT MF preenchida KM2 – continuação
Esquadria Banheiro e Cozinha



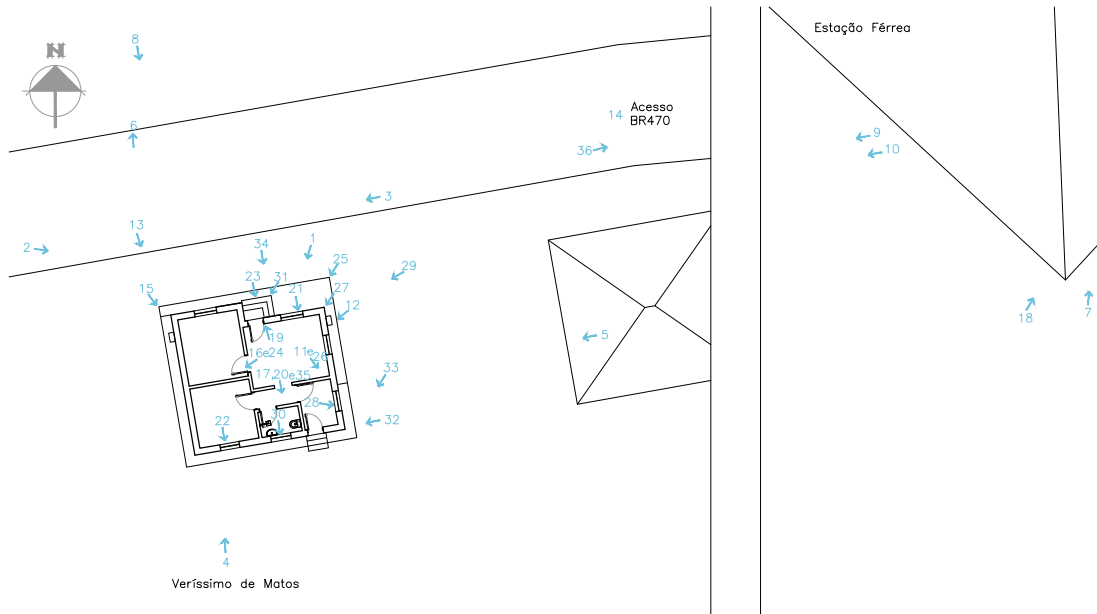
esc:1/25

APÊNDICE V – DT MF preenchida KM2 – continuação
Esquadria Porta Interna



esc:1/25

APÊNDICE W – DT MF preenchida KM2 – conclusão
Planta Baixa Fotos



APÊNDICE X – Modelo-Ficha Conjuntos Urbanos – continua

Todos os itens abaixo que estiverem marcados com ● devem ser exemplificados com fotos:

- Identificação geral do conjunto urbano (máximo 3 linhas)

Localização

Coordenadas cartográficas	
Bairro ou distrito	
Cidade	
Estado	
Dimensões médias dos terrenos (lotes)	
Medidas gerais do conjunto urbano. Essa medida estabelece o recorte urbano que foi escolhido pela pesquisa	
Função de uso inicial e atual	

- Entorno – especificar na localização (representação gráfica- mapa)

Limite lateral direita		
Limite lateral esquerda		
Limite frontal		
Limite fundos		
Paisagem, visual		
Observações a considerar		

Pranchas	Escala sugerida	Observações
Situação	1/500	Com indicação do norte; vegetação significativa
Localização	1/250	Com indicação do norte; vegetação significativa
Corte	1/250	Com perfil do terreno
Perfil de fachadas somente no plano marginal	1/250	Desenhar linhas gerais, horizontais e verticais do conjunto;

APÊNDICE Y – Modelo-Ficha Conjuntos Urbanos – continuação

Descritivo dos detalhes construtivos gerais:

Solo – características geográficas		
Caminhos ou ruas		
Estrutura Urbana		
	quarteirão	
	bairros	
	lotes	
Setor		
Pontos Nodais		
Marcos		
Espaços construídos		
Perfil do conjunto		

● Infraestrutura local – (representação gráfica e descrita)

Abastecimento de água		
Rede Elétrica ou outra		
Esgoto pluvial e cloacal		
Transportes coletivos		
Atendimento às necessidades básicas:	Saúde	
	Alimentação	
	Comércio em geral	

APÊNDICE Z – Modelo-Ficha Conjuntos Urbanos – continuação

- **Objetos visíveis que fazem parte da infraestrutura**

Rede elétrica		
Água		
Internet e redes telefônicas		
Esgoto		

- **Espaços de convívio e de serviços comunitários**

Praças		
Escolas		
Parques		
Cemitérios		
Posto de saúde		
Posto de bombeiros		
Mercados		
Posto policial		
Templos religiosos		
Especiais		

- **Mobiliário Urbano**

Luminárias		
Paradas de ônibus		
Vegetação		
Placas		
Bancos		
Chafariz		
Bancas de Revista		
Lixeiras		
Telefone público		
Especiais		

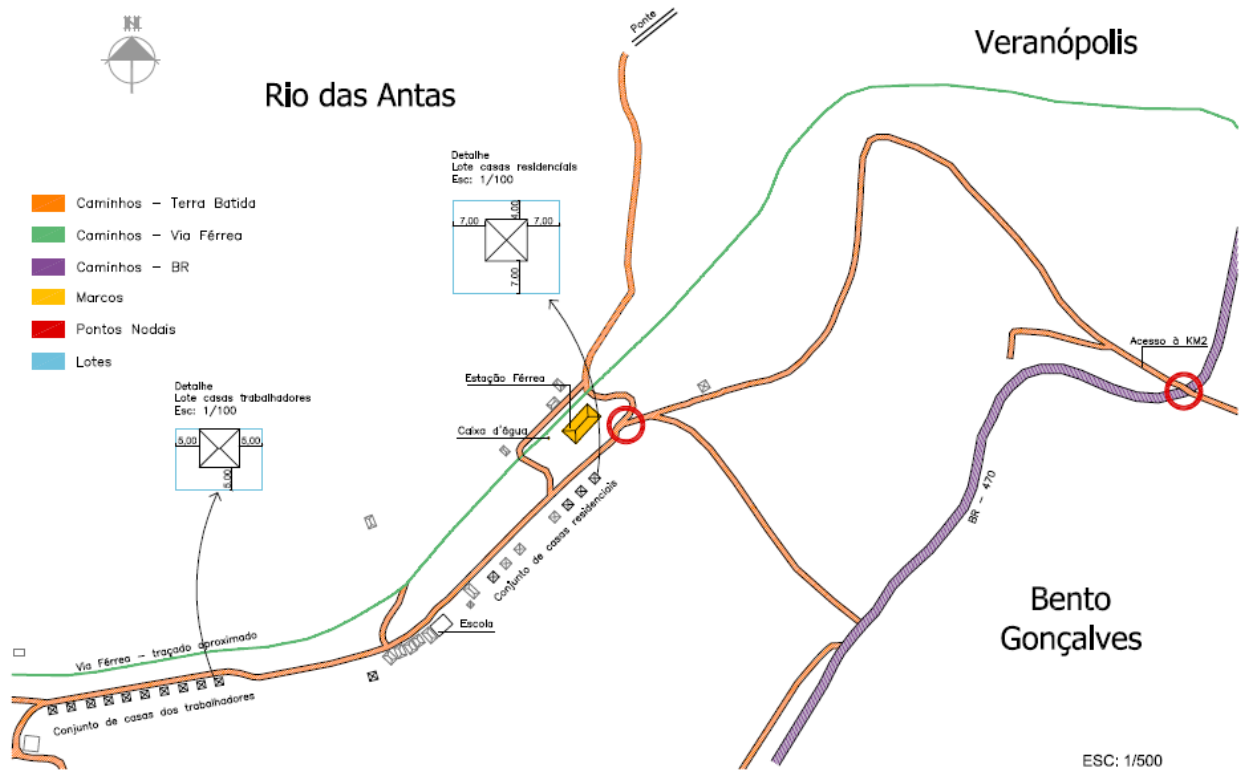
APÊNDICE AA – Modelo-Ficha Conjuntos Urbanos – conclusão

Qual a importância deste conjunto dentro do contexto urbano?
Como era a disposição urbana utilizada na implantação das casas?
Como as medidas dos lotes caracterizam o modo de vida da época?
Como eram os procedimentos de implantação urbana?
Se existem símbolos, esculturas ou outros adereços, a que eles se referem?
Observações

Análise sociológica- analisar os eventos humanos que ocorreram nesse local, tanto na vida social quanto no cotidiano da época e atual (se houver)

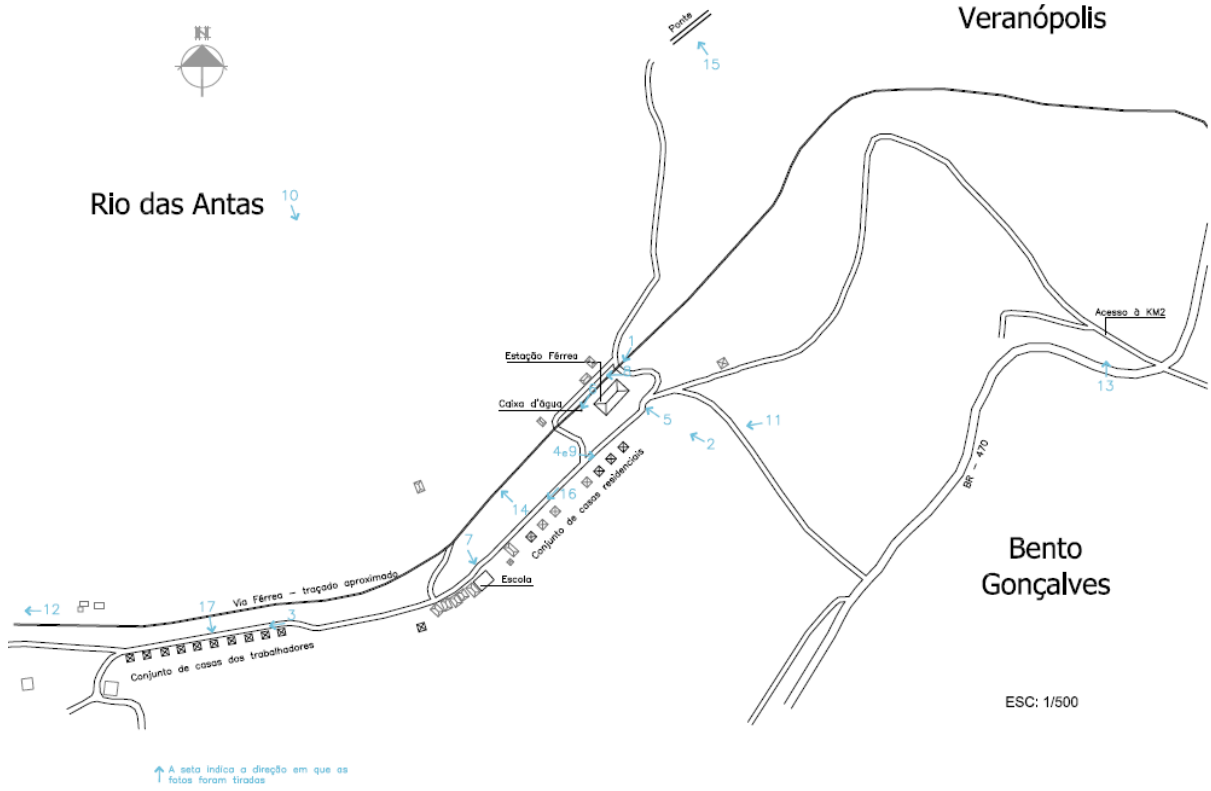
Acesso à educação ou eventos educacionais ocorridos
Liderança política, qual a relação do local com a administração pública?
Eventos incomuns, diferenciados
Cotidiano, ocorrências frequentes
Produção local e entorno (artesanatos, agrícola e outros)
Principais atividades econômicas
Comércio de abastecimento
Lazer- festas, ritos religiosos
Cultura- linguagem, influências externas como imigrações
Relações principais de gênero e classes com o urbano

APÊNDICE AB - DT MF - CJU – Conjunto Urbano preenchido - KM2 – continua
Mapa Síntese

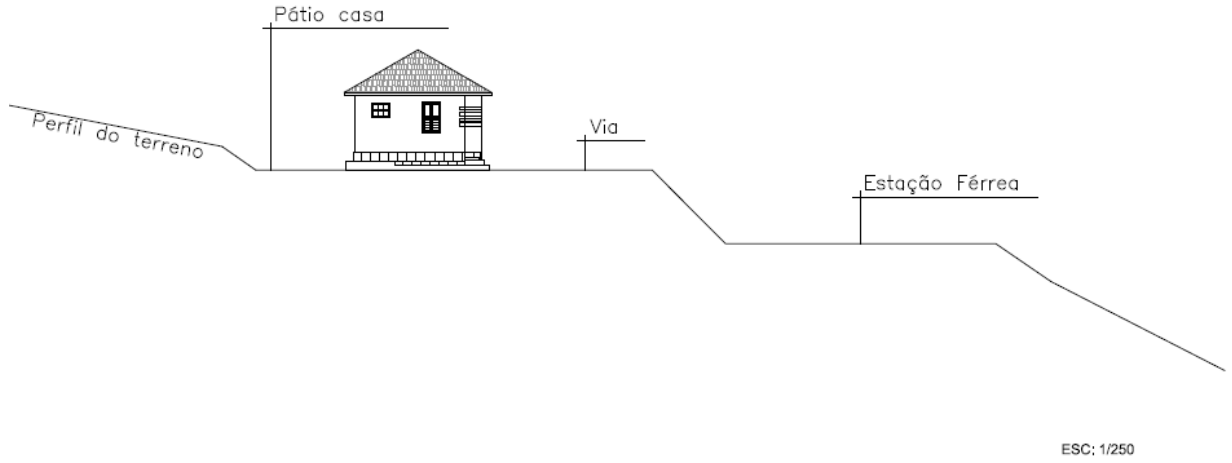


APÊNDICE AC – DT MF – CJU preenchido KM2 – continuação

Mapa de Fotos



APÊNDICE AD - DT MF - CJU preenchido - KM2 – continuação
Perfil do Terreno

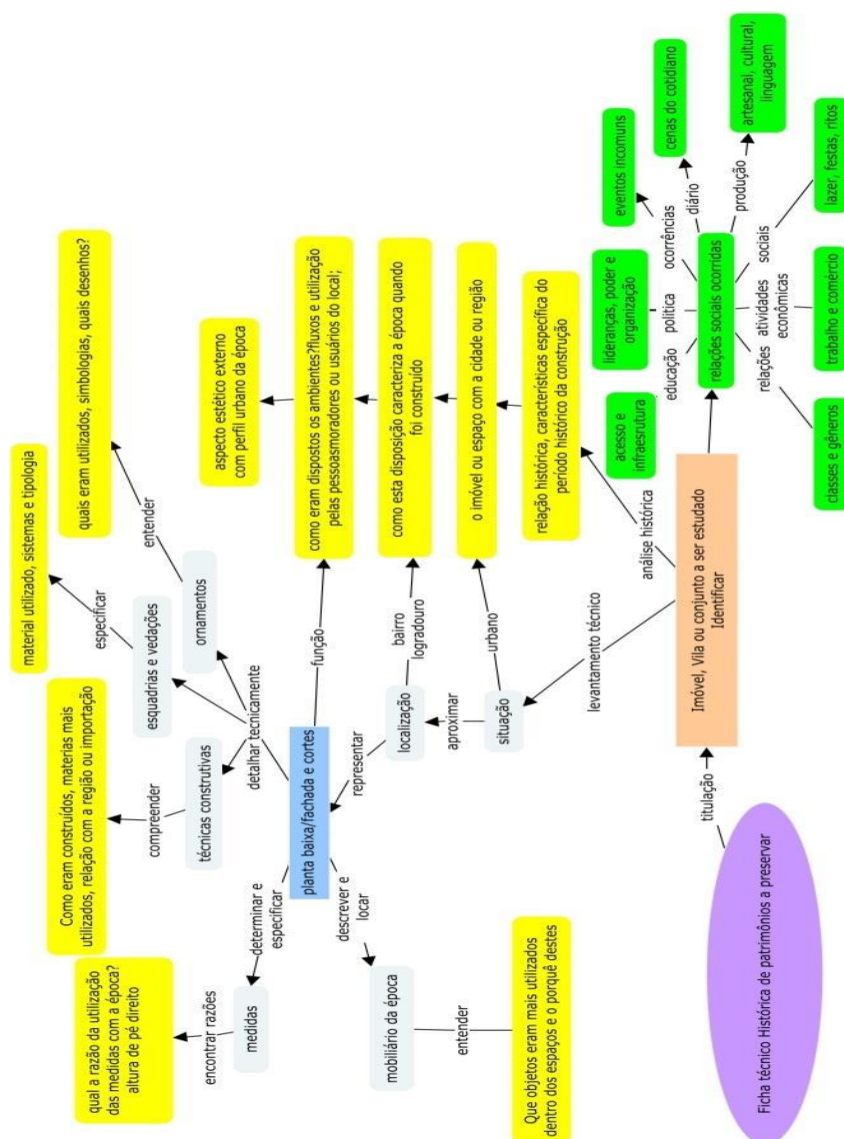


APÊNDICE AE - DT MF - CJU preenchido - KM2 – conclusão

Fachada Marginal



APÊNDICE AF – Mapa Conceitual de Ficha de Patrimônios Materiais a serem preservados



Cor lilás: especificação do modelo de ficha com numeração específica e data de elaboração;

Cor rosa: identificação do imóvel, sua localização e descrição resumida desse;


Cor azul: parte técnica inicial, desenvolvido em desenho técnico, que abrange inicialmente plantas baixas, fachadas e cortes;

Cor azul claro: inserido na parte técnica, todos os detalhamentos em desenhos e fotos específicos e que caracterizam o imóvel de forma minuciosa;

Cor amarela: todos os aspectos históricos, que são determinados pela análise técnica da edificação;

Cor verde: aspectos socioculturais envolvidos nesse imóvel e que são importantes para a comunidade onde está inserido.

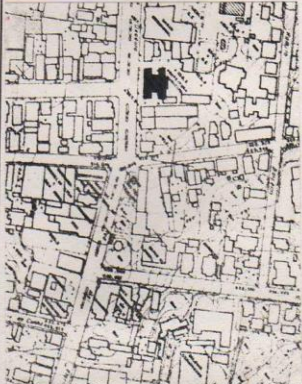

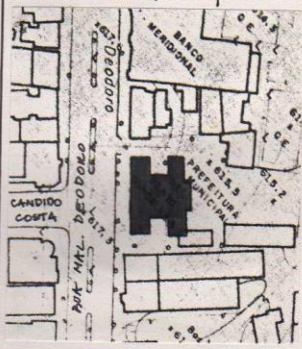
**ANEXO A - FICHA DO IPHAE – Instituto de Patrimônio Histórico Estadual -
continua**

<p>Governo do Estado do Rio Grande do Sul Secretaria da Cultura</p>		<p>SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL</p>	
 <p>IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO</p>		M 01	BENS EDIFICADOS
		<p>INVENTÁRIO</p>	
Ficha Nº:		Município:	
Localidade:			
<p>Denominação do bem: _____</p> <p>Endereço/Localização: _____</p> <p>Proprietário: _____</p> <p>Uso Original e atual: _____</p> <p>Latitude: _____ Longitude: _____</p> <p>Erro Horizontal: _____</p> <p>Proteção Existente: _____ Proteção Proposta: Inventário</p> <p>Bens Móveis: _____</p>			
<p>Valores estabelecidos ao bem:</p>			
<p>Observações:</p>			
<p>Foto(s):</p>			

ANEXO C – Ficha técnica do Prédio da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves-RS

Tombado- Arquivo do IPURB - continua

Governo do Estado do RS - SEDAC - IPHAE

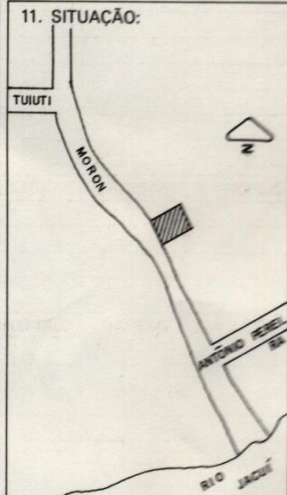
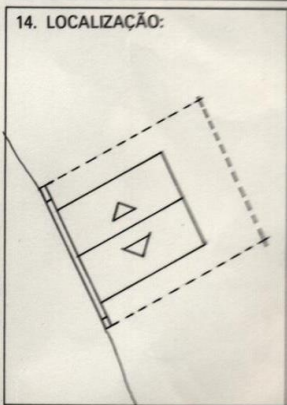
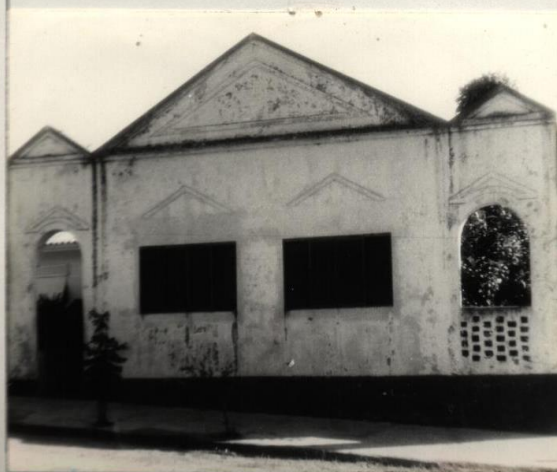
1. MUNICÍPIO: <u>BENTO GONCALVES -CENTRO</u>		2. <u>PRS/94-0034.00312</u>																			
DENOMINAÇÃO: <u>PREFEITURA MUNICIPAL</u>		3. TIPOLOGIA: <u>Atq. Civil Oficial</u>																			
ENDEREÇO: <u>RUA MARECHAL DEODORO</u> URBANO (<input checked="" type="checkbox"/>) RURAL ()		5. USO ATUAL: <u>DESOCUPADO () RUÍNA ()</u>																			
4. ENTORNO: HOMOGÊNEO DE ÉPOCA (<input checked="" type="checkbox"/>) OBS.: _____ HETEROGÊNEO () DESCARACTERIZADO ()		7. N° DE PAVIMENTOS: <u>3</u> PORÃO () SÓTÃO () OUTROS ()																			
6. FACHADA PRINCIPAL: _____ DATAÇÃO: _____ MATERIAL PREDOMINANTE: <u>ALVENARIA C/ REBOCO</u>		9. ESTRUTURA:																			
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;">verga</th> <th>RETA</th> <th>A. ABAT.</th> <th>A. PLENO</th> <th>A. OGIVAL</th> <th>OUTROS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>JANELA</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PORTA</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS	JANELA	X	X				PORTA	X	X	X				
verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS																
JANELA	X	X																			
PORTA	X	X	X																		
8. COBERTURA: N° DE ÁGUAS: _____ COM BEIRAL () COM PLATIBANDA (<input checked="" type="checkbox"/>)		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tbody> <tr> <td>Telha CANAL</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telha FRANCESA</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telha de ZINCO</td> <td style="text-align: center;">X</td> </tr> </tbody> </table>		Telha CANAL		Telha FRANCESA		Telha de ZINCO	X												
Telha CANAL																					
Telha FRANCESA																					
Telha de ZINCO	X																				
10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS: <u>Soco aparente</u> <u>Bossagem</u> <u>Cornijas</u> <u>Inscrições</u> <u>Imagens</u> <u>Frisos horizontais em argamassa salientes</u> <u>Moldura dos vaos em argamassa</u> <u>Portas c/ bandeiras</u> <u>Janelas c/ bandeiras</u>		11. SITUAÇÃO: 																			
12. OBSERVAÇÕES: Aberturas no soco para ventilação com fechamento grade metálica; verga pedra; Porta principal esculpida por Paulo Balestreli Frontão decorado																					
13. FOTOS:  4831a		14. LOCALIZAÇÃO: 																			
		15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA:																			
		DATA: <u>17/05/94</u> 16. PESQUISADOR: <u>Pasquali</u>																			

ANEXO D – Ficha técnica do Prédio da prefeitura Municipal de Bento Gonçalves-RS

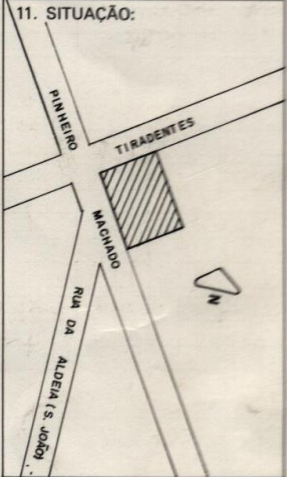

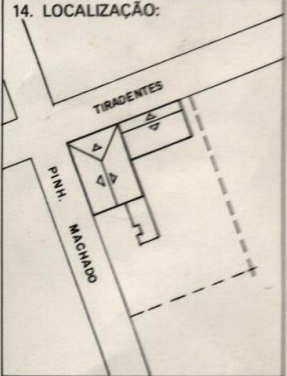
Tombado-Arquivo do IPURB – conclusão

17. DENOMINAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL																																																																																																							
18. DADOS HISTÓRICOS: -Construída em 1901 pelo Intendente Carvalho Jr. Foi inaugurada em 1902. -Engenheiros Joao J. Teixeira Parobé e Claudio Okrassa; O prédio foi usado para Intendência, presídio, guarda municipal, como sala do poder Judiciário e colegio elemental. Construído com 12 colunas dentro dos princípios da Maçonaria. Sofreu algumas modificações, como por exemplo na escada de acesso. Abrigou a Loba Romana, hoje no Museu. FONTE: Documentacao Historica																																																																																																							
19. PROPRIETÁRIO:				ENDEREÇO:																																																																																																			
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>20. COMPART.</th> <th>PISO</th> <th>PAREDE</th> <th>FORRO</th> <th>COMPARTIM.</th> <th>PISO</th> <th>PAREDE</th> <th>FORRO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Salao</td> <td>madeira</td> <td>reboco</td> <td>madeira</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>								20. COMPART.	PISO	PAREDE	FORRO	COMPARTIM.	PISO	PAREDE	FORRO	Salao	madeira	reboco	madeira																																																																																				
20. COMPART.	PISO	PAREDE	FORRO	COMPARTIM.	PISO	PAREDE	FORRO																																																																																																
Salao	madeira	reboco	madeira																																																																																																				
21. PORTAS:		MATERIAL	BANDEIRAS	JANELAS:	MATERIAL	BANDEIRAS	OUTROS VÃOS:																																																																																																
22. ESCADAS:				23. MOBILIÁRIO SIGNIFICATIVO:																																																																																																			
	DEGRAU	GUARD. CORPO	CORRIMÃO																																																																																																				
24. PLANTAS (Croquis)				25. OBSERVAÇÕES:																																																																																																			
				Salao Nobre: paredes com pilastras decoradas; rodaforro;																																																																																																			
				26. ÁREA DO TERRENO:																																																																																																			
				27. ÁREA DA CONSTRUÇÃO:																																																																																																			

ANEXO E – Ficha técnica Residência em Cachoeira do Sul -RS
Inventariado- fonte Arquivo Histórico Municipal
Inventário de Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul

1. MUNICÍPIO: Cachoeira do Sul - SEDE		2. PRS/89-0003 - 00002																						
DENOMINAÇÃO: _____		3. TIPOLOGIA: <u>Arquitetura</u> <u>Civil Privada</u>																						
ENDEREÇO: Rua Moron, 278 URBANO (X) RURAL ()		5. USO ATUAL: <u>residência</u> DESOCUPADO () RUÍNA ()																						
4. ENTORNO: HOMOGÊNEO DE ÉPOCA () HETEROGÊNEO (X) DESCARACTERIZADO () OBS.: _____		7. Nº DE PAVIMENTOS: <u>01</u> PORÃO (x) SÓTÃO () OUTROS																						
6. FACHADA PRINCIPAL: DATAÇÃO: _____ MATERIAL PREDOMINANTE: Alvenaria tijolos		9. ESTRUTURA: Mista Alvenaria portante e madeira																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>abert.</th> <th>verga</th> <th>RETA</th> <th>A. ABAT.</th> <th>A. PLENO</th> <th>A. OGIVAL</th> <th>OUTROS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>JANELA</td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PORTA</td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		abert.	verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS	JANELA		X					PORTA		X					8. COBERTURA: Nº DE ÁGUAS: <u>02</u> COM BEIRAL (x) COM PLATIBANDA (x)	
abert.	verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS																		
JANELA		X																						
PORTA		X																						
		<table border="1"> <tbody> <tr> <td>Telha CANAL</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telha FRANCESA</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telha de ZINCO</td> <td>X</td> </tr> </tbody> </table>		Telha CANAL		Telha FRANCESA		Telha de ZINCO	X															
Telha CANAL																								
Telha FRANCESA																								
Telha de ZINCO	X																							
10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS . Pátios laterais		11. SITUAÇÃO: 																						
12. OBSERVAÇÕES: . Platibanda na frente (frontão) e beiral nas laterais . As esquadrias da frente (janelas), foram alteradas		14. LOCALIZAÇÃO: 																						
13. FOTOS: . Filme 1 - Foto 66 		15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA: -																						
DATA: 13/03/89																								

ANEXO F – Ficha técnica Residência em Cachoeira do Sul -RS
Inventariado- fonte Arquivo Histórico Municipal Casa da Aldeia - continua
Inventário de Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul

1. MUNICÍPIO: <u>Cachoeira do Sul - SEDE</u> DENOMINAÇÃO: <u>CASA DA ALDEIA</u> ENDEREÇO: <u>Rua Tiradentes, esq. Rua São João</u> URBANO (X) RURAL ()		2. PRS/89-0003 - 00003																						
4. ENTORNO: HOMOGÊNEO DE ÉPOCA (X) HETEROGÊNEO () DESCARACTERIZADO () OBS.: _____		3. TIPOLOGIA: <u>Arquitetura Civil Privada</u>																						
6. FACHADA PRINCIPAL: DATAÇÃO: _____ MATERIAL PREDOMINANTE: <u>tijolos</u>		5. USO ATUAL: <u>Residência</u> DESOCUPADO () RUÍNA ()																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>abert.</th> <th>verga</th> <th>RETA</th> <th>A. ABAT.</th> <th>A. PLENO</th> <th>A. OGIVAL</th> <th>OUTROS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>JANELA</td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PORTA</td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		abert.	verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS	JANELA		X					PORTA		X					7. N° DE PAVIMENTOS: <u>01</u> PORÃO () SÓTÃO () OUTROS	
abert.	verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS																		
JANELA		X																						
PORTA		X																						
8. COBERTURA: _____ N° DE ÁGUAS: <u>05</u> COM BEIRAL (X) COM PLATIBANDA ()		9. ESTRUTURA: <u>Alvenaria Portante</u>																						
<table border="1"> <tbody> <tr> <td>Telha CANAL</td> <td>X</td> </tr> <tr> <td>Telha FRANCESA</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telha de ZINCO</td> <td></td> </tr> <tr> <td>FIBROCIMENTO</td> <td>X</td> </tr> </tbody> </table>		Telha CANAL	X	Telha FRANCESA		Telha de ZINCO		FIBROCIMENTO	X	11. SITUAÇÃO: 														
Telha CANAL	X																							
Telha FRANCESA																								
Telha de ZINCO																								
FIBROCIMENTO	X																							
10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS		12. OBSERVAÇÕES: . Os compartimentos de nºs 5, 7 e 8 são ampliações posteriores . No compartimento nº 5, o telhado é com telhas do tipo francesa e no nº 1 com telhas de fibrocimento . No compartimento de nº 10 a janela foi modificada																						
13. FOTOS: . Filme 1 - Foto 70 		14. LOCALIZAÇÃO: 																						
		15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA: -																						
DATA: 13/03/89																								

ANEXO G – Ficha técnica Residência em Cachoeira do Sul -RS

Inventariado- fonte Arquivo Histórico Municipal

Casa da Aldeia - conclusão

Inventário de Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul

17. DENOMINAÇÃO: CASA DA ALDEIA							
18. DADOS HISTÓRICOS: É um prédio remanescente da primeira metade do século XIX. Situa-se na "Aldeia", núcleo inicial do povoamento, onde existiu uma concentração indígena no passado. Em seu recinto já funcionou uma fábrica de balas. Atualmente, o prédio é utilizado como residência. O primeiro proprietário foi o casal Manoel Francisco Cardoso e Joaquina Maria de São José de Nação Guarani. É o prédio mais antigo da cidade que se tem registro. FONTE: MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL							
19. PROPRIETÁRIO:				ENDEREÇO:			
20. COMPART.	PISO	PAREDE	FORRO	COMPARTIM.	PISO	PAREDE	FORRO
1 Sala	Tábua 9,0	Reboco	Tábua 30	6. Cozinha	Cimentado	Reboco	Tábua 30
2	Cimentado	Reboco	Tábua 30	7. Disp.	Cimentado	Reboco	Tábua 30
3 Dormit.	Tábua 30	Reboco	Tábua 30	8. Sanit.	Cimentado	Reboco	Tábua 30
4	Tábua 30	Reboco	Tábua 30	9.S.Jantar	Tabua 30	Reboco	Tábua 30
5 Banheiro	Cimentado	Reboco	Tábua 30	10. Dormit.	Tábua 30	Reboco	Tábua 30
				11. Sala	Tábua 30	Reboco	Tábua 30
				12. Sala	Tábua 30	Reboco	Tábua 30
				13. Dormit.	Tábua 30	Reboco	Tábua 30
21. PORTAS:	MATERIAL	BANDEIRAS	JANELAS:	MATERIAL	BANDEIRAS	OUTROS VÃOS:	
Todas	madeira	-	todas	madeira	-	-	
22. ESCADAS:	DEGRAU	GUAR. CORPO	CORRIMÃO	23. MOBILIÁRIO SIGNIFICATIVO:			
Externa	Tijolo	Tijolo	-				
24. PLANTAS (Croquis)				25. OBSERVAÇÕES:			
				Os compartimentos de nºs 5, 6, 7 e 8 são ampliações posteriores 16.12.03 - compartimentos da 05 demolidos			
				26. ÁREA DO TERRENO:			
				27. ÁREA DA CONSTRUÇÃO: Área Original: 110,33m ²			

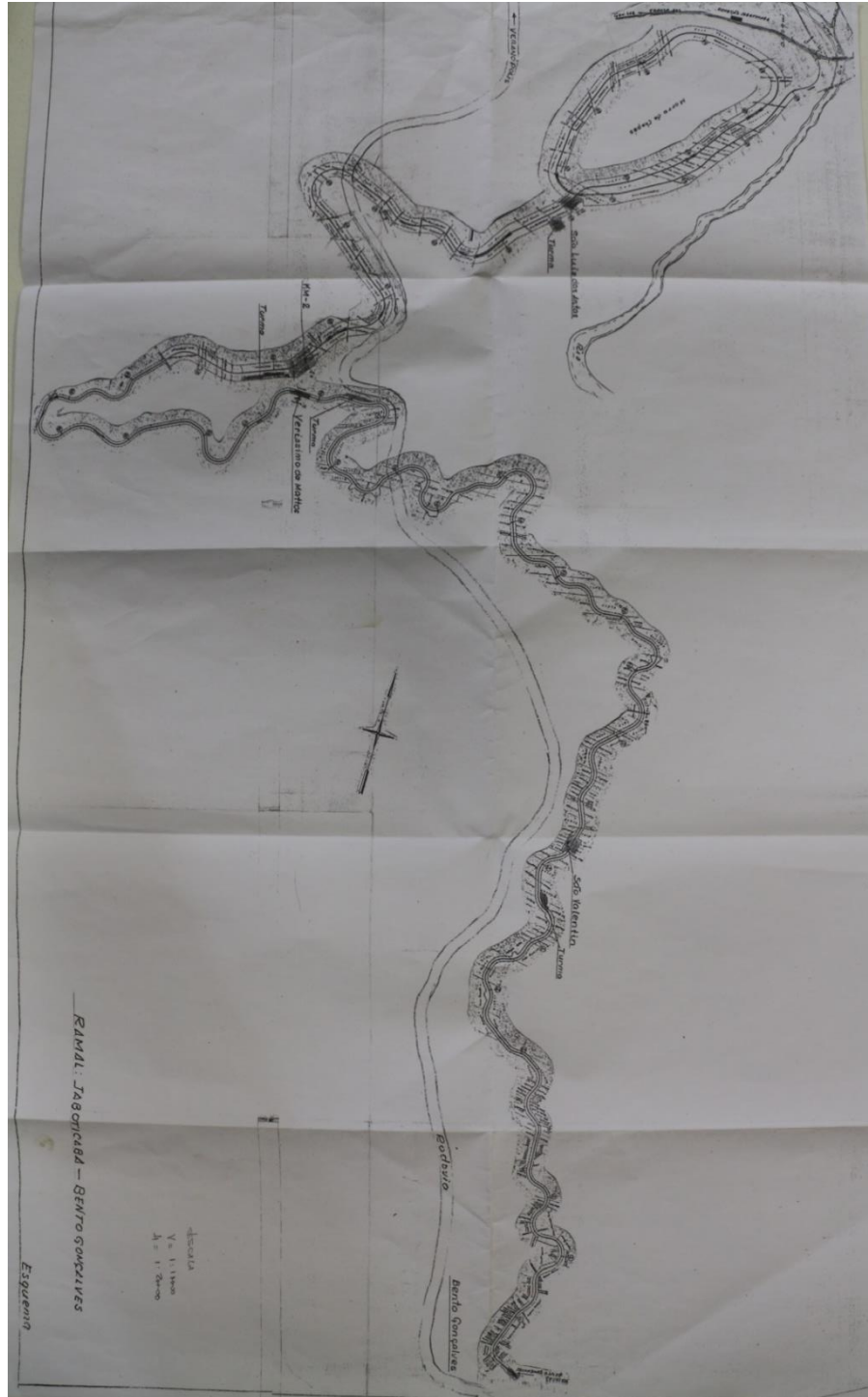
ANEXO H – Noções de Cartografia pelo IBGE

O site do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em seu capítulo sobre Noções de Cartografia, conceitua os povoamentos humanos em:

- a) **Local:** Todo lugar que não se enquadre em nenhum dos tipos referidos abaixo e que possua nome pelo qual seja conhecido.
- b) **Vila:** Localidade com o mesmo nome do Distrito a que pertence (sede distrital) e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais.
- c) **Aglomerado rural:** Localidade situada em área não definida legalmente como urbana e caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis e dispostos ao longo de uma via de comunicação.
- d) **Povoado:** Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos: 1 (um) estabelecimento de ensino de 1º grau em funcionamento regular, 1 (um) posto de saúde com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou, mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela.
- e) **Núcleo:** Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui caráter privado ou empresarial, estando vinculado a um único proprietário do solo (empresas agrícolas, indústrias, usinas, etc.).
- f) **Lugarejo:** Localidade sem caráter privado ou empresarial que possui característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e não dispõe, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos enunciados para povoado.
- g) **Cidade:** Localidade com o mesmo nome do Município a que pertence (sede municipal) e onde está sediada a respectiva prefeitura, excluídos os municípios das capitais.

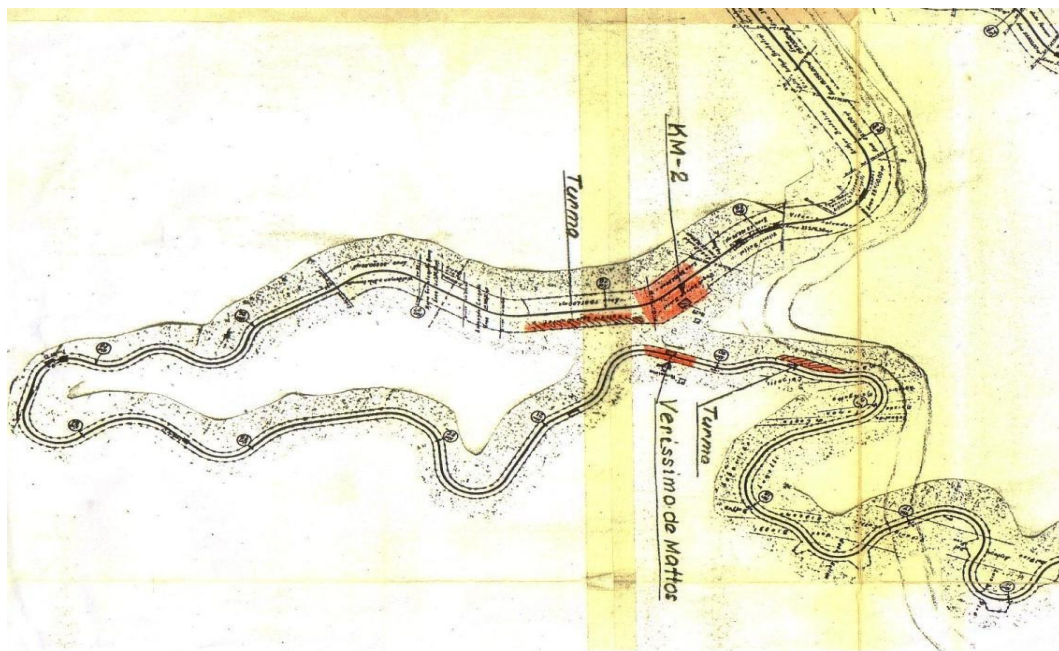
ANEXO I – Mapa completo tronco Sul

Fonte: Mapoteca do Arquivo Histórico RRFSA (sede Porto Alegre).



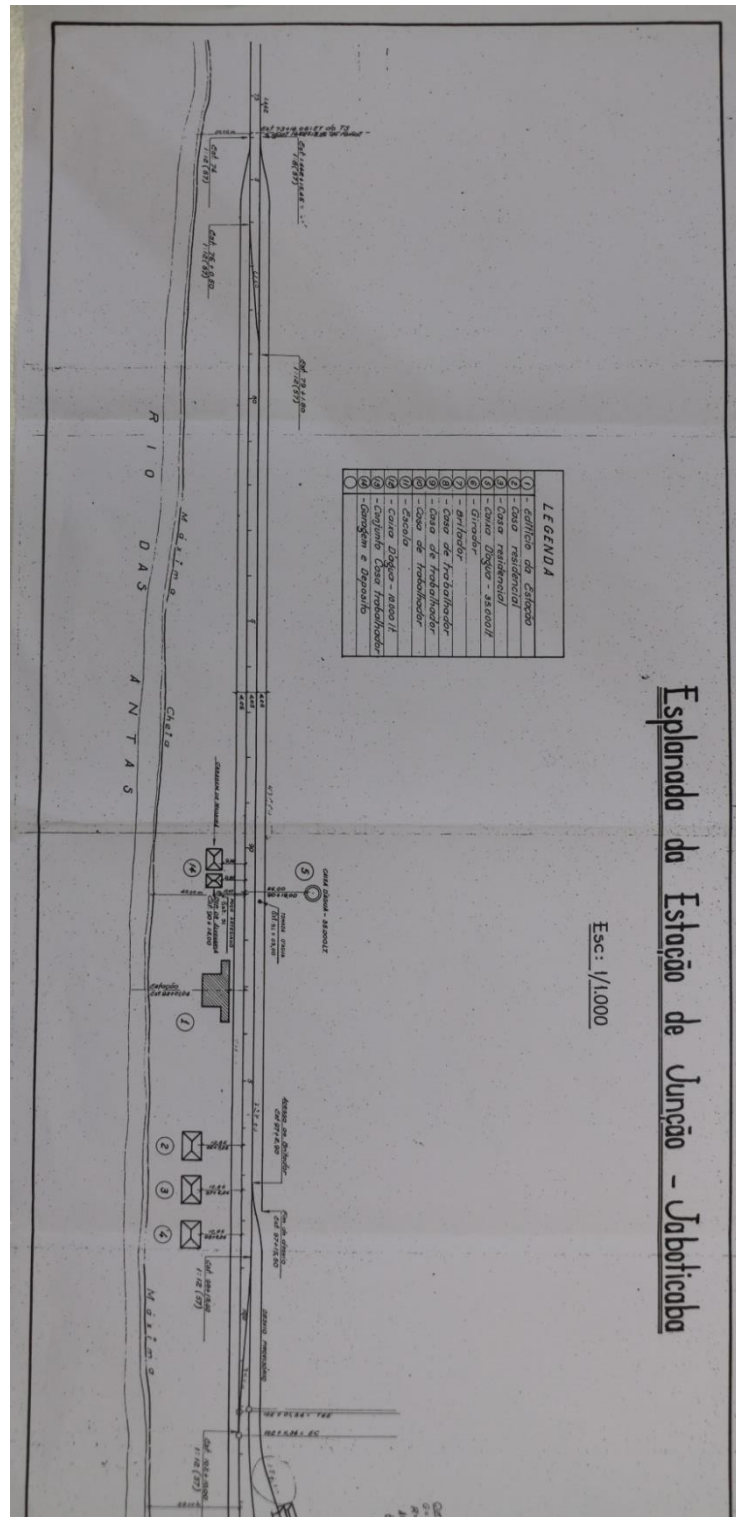
ANEXO J - Detalhe mapa Tronco Sul - KM2

Fonte: Mapoteca do Arquivo Histórico RRFSA (sede Porto Alegre).



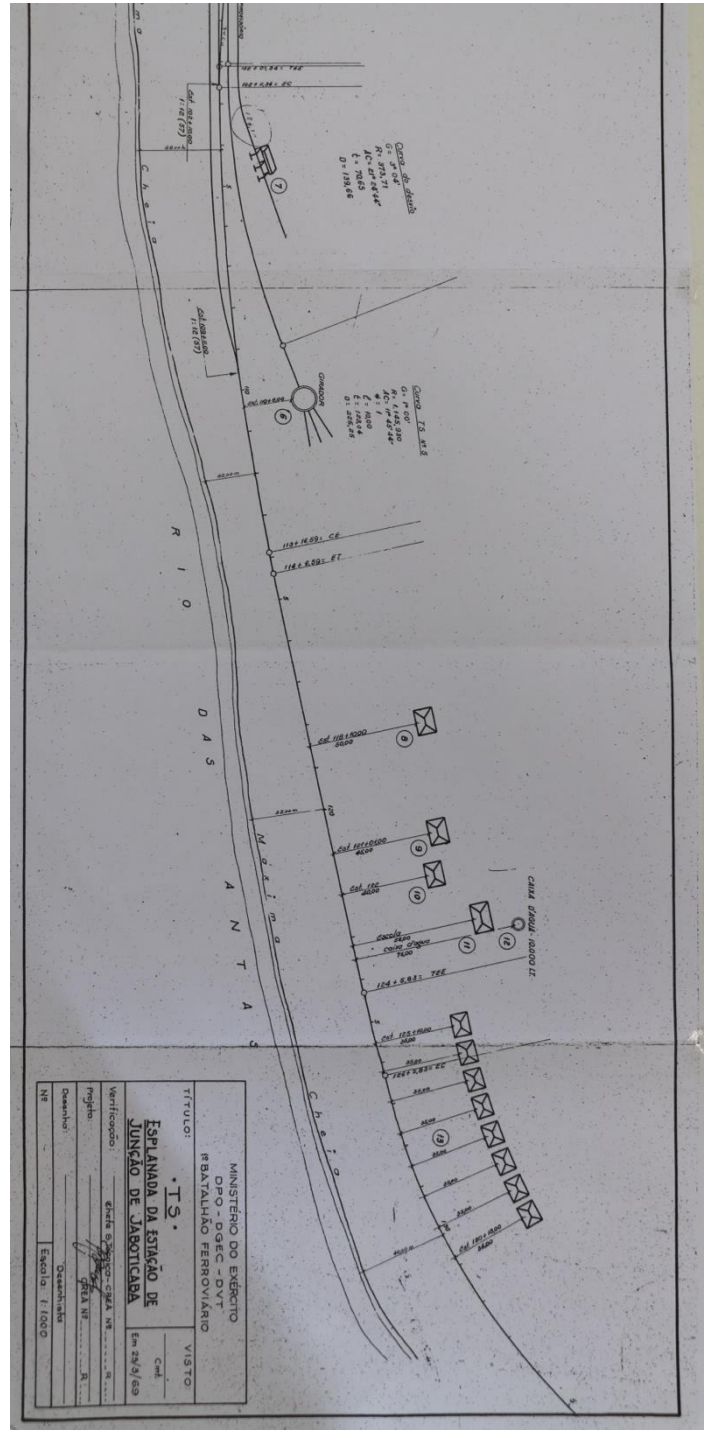
ANEXO K – Situação Localização Vila de Jaboticaba Similar a KM2 – continua

Fonte: Mapoteca do Arquivo Histórico RRFSA (sede Porto Alegre).



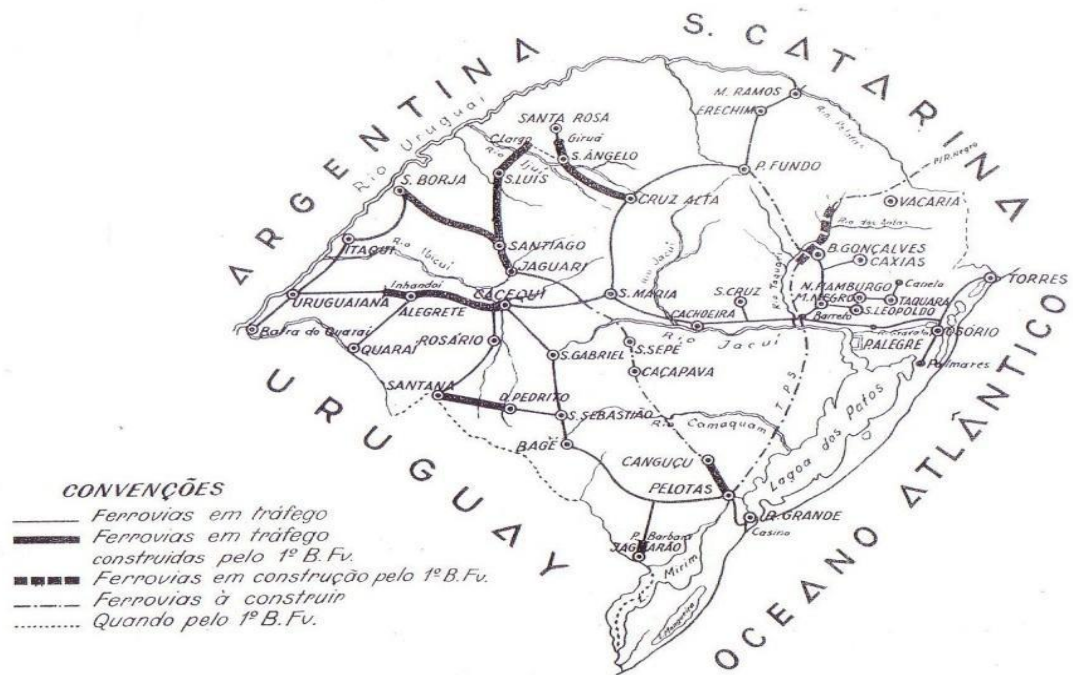
ANEXO L – Situação e localização Vila Jaboticaba Similar a KM2 – conclusão

Fonte: Mapoteca do Arquivo Histórico RRFSA (sede Porto Alegre).



ANEXO M – Mapa Vias Férreas no Rio Grande do Sul

Fonte: PRADO (1997).



ANEXO N – Símbolo do Batalhão Ferroviário

Fonte: PRADO (1997).

